

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISTINA DE FATIMA WENDRECOSKI

LUÍS DA SILVA E ÁLVARO SILVESTRE: ANÁLISE DAS PERSONAGENS PELO
VIÉS MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICO

CURITIBA

2024

CRISTINA DE FATIMA WENDRECOSKI

LUÍS DA SILVA E ÁLVARO SILVESTRE: ANÁLISE DAS PERSONAGENS PELO
VIÉS MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Literatura, História e Crítica.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Patrícia da Silva Cardoso.

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Wendrecoski, Cristina de Fatima

Luís da Silva e Álvaro Silvestre: análise das personagens pelo viés materialista histórico-dialético. / Cristina de Fatima Wendrecoski. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia da Silva Cardoso.

1. Ramos, Graciliano, 1892-1953. 2. Oliveira, Carlos, 1921-1981. 3. Literatura comparada. 4. Materialismo histórico. 5. Personagens literários. I. Cardoso, Patrícia da Silva, 1964-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CRISTINA DE FATIMA WENDRECKOSKI** intitulada: **LUÍS DA SILVA E ÁLVARO SILVESTRE: ANÁLISE DAS PERSONAGENS PELO VIÉS MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICO.**, sob orientação da Profa. Dra. PATRÍCIA DA SILVA CARDOSO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 08 de Março de 2024.

Assinatura Eletrônica

21/03/2024 13:50:12.0

PATRÍCIA DA SILVA CARDOSO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

21/03/2024 21:42:24.0

ANTONIO AUGUSTO NERY

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

25/03/2024 14:51:21.0

ROGERIO CAETANO DE ALMEIDA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

Ao meu irmão, Marcos, cuja ausência me assola há dezoito anos.
Haverá o dia do reencontro, será lindo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu tio, Mario Machado, por estar presente de forma material e imaterial contribuindo para a realização do mestrado.

À minha mãe, Mara, por me mostrar o maior amor do mundo.

À minha irmã, Simone, por me ensinar tudo o que sei, sendo uma referência de generosidade.

Às minhas amigas, Johanne Lourenço e Jessica Trzaskos, pelo suporte emocional durante esses anos.

Ao meu amor e amigo, Fernando lolla, que escolhe todos os dias ficar.

À minha orientadora, Patrícia Cardoso, que em tanto contribuiu para a realização dessa pesquisa.

*Para além da curva da estrada
Talvez haja um poço, e talvez um castelo,
E talvez apenas a continuação da estrada.
Não sei nem pergunto.
Enquanto vou na estrada antes da curva
Só olho para a estrada antes da curva,
Porque não posso ver senão a estrada antes da curva.
De nada me serviria estar olhando para outro lado
E para aquilo que não vejo.
Importemo-nos apenas com o lugar onde estamos.
Há beleza bastante em estar aqui e não noutra parte qualquer.
Se há alguém para além da curva da estrada,
Esses que se preocupem com o que há para além da curva da estrada.
Essa é que é a estrada para eles.
Se nós tivermos que chegar lá, quando lá chegarmos saberemos.
Por ora só sabemos que lá não estamos.
Aqui há só a estrada antes da curva, e antes da curva
Há a estrada sem curva nenhuma.*

Alberto Caeiro

RESUMO

Esta pesquisa pretende abordar por intermédio da literatura comparada as obras *Angústia* (1936), de Graciliano Ramos (1892 - 1953) e *Uma Abelha na Chuva* (1953), de Carlos de Oliveira (1921 - 1981), ambas inscritas nos períodos literários dos países nos quais foram escritas, chamados Regionalismo e Neorrealismo, aproximando, distanciando ou traçando paralelos entre as personagens centrais dessas obras, a saber: Luís da Silva, de *Angústia*, e Álvaro Silvestre, de *Uma Abelha na Chuva*, sob a ótica materialista histórico-dialética, teoria marxista cujos pilares são Karl Marx (1818 - 1883) e Friedrich Engels (1820 - 1895), especialmente com a escrita de *A Ideologia Alemã* (1858), e como esse viés pode contribuir no entendimento das personalidades convergentes de ambos os personagens do ponto de vista psicológico, ou seja, o que há de semelhante entre os cenários das criações supracitadas, do ponto de vista histórico, político e da teoria literária que culminou no espelhamento de indivíduos quebrados emocionalmente, ou seja, como a angústia psicológica se estende a ambas as personagens, independentemente do ditame imposto pelo capitalismo, qual seja, o acúmulo de capital. Mesmo permeando dois mundos sociais distintos, dicotômicos (de um lado, Álvaro Silvestre, que possui dinheiro e riqueza material, e de outro Luís da Silva, que não possui dinheiro e nem riqueza material), o fim de ambos os protagonistas fatalmente é o mesmo: determinado por fatores de ordem externa que incidem diretamente nessa formação psíquica, sendo essa segunda interpretação iluminada pela teoria da psicanálise proposta por Sigmund Freud (1856 -1939) e Jacques Lacan (1901 - 1981), em seus estudos sobre a formação do homem em sociedade nas obras *Mal-estar na Civilização* (1930), de Freud, e *O Seminário Livro 10 – A Angústia*, de Lacan.

Palavras-chave: Literatura Comparada. Materialismo-histórico. Neorrealismo. Regionalismo. Luís da Silva. Álvaro Silvestre.

ABSTRACT

This research intends approaching, through comparative reading, the literary works *Angústia* (1936), by Graciliano Ramos (1892 - 1953) and *Uma Abelha na Chuva* (1953), by Carlos de Oliveira (1921 - 1981), both included in the literary periods of the countries in which they were written, Regionalism and Neorealism, approaching, distancing or drawing parallels between the central characters of these works, namely: Luís da Silva, from *Angústia*, and Álvaro Silvestre, from *Uma Abelha na Chuva*, under the lenses of historical materialism, Marxist theory whose pillars are Karl Marx (1818 - 1883) and Friedrich Engels (1820 - 1895), especially with the writing of *The German Ideology* (1858), and how this bias can contribute to the understanding of the convergent personalities of both characters from a psychological point of view, that is, what is similar between the scenarios of the aforementioned creations, from a historical, political and literary theory point of view that culminated in the mirroring of emotionally broken individuals, that is, how psychological anguish extends to both characters, regardless of the dictates imposed by capitalism, that is, the hoarding of capital. Even though they permeate two distinct, dichotomous social worlds (on the one hand, Álvaro Silvestre, who has money and material wealth, and on the other, Luís da Silva, who has neither money nor material wealth), the end of both protagonists is inevitably the same: determined by external factors that directly affect this psychic formation, this second interpretation being illuminated by the theory of psychoanalysis proposed by Sigmund Freud (1856 -1939) and Jacques Lacan (1901 - 1981), on their studies on the formation of men in society in the works *Civilization and Its Discontents* (1930), by Freud, and *Anxiety: The Seminar of Jacques Lacan, Book X* (1962 - 1963), by Lacan.

Keywords: Comparative Literature. Historical-materialism. Neorealism. Regionalism. Luís da Silva. Álvaro Silvestre.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO	16
3 LUÍS DA SILVA: FUNCIONÁRIO PÚBLICO LEVANTADO HÁ TRINTA DIAS.....	27
4 ÁLVARO SILVESTRE – PEQUENO BURGUESES.....	53
5 O ENFORCADO - CHUVA DE ANGÚSTIA NA SOCIEDADE MODERNA.....	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	99

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação se propõe a analisar as personagens centrais das obras *Angústia* (1936), de Graciliano Ramos, e *Uma Abelha na Chuva*, de Carlos de Oliveira (1953), respectivamente, Luís da Silva e Álvaro Silvestre, sob o viés materialista histórico-dialético proposto por Marx em 1858, quando da elaboração de *A Ideologia Alemã*, postulado filosófico cujo cerne foi a crítica ao sistema capitalista.

Em um primeiro momento, haverá a delimitação, não exaustiva, devido ao caráter complexo dos estudos de Marx, do que será compreendido como materialismo histórico-dialético nesta pesquisa, bem como sobre quais conceitos o estudo dessa linha histórico-filosófica se debruça. A análise das personagens principais terá como ponto de partida os conceitos postulados pelo estudo da teoria materialista histórico-dialética, cujo objeto é a sociedade burguesa em si, bem como a crítica ao seu sistema econômico. O conceito principal dessa teoria é a noção de que o ser humano é completo em si quando se realiza através do trabalho, aliando a teoria e a prática, ou seja, de que o ser biológico é também social, que o homem é parte do todo e não apenas constituinte dele.

No que diz respeito ao estudo das personagens analisaremos Luís da Silva e Álvaro Silvestre, – se possuíam ou não propriedade privada e em quais estamentos sociais essas personagens se encaixam. Observe-se que dentro da perspectiva materialista histórica, Álvaro Silvestre pode ser definido dentro da teoria materialista histórico-dialética como pequeno-burguês, pois era comerciante, e Luís da Silva como funcionário público, mesmo que não desempenhasse uma função em fábrica ou linha de montagem como um operário, tinha sua força de produção explorada pelo Estado.

É importante destacar que, além da investigação do sistema econômico que regeu determinados períodos em Portugal e Brasil, serão analisadas, evidentemente, as situações políticas nas quais esses indivíduos viviam, quais sejam: Salazarismo português e era Vargas no Brasil. Esse aspecto da análise dos períodos políticos e históricos é importante porque, como postulado pela própria teoria do materialismo, o homem é resultado dos processos históricos e sociais pelos quais passou, assim como a história e as relações humanas são modificadas pelo homem.

Não obstante haja a consideração sobre os períodos históricos os quais foram cruciais para a modelagem de determinado sujeito social, é imprescindível considerar

como a crítica literária lida com tais contextos históricos e como se dá sua representação artística, mais especificamente ficcional. Considerando-se a historiografia literária, os períodos a serem analisados nesta pesquisa, serão o Regionalismo brasileiro e o Neorrealismo português, especificamente no que diz respeito à questão de ordem social e psicológica da construção dessas personagens, como aporte a essa vertente será realizada a leitura teórica de Benjamin Abdala Junior *A escrita Neo-realista* (1981). A escolha das obras *Angústia* e *Uma Abelha na Chuva* justifica-se pelos modos subjetivos, do ponto de vista do foco narrativo, sobre um problema social latente de suas épocas.

Uma interpretação possível para essa opção narrativa é o fato de que, dividir a narração da história com Maria dos Prazeres, em *Uma Abelha na Chuva*, dando voz à mulher que se sobrepõe inúmeras vezes à de Álvaro Silvestre, demonstra, de modo prático, como esse homem era desacostumado com a recente posição a qual estava ocupando, o que demonstra a transição lenta do poder, que era antes da aristocracia, à burguesia. Há uma simbologia da prática da fala por intermédio de Prazeres, representante da aristocracia, que já estava acostumada com essa posição de poder, ela conta a história sob sua perspectiva, tomando o protagonismo de Silvestre.

O caráter disruptivo do uso da subjetividade no foco narrativo é elementar para compreender o encaixe da psicanálise e do materialismo histórico-dialético na abordagem escolhida. A análise materialista pressupõe, de saída, o entendimento amplo dos objetos analisados, o que auxilia a compreensão da situação psicológica dos personagens, bem como o tipo de representação do contexto socioeconômico levado a cabo por Graciliano Ramos e Carlos de Oliveira. Assim, serão analisadas as classes sociais nas quais as personagens centrais se localizam, o que produzem em termos de produto do capitalismo, seus meios de produção, as fetichizações das mercadorias promovidas pela divisão do trabalho e o resultado (produto cristalizado da sociedade capitalista) da dicotomia do ter dinheiro e de não ter dinheiro promovido, possivelmente, pelo sistema político, econômico e social que colaboram com o resultado gerado pelas junções dessas variáveis em um único resultado: dois homens quebrados social e emocionalmente.

Embora seja a busca pela resposta que mova a pesquisa, é inegável que a garantia de alcançar esse intento é incerta, posto que o caminho a ser percorrido se dará via textos literários sobre os quais se debruçaram vários teóricos e críticos,

sempre às voltas com os desafios lançados pelos escritores que, como Graciliano e Carlos de Oliveira, optam pelo discurso ficcional para empreender uma leitura do mundo que dê ao leitor condições, não apenas de entendê-lo na sua complexidade paradoxal, mas também de melhorá-lo. Haverá então a comparação entre os dois personagens no sentido de compreender como o que os une em termos econômicos, políticos e sociais pode ser determinante para a manutenção do sistema vigente e, conseqüentemente, para o seu coincidente fim, marcado por sua decadência e desumanização. Para o desenvolvimento da leitura contrastiva entre ambos, é preciso destacar que não será realizada a comparação baseada no princípio da influência, mas que haverá uma análise que tenciona respeitar e compreender cada um dos processos narrativos aqui estudados, respeitando as suas especificidades.

O trabalho que envolve esta pesquisa se desenvolverá da seguinte maneira: descrição do que é entendido por Materialismo Histórico-Dialético com as leituras e interpretações das obras: *A Ideologia Alemã* (1845-1846), *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e *O Capital* - 1º Volume (1867). Haverá a imersão propriamente dita na obra *Angústia* no capítulo intitulado “Luís da Silva – Funcionário público levantado há trinta dias”, o título é uma referência à primeira frase do livro, a qual se destaca por seu impacto que remete diretamente ao cansaço daquela classe social. O capítulo seguinte, intitulado: “Álvaro Silvestre – pequeno burguês” abordará a trajetória dessa personagem do ponto de vista da luta de classes.

O capítulo final, intitulado “O enforcado – chuva de angústia na sociedade moderna” faz referência aos elementos simbólicos presentes nas obras aqui analisadas e se propõe a observar, do ponto de vista do objeto, as personagens centrais como representantes do homem moderno. Durante a leitura das obras foram identificadas questões de ordem filosóficas e psicológicas que reverberam durante os romances. Uma delas é a de que modo o indivíduo moderno se identifica do ponto de vista psicológico, no aspecto das misérias humanas, ou seja, das fraquezas humanas do ponto de vista materialista, no qual a representação do indivíduo como sujeito provido de necessidades essenciais, tanto físicas quanto psicológicas, podem ser fatais ao desenvolvimento do sistema, pois ao homem é vedado o atendimento às suas necessidades na sociedade capitalista. Essa repressão da natureza e das demandas humanas fura a bolha das classes sociais e atinge tanto Luís(es) da Silva quanto Álvaro(s) Silvestre. Se o dinheiro não é a única determinante na questão de o

bem-estar do homem como ser social, por que o sistema é feito para perpetuar essa cultura materialista que prende os homens ao desejo de acumular?

O termo enforcado é uma referência clara aos temores de morte de Luís da Silva e de Silvestre e ao uso recorrente do termo “corda” dentro da narrativa de Graciliano, elemento que serve como fio condutor da história e como ferramenta para dar cabo à vida de alguém. A chuva/água é recorrente em ambas as obras: em *Angústia*, Luís da Silva é obcecado por hábitos de higiene que são aliviados com uso de água e com banhos. Em *Uma Abelha na Chuva* a água sempre está presente nos momentos decisivos da narrativa, especialmente em grandes volumes, como tempestades, por exemplo. Além de sugerir a fluidez dos acontecimentos e da não estabilização da vida, a água serve também de indicativo do afogamento de diversas bases sólidas daquela sociedade. Por fim, o termo angústia, presente no título do romance de Graciliano Ramos e no capítulo final desta dissertação, não poderia ser mais elucidativo do que está sendo aqui investigado, pois é necessário um olhar sobre a psicanálise desse afeto do homem, de acordo com a premissa freudiana e lacaniana, para o entendimento do que aqui é proposto.

Para responder às questões de ordem psicológica sobre o ser humano e como ele se comporta a respeito de seu tempo, faremos uma imersão no *Seminário 10* de Jacques Lacan, proferido entre os anos de 1962 e 1963, que planeja um percurso complexo e detalhado às voltas do homem moderno, traçando a análise deste enquanto indivíduo, produto que se consolidou na burguesia e que foi o criador do sistema econômico dessa classe social. Haverá também a leitura de *Eros e a Civilização* (1975) de Herbert Marcuse (1898 - 1979), para o tratamento da questão social e psicológica do homem na modernidade, de *Mal-estar na civilização* (2010), de Sigmund Freud (1856 – 1939). Para o entendimento da formação do indivíduo burguês, recorreremos à obra de *O Burguês* (2014), de Franco Moretti.

Será necessário também observar que o capitalismo não foi uma evolução natural do sistema econômico de uma sociedade, mas que foi criado por uma parcela social que projetou seus anseios e defendeu seus interesses em detrimento dos demais. À medida que o desenvolvimento desse sistema econômico acontece, é possível perceber que o próprio homem passa por mudanças no modo como realiza seu trabalho e como explora as opções de realização do trabalho em troca de moeda,

para esse entendimento o norte será baseado na leitura de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1986), de Friedrich Engels (1820 – 1895).

Segundo a própria noção da teoria filosófica do materialismo histórico-dialético, portanto, essa pesquisa tencionará uma leitura unificada e não uma das obras do chamado regionalismo brasileiro e neorealismo português, mirando as críticas sociais e as fotografias da realidade tanto quanto as angústias e os destierros das personagens, a fim de conjecturar se há, e qual é o fio que conduz os homens a terem a infelicidade como destino.

2 MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

O materialismo histórico é a ciência marxista da história na qual verificam-se os princípios fundamentais do Marxismo, que discute fundamentos e leis gerais da vida em sociedade. A parte do dialético tem a ver com a filosofia deste mesmo conhecimento. No livro *Conceitos Elementais do Materialismo Histórico*, Marta Harnecker (1971), afirma que o materialismo foi luz à interpretação da dialética Hegeliana para Marx e Engels para a criação de uma nova doutrina materialista cujo desenvolvimento abarcava a natureza, a sociedade e o pensamento humano, esse novo olhar sobre o materialismo superou a antiga doutrina Hegeliana, a qual primava pelo caráter ideologizante. Diferentemente de Hegel, que cria, em linhas gerais, em uma filosofia a partir do “ser”, o materialismo histórico-dialético defende que a vida depende de sua manutenção através do trabalho coletivo e de que o homem está no mundo primeiro enquanto vida orgânica e depois reflete sobre o que faz, adquire a consciência.

O surgimento do termo “materialista” tenciona propor uma superação do viés idealista. É importante destacar que o marxismo não é visto dentro dessa perspectiva como exaustivo em si, pois está em constante evolução porque depende da sociedade para se alimentar e se modificar.

O conceito de “materialismo histórico” contribui de maneira privilegiada para o entendimento do que sucedeu no mundo pós-Revolução Industrial, pois engloba o que está sendo construído de material pelo ser humano desde os primórdios da convivência em sociedade. O termo “dialético” se refere ao aspecto filosófico da discussão, remete à ideia central do bojo das discussões materialistas de que a teoria não funciona sem a prática, e de que há na sociedade uma luta de classes constante e que é a partir dessa luta que se tem o que é chamado de exploração da mão de obra fornecida pelo operário por seu patrão, ou seja, o dono do capital. O Materialismo histórico-dialético é um método para a leitura do modelo econômico, o qual foi estabelecido (o capitalismo). O conceito de mais-valia deriva também dessa vertente, a qual postula a diferença do valor do produto e sua matéria-prima, entremeio no qual é adicionada a mão de obra do trabalhador.

O materialismo histórico, nesse sentido, não se limita à concepção puramente econômica para o entendimento da sociedade, buscando o sentido unificado da

vivência humana, ou seja, o ser humano em sua totalidade social, política e espiritual. Segundo essa noção:

O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. **Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser que determina a sua consciência.** (MARX, 2019, p. 17, sem grifos no original)

Apoiada nessa noção de que o homem contribui para a formação do meio e que esse mesmo meio contribui para a formação do homem, que a presente pesquisa se desenvolverá, a fim de compreender de que forma a exploração da atividade humana, o que conhecemos por trabalho, e o valor agregado a esse trabalho, valor em moeda corrente, e postulado como valor cristalizado do trabalho, pode influenciar no modo como aquele indivíduo enxerga o mundo, se comporta no mundo e se relaciona com as demais pessoas; além disso, como o fator econômico é determinante também, nas obras aqui analisadas, para imbuir no indivíduo um caráter de decadência e de destruição, independente da falta ou da garantia da posse do dinheiro¹, o fim parece sempre convergir: um homem quebrado e desvalorizado, ou a sensação de insuficiência constante que sobrepõe toda a existência individual e ocupa um espaço na agenda mental (mesmo que de forma inconsciente) daquele sujeito, muito maior do que deveria.

Várias são as linhas de interpretação dos estudos marxistas, é crucial destacar qual será o norte da presente pesquisa no que se refere aos conceitos extraídos do objeto visto pela lente do materialismo histórico-dialético. O objeto dessa corrente de pensamento é a sociedade burguesa e dela foram extraídos diversos conceitos. Não é novidade que tais termos foram trazidos à tona por Marx, mas não foi ele o criador desses termos. O objeto existia em si mesmo, ou seja, a sociedade burguesa, e todos os membros que a compunham também, o que o teórico apontou foi o reconhecimento desses membros e suas classificações em uma teoria científica da história, de forma organizada e sistemática Marx desnudou o capitalismo.

1 No caso em análise, interessam especificamente os personagens Luís da Silva, representante do trabalhador da obra *Angústia*, que não possui dinheiro e Álvaro Silvestre, representante da pequena burguesia (comerciante) da obra *Uma Abelha na Chuva*, que possui dinheiro.

Para compreender a lei geral dessa teoria, é necessário pontuar o que se entende e o que se estabelece como homem dentro dessa vertente de pensamento, por ela considerado o mais importante personagem a figurar na sociedade burguesa.

O homem, pois, é um animal que se diferencia dos outros animais porque tem um sistema de linguagem articulada aprendida e composta por fonemas e grafemas, uma religião, um contrato social que faz a mediação da naturalidade humana, ou seja, o ser humano possui instintos assim como qualquer outro animal, mas não realiza esses instintos como tal porque possui contratos sociais estabelecidos. Quanto mais distante o ser humano estiver de levar a cabo suas pulsões animais: – instinto de sobrevivência, instinto de reprodução, caça –, mais perto da vida social estará.

Além disso, outra distinção crucial para o entendimento da definição de homem da qual fala *A Ideologia Alemã (1858)*, consiste na produção dos meios de subsistência de modo organizado, ou seja, a produção de sua própria vida material (MARX, 2019, p. 15). Ademais, o indivíduo vai produzir aquilo que está à sua disposição e à disposição de seus meios de produção, logo, nessa perspectiva, o ser humano é aquilo que os meios de produção de que dispõe permite que ele seja, por exemplo: Luís da Silva é um escritor de poucas veleidades e Álvaro Silvestre um comerciante acomodado. Dentro do aspecto geral das realidades ficcionais de que participavam, ambos são o que seus meios de produção permitem que eles sejam. Luís da Silva não é o chefe da repartição porque está dentro de uma lógica de exploração que não permite uma ascensão de seu trabalho ou porque ele é um escritor medíocre que não consegue alcançar melhor posição dentro da repartição porque isso não dá lucro ao detentor do capital. Álvaro Silvestre é um comerciante “neoburguês” porque se casou com Prazeres e herdou esse título com o casamento arranjado para esse intento, não consegue ser mais do que isso pelos mesmos motivos de Luís da Silva. Essa definição, no entanto, não pode ser interpretada como determinista, pois o meio social está sendo modificado pelo ser humano constantemente e o contrário também é verdade. Há para essa teoria, três pressuposições sobre a vida humana, quais sejam: a primeira é de que os homens precisam existir e estar vivos para fazer história; a segunda é de que a primeira necessidade estando satisfeita, ou seja, a própria manutenção da vida primária exige a criação de novos instrumentos de satisfação através do trabalho, que é visto então como o primeiro ato histórico do homem. O terceiro é que apenas os homens podem

fazer novos homens, biologicamente falando, o ser humano é o início e o fim de sua existência em si mesmo. Nenhuma das três pressuposições elencadas pela teoria deve ser entendida separadamente, mas sim em conjunto, e a última deve ser interpretada como um ato de trabalho natural e social.

Na lógica materialista do que se define por homem, é possível então afirmar que o homem é o objeto de atividades sensíveis, ou seja, essa proposição se opõe ao pensamento de que a prática (material) e as ideias (dialética) são separadas em si, pois faz crer que ambas estão ligadas uma à outra. Dentro dessa lógica, portanto, o indivíduo se transforma à medida em que transforma a sociedade, e a história é um processo de transformação social que afeta esses indivíduos e por eles é afetada.

Recuperando a segunda pressuposição da vida humana, de acordo com o viés materialista histórico-dialético, portanto, a vida depende da sua manutenção através do trabalho coletivo, muito embora grande parte dos trabalhos se realize individualmente (na sociedade moderna). A história de uma sociedade e de uma época é, então, determinada pela vivência que aqueles seres humanos experienciaram. O fator econômico do capitalismo define as causas profundas das mudanças sociais ocorridas em determinadas épocas. O sistema econômico vigente e os meios de produção, os quais são dispostos aos seres humanos são o que molda a realidade concreta. Esse viés é opositivo ao anterior (idealista) porque compreende que a nossa situação enquanto sociedade é moldada por condições históricas e materiais e não acidentais ou religiosas.

Se a situação da sociedade é moldada por condições históricas e materiais, então sempre haverá uma classe de pessoas que determinará o *status quo*:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual, de modo que, geralmente, os pensamentos daqueles a quem faltam os meios de produção intelectual são, ao mesmo tempo, submetidos a essa classe. (MARX, 2019, p. 50)

As ideias segundo as quais até hoje são mantidas as estruturas sociais derivam da burguesia, a qual estruturou-se a partir da superação do sistema feudal e com a ascensão do comércio. Com a Revolução Francesa houve a elevação da burguesia à

classe dominante, o que lhe deu hegemonia no campo das ideias e da força intelectual daquela época.

O ouro, as pedras preciosas e as especiarias foram moedas de troca por longos períodos, depois o uso do dinheiro em cada país delimitou ainda mais o que hoje conhecemos por “protecionismo de mercado”, contradizendo a lógica do “livre mercado” proposto por quem defende essa característica como unicamente capitalista. A partir desse momento é necessário também, além de regular as comercializações internas, regular o que vem de fora e que pode intervir na economia local, surgem então os impostos alfandegários criados com o intuito de proteger mercadores e comerciantes específicos.

Dentro dessa lógica protecionista e emparelhada, o Estado se constitui como parte do capitalismo e como ajudante da manutenção de uma classe específica, é com a ajuda de todos os demais que uma pequena parcela fica com as vantagens e as desvantagens recaem sobre aqueles que não estão no arcabouço de defesa estatal. Não obstante o mercado seja protegido por várias frentes a fim de resguardar os interesses de uma pequena parcela detentora do capital, os serviços são direcionados também para a manutenção dessa parcela populacional, um exemplo é o sistema educacional regulado para fazer trabalhadores à procura de um emprego, por exemplo, e não de uma carreira.

O indivíduo que nasce em determinada classe é sacrificado desde sua juventude a viver sob aquela realidade de classe, uma vez dentro dela não há condições de ascensão a outra, porque se vive para trabalhar e se trabalha para viver.

O estatamento dos indivíduos foi criado pela sociedade burguesa porque era necessário que houvesse quem sustentasse a base dessa nova organização social, mesmo que não tivesse havido uma mudança significativa do passado feudal para o presente burguês, era imbuída uma ideia falsa de mudança significativa para que os indivíduos trabalhassem e se submetessem a um único instrumento de produção, a força-motriz dessa lógica é a exploração do ser humano por outro ser humano.

Os homens submetidos aos meios de produção são o produto do capitalismo e ao mesmo tempo sua matéria primária, eles são limitados tanto quanto seus meios de produção permitem que eles sejam e essa limitação é proposital e causada pela divisão do trabalho. A divisão do trabalho primário é que diferencia o trabalho material do intelectual, e aí chegamos em mais um dos pressupostos materialistas, pois para

Marx, a prática e a teoria são unidas e não separadas, o indivíduo existe e isso quer dizer que ele pratica as teorias de que dispõe para sobreviver.

A divisão do trabalho se deu a partir da ascensão do individualismo nas sociedades, ou seja, a partir da aplicação da lógica da propriedade privada. O trabalho do indivíduo que realiza essa ação é visto apenas como entremeio e como forma negativa de autoatividade, o que se faz é pelo outro e não por si. A vida material do indivíduo em seus termos mais primários, biologicamente falando, por exemplo, deve ser suprimida para que haja a realização do trabalho; o indivíduo precisa se anular para resolver o que é preciso dentro do trabalho de forma produtiva, o trabalho se mantém através do definhamento do indivíduo enquanto ser humano.

Para o pensador há uma forma de modificar essa situação pela via da tomada dos meios de produção, ou seja, o trabalhador que antes era condicionado a dar conta de determinada atividade em sua limitação, passa a se apropriar de qualquer meio no qual queira trabalhar; essa total apropriação faz com que cesse a subordinação a uma divisão de trabalho e a um instrumento específico de produção que também limitará suas capacidades. Nesse sentido, pois, uma massa de instrumentos de produção passa a ser subordinada a cada indivíduo e a propriedade subordinada a todos.

O conceito de propriedade privada recuperado pelo materialismo histórico-dialético é então o que teve raízes no Direito Romano e foi praticado pela burguesia, qual seja, a concessão de títulos jurídicos de posse a sujeitos individualmente, em detrimento do coletivo. O Estado protege a posse acumulada por certos indivíduos criando leis protecionistas que visam o cerceamento da liberdade de mercado, um dos pressupostos vendidos pelo sistema econômico aqui discutido, conforme já mencionado.

Como a vida humana passa a ser condicionada à classe na qual o sujeito nasce, bem como suas vivências e experiências serão derivadas dos limites dessa perspectiva, é possível compreender como a manutenção da vida do homem em termos básicos, tais como, alimentação, saúde, transporte, moradia, lazer, se tornaram mercadorias e como a economia comum se torna mais uma potência por conta da propriedade privada.

O indivíduo precisa excluir sua vivência como tal para garantir a execução de seu trabalho, a manutenção básica de sua existência se torna o principal motivo pelo qual o ser humano trabalha, sem o trabalho ele não consegue viver, não consegue

garantir o básico para sobreviver, logo, a vida do ser humano é definida pelo trabalho que ele executa. Essa co-dependência é essencial para a manutenção do sistema vigente, pois enquanto houver trabalho para o qual é preciso se manter vivo e viver, haverá a exploração da mão de obra. A exploração da mão de obra do homem pelo homem tem como objetivo aumentar o capital do dono dos meios de produção; aumentando o seu valor subjetivo em termos de moeda, aumentará também seu valor objetivo, pois na lógica capitalista o homem tem o valor daquilo que possui, porque não é considerado inteiro em si próprio e pelo seu trabalho, pois o valor agregado a ele é dado somente pela via física, que pode ser vista, pela via material – no sentido de matéria/objeto, produto cristalizado. Impossível então, desenvolver a linha de pensamento dessa lógica sem recorrer ao *Capital* (1867) de Marx.

Marx exemplifica no *Capital* (1867) que há dois tipos de valores de troca de mercadoria: o valor-de-troca e o valor-de-uso. Quando se troca uma quantidade “x” de ferro por uma quantidade “y” de trigo há determinado valor-de-troca, ou seja, aquele sobre o qual é possível mensurar uma quantidade matemática definida, é possível trocar certa quantidade de um por certa quantidade de outro. O valor-de-uso, porém, é aquele sobre o qual não há mensuração, que se realiza pelo uso ou pelo consumo e não porque representa objetivamente correspondência matemática, mas sim o uso que se pode fazer daquela mercadoria, esse uso não pode ser comparado e nem limitado:

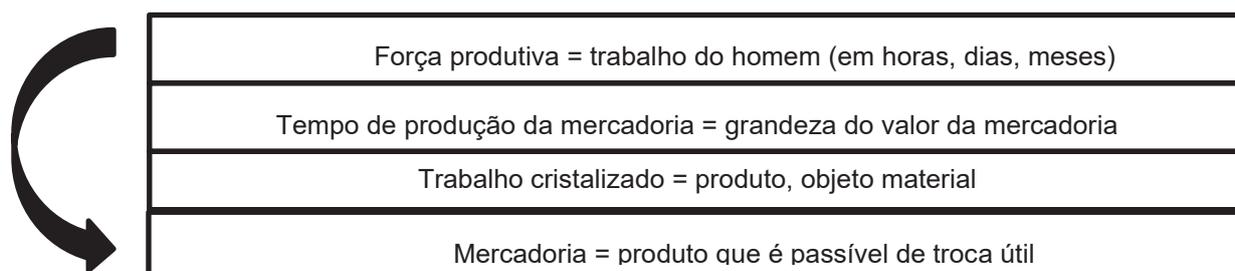
Na troca, um valor-de-uso vale precisamente tanto como qualquer outro, desde que se encontre na proporção adequada. (...) Uma espécie de mercadoria é tão boa como outra, quando o seu valor-de-troca é igual; não existe nenhuma diferença, nenhuma distinção entre coisas de igual valor-de-troca. Como valores-de-uso, as mercadorias são, sobretudo, de qualidade diferente; como valores-de-troca só podem ser de quantidade diferente e não contêm, portanto, um só átomo de valor-de-uso. (MARX, 2013, p. 17)

Na conjectura de subtraírem-se ambos os valores referidos das mercadorias, sobra um terceiro, o qual não é levado em consideração na negociação, mas que compõe o cerne da medida da grandeza do valor da mercadoria², que vai além dos conceitos já mencionados, pois representa a força de produção, sem a força de trabalho daquele que a produziu; é preciso considerar que essa ideia remete

2 Nesse ponto da discussão do *Capital*, Marx afirma que há também a grandeza do valor da mercadoria (valor final do produto, valor final do trabalho). Na presente pesquisa será chamada de “grandeza do valor da mercadoria” essa abstração a qual Marx postula de “valor do trabalho”.

diretamente ao fato de que os valores do capitalismo são abstratos, que sobre esses valores, tanto para a sua caracterização, quanto para a sua aplicação, há apenas um critério abstrato postulado e convencionado por determinada sociedade, critério que não corresponde necessariamente ao valor da força de trabalho aplicada para a feitura desse produto, mas sem a qual o mesmo produto não existiria. Sobre a grandeza do valor da mercadoria, fica registrado que, muito embora o esforço despendido para a realização de tal trabalho seja individual, a força do trabalho constitui uma instituição coletiva sobre a qual o valor é medido pelo tempo gasto nele; não quer dizer, todavia, que quanto mais se passa tempo produzindo determinado produto tanto mais ele valerá, significa que em determinadas condições, a mesma força produtiva pode valer menos do que outrora, a depender de vários fatores, tais como: maquinário, meios de produção, alterações climáticas, por exemplo.

Dessa forma, as mercadorias produzidas pelos trabalhadores atingem valores que vão além do econômico, se transformam em operadoras da circulação da economia. Nessa lógica, a mercadoria atinge o papel vivo de negociação, transformando os homens em simples mediadores dela, pois quem têm valor negociável são as coisas e não a força de trabalho necessária para produzi-las. Para melhor entender os conceitos, segue esquematização da proposta de Marx que será aqui adotada:



O termo que melhor define essa importância dada à mercadoria foi cunhado por Marx como fetichismo da mercadoria. A experimentação desse fetichismo pode ser observada em vários níveis da produção capitalista, e se justifica porque a transformação de um objeto em mercadoria se realiza em termos abstratos, nesse sentido, salienta o autor:

Somente pela troca é que os produtos do trabalho adquirem, como valores, uma existência social idêntica e uniforme, distinta da sua existência material e multiforme como objetos úteis. Esta cisão do produto do trabalho, em objeto

útil e objeto de valor, só teve lugar na prática a partir do momento em que a troca adquiriu extensão e importância bastantes para que passassem a ser produzidos objetos úteis em vista da troca, de modo que o caráter de valor destes objetos é já tomado em consideração na sua própria produção. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem, de fato, um duplo caráter social. (MARX, 2013, p. 71).

Nesse sentido, a mercadoria é então limitada como maneira social de exprimir o trabalho empregado na produção de um objeto, ela não contém nada mais do que a cotação de câmbios. Dentro da perspectiva capitalista, muito embora signifique a junção de um complexo conjunto de fatores que a precede, ela é pura e simplesmente reduzida a um produto do trabalho útil (aquele que serve aos outros).

Georg Lukács (1885 – 1971), em *História e Consciência de Classe* (2003), define a coisificação da consciência atrelada à fetichização da mercadoria como *reificação*. Segundo o teórico foi o capitalismo que produziu uma consciência na qual nós que pertencem à mesma classe. Além de um sistema econômico, o capitalismo forja uma cultura voltada ao culto à mercadoria; essa cultura é rígida e possui forte relação com a lógica dos cálculos. Por exemplo, ela se opõe à vida humana porque não permite que se dê atenção ao plano subjetivo da existência:

A relação social é completada como relação de uma coisa, do dinheiro, consigo mesma. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, vemos aqui apenas sua forma desprovida de conteúdo (...). Sendo assim, criar valor, dar juros com a macieira dá maçãs, tornou-se inteiramente uma propriedade do dinheiro. E aquele que empresta seu dinheiro o vende como algo que traz rendimento. Isso não basta. O capital efetivamente ativo, como vimos, apresenta-se de tal modo que faz render o juro não como capital ativo, mas como capital em si, como capital financeiro. Isso também se inverte: enquanto o juro é apenas uma parte do lucro, isto é, da mais-valia que o capital ativo extrai do trabalhador, o juro aparece desta vez, inversamente, como o verdadeiro fruto do capital, como a realidade primitiva, e o lucro, transformado então em forma de ganho do empresário, aparece como um simples acessório e suplemento que se adiciona no decorrer do processo de reprodução. Nesse caso, a forma fetichista do capital e a representação do fetiche do capital são completadas. (LUKÁCS, 2003, p. 213)

O duplo caráter social citado por Marx como fruto dos trabalhos privados dos produtores, significa primeiro que o produto precisa ser útil aos outros como elemento que poderá resultar em uma troca, em um intercâmbio, e segundo que a utilidade social desse produto resulta em igualdade entre os diferentes trabalhos, a forma possível então de alinhar os trabalhos individuais aos coletivos. As fórmulas da economia burguesa para explicar o valor e a grandeza do valor e a medida do trabalho

pela sua duração na grandeza do valor dos produtos, o que determinam as trocas e as transações no capitalismo, faz parecer que a produção e suas relações comandam o homem ao invés de serem por ele comandadas.

O que Marx esmiuça em seu pensamento é que os valores da força de trabalho são modificados ao longo do tempo, à medida que os meios de produção evoluem, ou seja, o mesmo valor de uso que constitui o produto de determinado trabalho constituirá o meio de produção do próximo. Nessa lógica, então, entende-se como meio de trabalho as coisas que estão prontas para uso, que não passaram por modificação humana, exemplo: terra virgem, órgãos humanos (que são usados biologicamente para a produção da força de trabalho); a força produtiva como o efetivo do trabalho do homem e o tempo de produção da mercadoria como o valor da mercadoria. O que não significa dizer, todavia, que necessariamente o trabalho realizado em doze horas sempre terá o mesmo valor, isso porque é possível trabalhar doze horas e nem sempre ter o mesmo resultado cristalizado.

A forma mais eficaz encontrada de transformar o tempo de trabalho em lucro para o dono do capital é através da exploração de mão de obra, da mais-valia. O dono do capital compra com dinheiro a mercadoria que será usada para produzir o seu produto de venda, o que requer uma antecipação de investimento. Essa antecipação, no entanto, não sairá do bolso do dono dos meios de produção, pois a lógica é a do lucro e não da despesa. Nesse sentido, o capitalista compra a força de trabalho do operário por um valor "x" que representa "x" horas de trabalho, mas com os aprimoramentos dos meios de produção é possível, por exemplo, acelerar a produção de uma mercadoria, ou seja, se um trabalhador produz um produto por oito horas de serviço, com um meio de produção mais avançado ele consegue produzir o dobro ou o triplo, mas continuará recebendo o mesmo salário acordado pelo valor de um. Nessa lógica, apenas uma pequena parte do trabalho do empregado é usada para ele mesmo (para gerar seu salário) e as demais horas trabalhadas nessa jornada são para gerar riqueza ao capitalista, o que sobra dessa conta foi chamado pelo teórico de mais-trabalho. Em outras palavras, o trabalhador precisa incorporar a sua força de trabalho viva à objetividade morta do capitalismo. Gasta seu tempo de vida, suas roupas, sua força biológica e tantos outros atributos humanos para gerar riqueza ao detentor dos meios de produção.

O capitalismo só sobrevive, portanto, pela compra da força de trabalho e pela exploração da mão de obra do homem pelo homem. Marx disserta ainda, para explicar o que diferencia o ser humano arquiteto de uma abelha construtora de colmeias, por exemplo, que o ser humano antes de solidificar o seu trabalho, arquitetou como fazê-lo, o que não ocorre no mundo animal, além disso, enfatiza que o homem em toda a sua história se empenhou em construir ferramentas que facilitariam o manejo da natureza para criar formas de sobrevivência, valendo-se dos meios de produção que estavam disponíveis para tanto. A propriedade privada, desta feita, e a divisão dos meios de produção em camadas produtivas, inaugurou o que conhecemos pela exploração da mão de obra do homem pelo homem para acúmulo de capital, o que também não ocorre no mundo animal.

Traçada, portanto, essa breve recapitulação sobre o que será entendido nesta pesquisa por “materialismo histórico-dialético” serão analisadas e comparadas as personagens Luís da Silva e Álvaro Silvestre dentro dessa lógica da crítica ao sistema capitalista proposta por Marx.

3 LUÍS DA SILVA: FUNCIONÁRIO PÚBLICO LEVANTADO HÁ TRINTA DIAS

“O romance de Graciliano Ramos é uma desidratação da carne. Tudo neste homem é nervo exposto, é a agonia de um tempo em liquidação (...) Para ele só existiu a pedra dura onde os seus restos de carne sangrariam. Mas como grita a sua dor que queria falar baixo, como nos comunica uma vontade de fim de uma criatura, que nada queria nem de Deus e nem dos homens”.

José Lins do Rego

Luís da Silva é o tempo todo na narrativa aquele que deseja, mas que não realiza seus desejos. A falta do gozo da personagem, no sentido de que não se satisfaz, que leva uma vida sem prazeres, é possível de ser notada em diversas passagens. Ele possui muitos desejos, mas não consegue realizá-los. Embora seja consciente da realidade que o cerca e de como a sociedade está organizada, ou seja, por mais que haja o conhecimento de tudo o que ocorre ao seu redor, ele não se movimenta no sentido de mudar o seu status, tampouco se articula para melhorar quem é enquanto ser humano. Parece estar preso numa gaiola. O pessimismo exacerbado que contribui para a falta de pensamento crítico daquelas pessoas inseridas na realidade da dura vida sertaneja é crucial para mantê-las dentro desses limites impostos por um sistema que não abre brechas para a racionalização ou para o engajamento em ideias de melhoria. É um status imutável e permanente de desterro.

Traçando o perfil da personagem é possível depreender que Luís da Silva é um homem branco, de meia idade, que possui um cargo estável no Estado, trabalha na cidade, é pacato, solteiro, não possui casa própria, companheira, filhos ou título no próprio trabalho que exerce; ele é, em termos de compreensão materialista, um homem sem posses, logo, sem valor. Muito embora ele não tenha esse valor atribuído e atribuível às coisas, possui conhecimento e requinte acadêmico, é um indivíduo que ganha a vida escrevendo, o que dificulta ainda mais a sua situação, isso porque o fato de não se ter posses no mundo capitalista já é um grande problema quando não se tem consciência de sua mediocridade para esse sistema; quando há essa consciência e o nível de comparação com os demais é ativado, o sofrimento causado por esse entendimento tende a ser ainda maior. O conhecimento atrai uma certa vaidade. Essa vaidade, quando não consegue ser realizada, reverbera de forma negativa não só na relação do indivíduo com os outros, mas em sua autoimagem, e, de certo modo, essa

sensação de fracasso atestada por si próprio tem consequências drásticas na esfera psicológica daquela pessoa. Em uma das reflexões sobre sua própria vida, Silva deixa explícito seu descontentamento logo nas primeiras páginas da narrativa:

Se pudesse, abandonaria tudo e recomeçaria as minhas viagens. Esta vida monótona, agarrada à banca das nove horas ao meio-dia e das duas às cinco, é estúpida. Vida de sururu³. Estúpida. Quando a repartição se fecha, arrastome até o relógio oficial, meto-me no primeiro bonde de Ponta-da-Terra. (...) Está claro que todo o desarranjo é interior. Por fora devo ser um cidadão como os outros, um diminuto cidadão que vai para o trabalho maçador, um Luís da Silva qualquer. (RAMOS, 2014, pp. 10, 26)

Quando conversa com Moisés, para quem deve dinheiro, Silva deixa clara a sua percepção e sua vaidade diante de tudo o que o cerca socialmente; colocando-se em um grau de superioridade intelectual, em tom blasé se refere ao credor:

(...) Moisés fala em abundância, desferrando-se do silêncio em que estivemos ultimamente. Procura a expressão, coça a testa, franze os beiços numa careta que lhe mostra os dentes largos e diz – Está percebendo? Sim, percebo, embora ele tenha sintaxe medonha e pronúncia incrível. Faz rodeios fatigantes, deturpa o sentido das palavras e usa esdrúxulas de maneira insensata. Escuto-o. Os ouvidos são para ele, os olhos para as figuras habituais do café. Os olhos estão quase invisíveis por baixo da aba do chapéu, e uma folha da porta oculta-me o corpo. Uma criaturinha insignificante, um percevejo⁴ social, acanhado, encolhido para não ser empurrado pelos que entram e pelos que saem. (RAMOS, 2014, p. 29).

Ao comparar Moisés com um “percevejo”, Silva deixa clara sua percepção a respeito dos demais com quem tem qualquer tipo de relação, seja aqueles para quem deve, seja com quem possui qualquer tipo de relacionamento: amoroso, de amizade, de negócios, de trabalho. Para Luís da Silva ninguém naquele convívio presta. Moisés ele compara a um parasita, mesmo tendo-lhe emprestado dinheiro. O adjetivo “social” reflete que ele, Moisés, neste aspecto, quer se alimentar da realidade vivida pelos pobres para dissertar e teorizar sobre seus pensamentos inclinados ao comunismo: “(...) não escora suas opiniões com a palavra do Senhor, como os antigos: cita livros, argumenta. Prega a revolução, baixinho, e tem os bolsos cheios de folhetos incendiários” (RAMOS, 2014, p. 29), apenas enquanto teoria, já que na prática não

³ Sururu: espécie de mexilhão, Luís da Silva permeia seus relatos comparando as pessoas ao seu redor a si mesmo a animais.

⁴ Ao comparar Moisés a um “percevejo”, fica claro o hiperfoco de Silva com animais.

abre mão de receber seu dinheiro, pois: “(...) Infelizmente não me podia dar quitação, porque os troços que vende são do tio, judeu verdadeiro.” (RAMOS, 2014, p. 28).

O romance é construído em torno da vida de Luís da Silva, servidor público que se viu desde muito novo obrigado a viver de forma independente desde a adolescência quando seu pai morre e ocorre a ruína financeira de sua família, causada pelo mau uso do dinheiro por seu pai. Luís da Silva conta sua história de forma não linear e repleta de divagações, essas divagações provocam uma vertigem no leitor, pois há um ritmo de vai-e-vem na narrativa que confunde o espaço-tempo físico no qual de fato ocorreu a ação com o espaço-tempo psicológico do qual se lembra a personagem. Aqui há o primeiro sinal claro da materialização da leitura que se pode fazer da filosofia materialista histórico-dialética de Marx no romance, pois uma discussão (a física-espacial) depende diretamente da outra (psicológica-emocional) em *Angústia*.

Como acima mencionado, a ruína da família de Luís da Silva se deu pelo uso indevido do dinheiro por seu pai, mas não há na narrativa uma especificação por onde esses bens foram esvaziados. O primeiro trauma causado na vida do menino foi, portanto, a desvinculação de seu conforto material, o que o fez sair de sua casa (interior de Alagoas), para tentar se estabelecer na cidade (Maceió). Há aí um estabelecimento claro da importância dos bens materiais para o indivíduo, pois eles representaram uma mudança completa e incerta em sua vida.

Grande parte dos acontecimentos que sucedem na narrativa se dá pelo viés econômico na vida de Luís da Silva: “dinheiro e propriedades, que me dão sempre desejos violentos de mortandade e outras destruições” (RAMOS, 2014, p. 9). Há três marcos de acontecimentos na obra, como se, de fato, esses ápices de sensações psicológicas fossem definidos pela condição financeira e marcassem os inícios e os fins dos ciclos de vida da personagem: Primeiramente, sua saída do campo para a cidade se deu por problemas de ordem financeira, a chegada à cidade trouxe o desafio de conseguir um emprego para se manter na capital. Sequencialmente, o emprego causa em Silva uma sensação extrema de insuficiência e de frustração, mas ao mesmo tempo, esse parece ser o momento no qual houve a recuperação da estabilidade psicológica dele na narrativa, diretamente atrelado à estabilidade material, já que ele conseguia pagar suas contas em dia, por exemplo, e não se preocupava com dívidas. Por último, a derrocada de sua vida (em termos psicológicos) devido ao fato de perder a mulher por quem tinha desejo, Marina, para um concorrente

que possuía, acima de qualquer outra característica marcante, muito dinheiro. Junto dessa derrocada psicológica ocorre também a material, já que Luís se vê afundado em dívidas devido ao seu envolvimento com Marina e devido à sua própria superficialidade por gastar mais do que deveria para impressionar a pretendente.

A sensação de angústia permanente na narrativa é possível de ser notada pelo uso de adjetivos que remontam a esse afeto de desgosto ao longo do livro. Ao contrário de seus outros romances, Graciliano Ramos não poupa economias na descrição das emoções de Luís da Silva, e essas emoções, em sua maioria, são negativas. Logo no início da narrativa, ao descrever os cafés pelos quais andava, revela como odioso o estabelecimento por onde passava para se distrair; o olhar com que mira as vitrines é de desgosto. O próprio personagem entrega seu estado de péssima saúde mental já na segunda página do livro: “vivo agitado, cheio de terrores, uma tremura nas mãos, que emagreceram. As mãos já não são minhas: mãos de velho, fracas e inúteis. As escoriações das palmas cicatrizaram” (RAMOS, 2014, p. 8).

As escoriações às quais se refere dizem respeito à força com que segurou a corda com a qual enforcou Julião Tavares, acontecimento que é detalhado no final do romance, mas que perpassa toda a narrativa em brumas de lembranças que atormentam a personagem. Em vários momentos de improdutividade no trabalho, por exemplo, Luís da Silva recupera as memórias de Julião Tavares e de Marina; essas lembranças parecem ser a desculpa perfeita para justificar a falta de compromisso dele com o seu trabalho, sem precisar, de fato, assumir essa responsabilidade:

Impossível trabalhar. Dão-me um ofício, um relatório, para datilografar, na repartição. Até dez linhas vou bem. Daí em diante a cara balofa de Julião Tavares aparece em cima do original, e os meus dedos encontram no teclado uma resistência mole de carne gorda. E lá vem o erro. Tento vencer a obsessão, capricho em não usar a borracha. Concluo o trabalho, mas a resma de papel fica muito reduzida. (RAMOS, 2014, p. 8).

A obsessão por ser produtivo e a culpa por não estar produzindo algo que não precise de correção são uma constante na história. A fixação por não ser vadio e o preconceito e ódio aos pedintes, que representam uma classe que não tem emprego, evidenciam o viés de valor humano proporcional ao valor agregado de mercadoria, conforme determina a teoria materialista. Mesmo nos momentos em que não está trabalhando, Luís da Silva se culpa por ter pensamentos vadios que passam longe dos artigos que foram pedidos para serem feitos no trabalho.

Um passatempo recorrente dele é rabiscar palavras e formar anagramas, brincar com a supressão, inversão e adição de letras ao nome de Marina, por exemplo. Essa brincadeira de rabiscar o papel ao final se torna apenas umas “tarjas pretas” (RAMOS, 2014, p. 8). Fazendo um adendo, curioso pensar que, muito embora o uso desse termo para referenciar medicamentos de uso controlado, especialmente para tratamento de problemas psicológicos, tenha sido popularizado anos depois da publicação da primeira edição do livro, é inegável e impressionante a coincidência causada pela referenciação, que, de imediato, remonta à classificação de medicamentos dos quais certamente se beneficiaria Luís da Silva.

O valor que Luís da Silva julga possuir está atrelado ao trabalho e aos bens materiais que podem ou não ser consequências do primeiro. Ele deixa claro na narrativa que os homens que possuem cargos na repartição o desprezam porque ele é um “pobre-diabo”. O pai de Luís da Silva, reduzido a Camilo Pereira da Silva, conforme explicação da sucessão da linhagem dos Silva, é descrito na narrativa por seu comportamento e (não)ações, e não por características que possuía, seu comportamento é pacato e marcado por uma falta de movimentação, suas ações se resumem a ler por fruição e a descansar na rede. Nem a morte de seu pai comoveu Luís da Silva, que se sentia despossuído em todos os sentidos: não possuía sentimento pela morte, não se sentia dono da casa, tampouco parte daquele momento, o único sentimento que imperava em Luís da Silva era a pena de si mesmo:

Muitas pessoas se tinham tornado donas da casa: Rosenda lavadeira, padre Inácio, cabo José da Luz, o velho Acrísio. (...) Tentei chorar, mas não tinha vontade de chorar. Estava espantado, imaginando a vida que ia suportar, sozinho neste mundo. Sentia frio e pena de mim mesmo. A casa era dos outros, o defunto era dos outros. (...) Desejava em vão suportar a morte de meu pai. (RAMOS, 2014, p. 21).

Nessa primeira parte da narrativa, o personagem se dedica a contar a história de sua vida até os quatorze anos, quando seu pai faleceu. Há uma oscilação no tempo/espço nos quais deram-se os acontecimentos – primeiro a personagem fala do tempo presente em que se encontra já na capital, há longas digressões ao passado que remontam ao acontecimento de grande impacto na vida dele. Depois há a retomada ao ponto no qual houve a interrupção da narrativa para o tempo presente. As memórias do passado atravessam o presente e esse sofre uma intervenção prejudicial pelos atos que aconteceram outrora. Ele deixa claro que as memórias

podem estar embaralhadas e que o seu incômodo é interior, que por fora ele é um Luís da Silva qualquer.

A própria denominação que ele faz de si mesmo “Luís da Silva qualquer” é suficiente para compreender como a personagem se autointitula um fracassado, um menor. Da linhagem da família sobrou o sobrenome reduzido a “Silva”, enquanto o avô possuía uma linhagem robusta, o pai já sinaliza a redução com o decréscimo de alguns sobrenomes: Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva a Camilo Pereira da Silva. Além da sinalização do decréscimo dos nomes para demonstrar uma despersonalização do indivíduo até a chegada em Luís da Silva como forma de notificar a decaída da linhagem e das posses, há várias descrições do espaço externo da fazenda da qual eram donos, que indicam a decadência financeira dessa família:

Os negócios na fazenda iam mal. E meu pai, reduzido a Camilo Pereira da Silva, ficava dias inteiros manzanzando numa rede armada nos esteios do copiar, cortando palha de milho para cigarros, lendo o Carlos Magno (...). Dez ou doze reses, arrepiadas no carrapato e na varejeira, envergavam o espinhaço e comiam o mandacaru que Amaro vaqueiro cortava nos cestos. O cupim devorava os mourões do curral e as linhas da casa. No chiqueiro alguns bichos bodejavam. Um carro de bois apodrecia debaixo das catingueiras sem folhas. Tinham amarrado no pescoço da cachorra Moqueca um rosário de sabugos de milho (...) (RAMOS, 2014, p. 13)

Além da indicação da decadência do espaço rural no qual se encontrava, Luís da Silva faz afirmações de que sua saúde mental não ia bem desde muito cedo. Afirma que seu avô ficou doente e teve alucinações perto do leito de morte, indica daí um possível distúrbio enraizado na família. Quando criança, o silêncio imperava em sua casa, o conforto emocional que recebia era raro e somente vinha das criadas. Em determinada passagem relata que o silêncio era perturbador a ponto de ele pensar que fosse surdo, provocava estampidos para testar e comprovar que não era. Começa a ouvir vozes de repente, pensa ser o barulho dos bichos da fazenda, mas que eram incômodas e desconhecidas as vozes, essa afirmativa indica, sobretudo, que suas visões e audições não eram e não são confiáveis, pois há uma interferência de perturbação psicológica nítida na vivência descrita por ele:

Havia um grande silêncio, um silêncio incômodo. Às vezes punha-me a tossir, para me convencer de que não tinha ficado surdo. Era como se a gente houvesse deixado a terra. De repente surgiam vozes estranhas. Que eram? Ainda hoje não sei. Vozes que iam crescendo, monótonas, e me causavam medo. Um alarido, um queixume, clamor sempre no mesmo tom. As ruas

enchiam, a saleta enchia-se – e eu tinha a impressão de que o brado lastimoso saía das paredes, saía dos móveis. Fechava os ouvidos para não perceber aquilo: as vozes continuavam, cada vez mais fortes. Que seriam? Tentava descobrir a causa do extraordinário lamento. Supunha que eram patos gritando, embora nunca tivesse ouvido a voz dos patos. Também me inclinava a admitir que fossem sapos. Mas os sapos do açude da Penha cantavam de outra forma. Não podiam ser sapos. A verdade é que muitas vezes perguntei a mim mesmo se realmente ouvia aquele barulho grande, diferente dos outros barulhos. Perguntei naquele tempo ou perguntei depois? Não sei. Tenho-me esforçado por tornar-me criança – e em consequência misturo coisas atuais a coisas antigas. (RAMOS, 2014, p. 20)

Essa deve ser suficiente para despertar no leitor da obra a desconfiança da leitura que está fazendo sob a lente de Luís da Silva, não apenas porque ele claramente confessa não estar em seu melhor estado de saúde, mas porque e, principalmente, o que está sendo narrado é fruto de lembranças. Grande parte do que se recorda é imaginação e não realidade. A personagem tenta o tempo todo na narrativa justificar suas ações com base no que lhe sucedeu durante a vida, desse modo, é claro que há uma coerção autoimposta que influencia o indivíduo a crer mais nas memórias falsas do que nas verdadeiras, de acordo com o que lhe convém. Somado ainda o fato de o romance ser contado em discurso indireto com poucas passagens de diálogos, o tom de manipulação da verdade na narrativa é evidente. Essa manipulação dos acontecimentos pode ser compreendida como uma forma de justificar o crime contra o anti-herói Julião Tavares e como forma de justificar os fracassos sociais aos quais Luís da Silva se deparou a vida toda.

Esses sinais, no entanto, não são casuais, eles servem para que o leitor acenda um alerta e receba com desconfiança as afirmações e os cenários criados por Luís da Silva. Em posfácio à edição de *Angústia* publicada pela Record, Silviano Santiago traz à tona uma importante reflexão para o entendimento do caráter psicológico da narrativa, especificamente porque a obra sofrera críticas pelo uso de repetições, tendo sido inclusive adjetivada como “gordurosa” por Antônio Cândido: “A compulsão à repetição foi impulsionada pela escrita do paranoico obsessivo” (SANTIAGO, 2014, p. 292). Ora, o que esperar de um discurso em primeira pessoa, se o emitente está em constante paranoia, obsessão e, como o próprio título do livro denomina, angústia, senão um cenário caótico de lembranças e interpolação de acontecimentos (?). O crítico vai além, ainda, quando afirma que não há palavra no lugar certo em *Angústia*, já que a certeza da palavra perdeu seu estatuto que foi conferido às narrativas realistas neste romance.

Sobre essa articulação da palavra expressar a realidade, os estudos psicanalíticos vêm ao encontro do que indaga Santiago, visto que para a psicanálise, diferentemente do que postulavam os estudos médicos até então, segundo os quais as tormentas humanas eram fruto apenas da biologia, o significante possui outra denominação que não o da linguística, isso porque há mais na mente do que pode ser dito pelas palavras. Não à toa a angústia dar nome e tom à narrativa. Para os estudos modernos psicanalíticos sobre esse sentimento, Lacan (1901-1981) definiu, em seu seminário sobre o tema, que a angústia é um afeto que não mente, pois não pode ser representada por uma palavra, ou seja, a queixa do indivíduo que a porta não pode ser traduzida por um significante. Nesse sentido, o autor explora ainda que a angústia não possui representação porque aponta diretamente para o real (LACAN, 1998, p. 37).

Não obstante a angústia seja um afeto que traduz o real, ela não significa, para a psicanálise lacaniana, a falta, a perda ou a ausência de um objeto, pelo contrário, ela é a proximidade com o objeto de desejo. Em linhas gerais, para essa teoria, é definido que o objeto de desejo é o outro e que o outro é aquele que entendemos por imagem espelhada de nós mesmos:

Digo ao outro que desejando-o sempre sem saber eu o tomo pelo objeto, por mim mesmo desconhecido, de meu desejo. Em nossa própria concepção de desejo eu te identifico, a ti com quem falo, com o objeto de desejo, realizo para o outro justamente o que ele procura. (LACAN, 1998, p. 37)

Sendo o outro o objeto do meu desejo e esse desejo desconhecido por seu desejante, chega-se a outra proposição cunhada por Lacan, a de que o desejo sustenta o homem em sua existência de homem. Esse desejo geralmente é ditado pelos sentimentos básicos do ser humano é comum a grande parte dos seres sociais: de ser amado, de ser admirado, de ser aceito, de perpetuar sua espécie, de ter sucesso. Luís da Silva era um homem de desejos, queria ser como Julião Tavares em termos financeiros, acreditava que sua posição social influenciava diretamente na decisão de rejeitá-lo tomada por Marina, objeto de seu amor. O desejo de ser alguém que ele não é, ou seja, Julião Tavares, perpassa o romance e dá o tom de miserabilidade e de cegueira social e moral ao narrador, uma vez que desde o início de seu encontro com Marina não houve abertura direta da moça para que ele julgasse que ela não o quisesse devido à sua condição material, mas ele se convence e tenta

convencer o leitor o tempo todo de que essa é a causa central de sua ruína, figurando assim o que defendem os estudos psicanalíticos sobre a necessidade de uma análise clínica voltada à macroestrutura na qual o indivíduo está inserido. Dentro da lógica psicanalítica, então, pressupor a existência material humana é declarar que o homem será fruto das atividades sensíveis, assim como defendem os pressupostos marxistas.

A sustentação do homem vivo, então, gera as demandas que fazem com que ele se mantenha dentro dessa sociedade e de seu corpo social. Os desejos são geralmente de ordem material, pois à medida que a sociedade se desenvolve, eles mudam também com ela e são alheios à natureza humana, e é aqui que reside a rachadura da construção sistêmica capitalista centrada no acúmulo. Quando a necessidade de acumular vai muito além da capacidade natural do ser humano de produzir e/ou de usufruir a vida como ser vivo, há o colapso das relações sociais que são ditadas pelo sistema, há a aniquilação do objetivo primário do capital – que é a reprodução humana para sua sustentação. O homem, aproximado do objeto porque tem em mente o que deseja, não consegue segurar aquilo com suas mãos, ou seja, por mais que trabalhe e chegue ao status que, supostamente, seria o ideal, não consegue a “paz” que procura dentro de suas necessidades. Isso porque, quando alcança o que pensa desejar, já não tem mais a mesma energia vital para aproveitar o que conquistou, isso quando conquista. Essas premissas atestam que a continuidade do sistema de acúmulo montado na exploração do homem pelo homem e na separação de classes, em detrimento da natureza do ser humano, serão fatais para ambos em dado momento.

Trazendo essa lente para a leitura de Luís da Silva, ele pode ser interpretado como um funcionário público mais bem colocado do que um proletário, mas ainda assim pobre, pois mesmo que não ganhe sua vida nas fábricas, vende sua força de trabalho ao dono do capital, ao dono dos meios de produção. No caso, o dono dos meios de produção é o Estado.

A visão de Luís da Silva sobre o meio no qual exerce sua função vai no sentido de não acreditar no que ele mesmo faz; sempre às voltas com as questões familiares, sociais e políticas de seu meio, ele reflete sobre a manipulação das massas e sobre o direcionamento da opinião pública produzidos pela mídia daquela época. Nesse

sentido, é crucial entender o papel do significante⁵, um dos termos importantes no entendimento da psicanálise. Para Lacan (1962), a existência do discurso, no qual o homem está implicado como sujeito, é muito anterior ao advento da ciência, entender que nem tudo o que expressamos em palavras está relacionado ao que sentimos, tampouco à realidade, é importante para a compreensão de que lidar com as mazelas psicológicas do homem vai além de apenas saber expressar o que se sente, mas sim de aprender a viver com a ausência da representação discursiva sobre os sentimentos e as necessidades humanas. Essa compreensão psicanalítica de que a falta faz parte das relações humanas e da própria natureza do homem é importante para a conclusão de que o sistema materialista, cuja premissa é arraigada no conceito de preenchimento dos espaços vazios com materialidade, jamais será saudável ao homem em sua essência, já que não somos ensinados a lidar com o vazio e com a falta, somos, ao contrário, estimulados a preencher todo e qualquer “buraco” que surge dentro de nossas vidas, seja emocional ou material. A busca incessante pelo preenchimento de lacunas, as quais não sabemos quais são, pois esbarram à nossa própria compreensão material, uma vez que não podemos “verbalizá-las” ao mundo, como um ato de materialização do sentimento, gera a angústia latente daquele que sente, mas que não foi ensinado a lidar com esse afeto, já que está condicionado a preencher e não a compreender para lidar e ressignificar.

Além disso, ainda segundo a teoria lacaniana, todas as coisas que estão no mundo são determinadas pelas leis do significante. Desse modo, interpretando a narrativa de Luís da Silva pelo viés do capitalismo, segundo o qual o indivíduo é valorado pelo que possui e pelo que consegue produzir, é importante também compreender como essa valorização causa exatamente uma angústia na personagem, pois o seu trabalho é escrever, mas ele sabe que as palavras não são suficientes para definir o que, de fato, acontece, ou o que seria crucial para a transformação da sociedade.

5 Para Lacan, diferentemente do conceito linguístico do termo, o significante é a unidade que simboliza uma ausência: “Pois significante é unidade por ser único, não sendo, por natureza, senão símbolo de uma ausência.” “O significante só tem sentido por sua relação com outro significante. É nessa articulação que reside a verdade do sintoma” “A verdade é aquilo que se instaura na cadeia do significante”. (LACAN, 1998, pp. 27, 235)

Luís da Silva não acredita no próprio trabalho que produz, porque compreende que não é possível revelar tudo o que deseja através da palavra, tampouco o que defende. Os diversos jogos com as palavras, nos quais o protagonista despense várias horas de seu trabalho, demonstram que há uma lacuna que não consegue ser preenchida pelo que se conhece na linguagem humana, do contrário ele apenas realizaria seu ofício sem grandes divagações, ele escreveria.

A verborragia na descrição dos sentimentos de Luís da Silva também é indício dessa busca incessante pela expressão de algo que escapa, pelo impalpável, pelo que foge ao material: o afeto que não consegue ser definido, no limite, a angústia. Mesmo que os estudos sobre ela tenham sido iniciados anos mais tarde, há aí uma universalização do tema e antecipação de um importante elemento para a análise da sociedade e das relações sociais, esse sentimento do homem moderno está mimetizado pela literatura.

A teoria Lacaniana diverge da linguística no que tange ao entendimento do que se postula por significante. Nesse trabalho haverá os usos de ambos os sentidos, devidamente identificados. Para Lacan, o significante não pode ser compreendido de modo arbitrário, pois faz sentido dentro de um universo de outros significantes, que é chamado de “cadeia”. Enquanto Saussure (1857-1913) postula que o significante é a imagem psíquica do som, ou seja, a imagem acústica associada a um significado, Lacan defende que o significante é uma unidade que simboliza uma ausência, pois não é possível expressar em termos absolutos o que se sente, nem tudo é passível de representação em termos de linguagem. Nesse sentido, em seu seminário sobre a Angústia, o autor ensina que, para a psicanálise:

Os significantes fazem do mundo uma rede de traços em que a passagem de um ciclo a outro torna-se então possível. Isso quer dizer que o significante gera um mundo, o mundo do sujeito falante, cuja característica essencial é que nele é possível enganar. (LACAN, 1998, p. 87)

A apropriação das cadeias de significantes, (no sentido linguístico) para a formação de um discurso, denota a intenção da visão de mundo ou de certo aspecto sob o ponto de vista de um indivíduo. Quando Luís da Silva escreve os textos para publicá-los no jornal, compreende que sua função é apenas a de materializar ideias que não necessariamente estão de acordo com o que ele acredita, tampouco tais ideias precisam estar ancoradas em alguma verdade:

Trabalho num jornal. À noite dou um salto por lá, escrevo umas linhas. Os chefes políticos do interior brigam demais. Procuram-me, explicam os acontecimentos locais, e faço diatribes medonhas que, assinadas por eles, vão para a matéria paga. Ganho pela redação e ganho uns tantos por cento pela publicação. Arrumo desaforos em quantidade, e para redigi-los necessito longas explicações, porque os matutos são confusos e, acontece-me defender sujeitos que deviam ser atacados. (RAMOS, 2014, p. 54)

O que ocorre é a manipulação do homem pelo homem em uma luta imbricada de sujeitos que precisam se articular dentro de uma determinada teia social. Relacionando a teoria Lacaniana com o trabalho de Luís da Silva como escritor, é provável que sua angústia resida especialmente na incompletude e no não alcance das palavras em relação ao que ele sente que precisa ser realizado, ao seu desejo como homem trabalhador/escritor. A teoria Marxista propõe, de pronto, que é preciso uma articulação entre teoria e prática para que a revolução aconteça. Luís da Silva não acredita que a revolução acontecerá por meio daqueles que mal sabem pontuar as frases:

“Proletários, uni-vos.” Isto era escrito sem vírgula e sem traço, a piche. Que importavam a vírgula e o traço? O conselho estava dado sem eles, claro, numa letra que aumentava e diminuía. (...) Aquela maneira de escrever comendo os sinais indignou-me. Não dispense as vírgulas e os traços. Quereriam fazer uma revolução sem vírgulas e sem traços? Numa revolução de tal ordem não haveria lugar para mim. (RAMOS, 2014, pp. 203-204).

Há claramente o limite de entendimento no qual está preso o protagonista, pois ele se resigna à realidade imposta e não acredita que há saída dela. Conserva hábitos da burguesia sem ser burguês. Vários são os estudos sobre a modernidade e como o sistema econômico capitalista, que une as demandas humanas em um único propósito (sociais, culturais, psicológicas, por exemplo), é eficiente em cercear a vida humana e a atividade em sociedade para sua própria sustentação. A sociedade burguesa precisa criar um mito sobre si mesma, pois:

a vida dos negócios no escritório, em meio a colunas e cifras, está fadada a ser essencialmente anti-heroica. Trata-se de uma considerável descontinuidade entre a velha e nova classe dominante: enquanto a aristocracia se idealizava sem pejo em toda uma galeria de cavaleiros intrépidos, a burguesia não produziu nenhum mito de si mesma. (MORETTI, 2014, pp. 24-25)

A falta de mito sobre si mesma gera certa lacuna de propósito à vida das personagens burguesas, que são viventes do capitalismo, há então um lampejo de entendimento sobre o porquê há tanta angústia e desalento no acompanhamento da

vida de Silva e Silvestre, ambos protagonistas de uma vida na qual não há espaço para protagonismo humano, pois o *Main Character* das cenas é o trabalho, o capital, o dinheiro. Enquanto o homem tenta realizar sua vida e viver, pois ele é o sujeito da sua própria existência, há um sistema que limita essa vivência, que adquire vida própria, pelo qual é necessário viver para se manter vivo.

Perry Anderson (1938) em seu texto *Modernidade e Revolução* (1986), elabora uma resenha crítica ao texto de Marshall Berman (1940 – 2013) *Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar* (1982), e nela propõe uma indagação sobre como a Modernidade é recebida pelos críticos. De um lado, há os que possuem crença cética sobre como a sociedade se organizará melhor a partir da união dos desenvolvimentos proporcionados pela modernidade, de outro lado, há os que não acreditam que haja a mudança positiva vinda da modernidade. Ao fim, a segunda vertente, a qual intenta que há uma única saída para o turbilhão gerado pelos processos sociais e econômicos, que é a saída dos muros, da gaiola do capital, ou seja, um estabelecimento de uma nova forma de governo, o comunismo, parece ser sóbria, mas se esbarra em si mesma segundo o resenhista, pois, se o comunismo parece ser a chave da mudança nessa perspectiva pessimista, como será possível que ele mesmo sobreviva a essa inevitável deterioração causada por todos os sistemas até aqui? Esse questionamento aponta para uma importante característica que une Luís da Silva e Álvaro Silvestre, pois ambos representam, dentro de suas especificidades, o homem moderno, possuidores de um niilismo incapaz de ensejar mudanças e de vislumbrar que há uma saída para o sistema o qual os está aprisionando.

O desenvolvimento da sociedade moderna foi possível através do turbilhão de processos sociais aos quais fora submetido o homem. Para Berman, o desenvolvimento significa o conjunto de transformações objetivas da sociedade desencadeado pelo advento do mercado capitalista; diante dessas transformações o homem sofre inevitáveis mudanças subjetivas, o que potencializa os poderes dele e amplifica a experiência humana. As mudanças sociais travadas até certo momento contra o sistema capitalista se voltam contra o proletariado, em um movimento que já havia sido previsto por Marx. O modernismo encena a exaltação do sistema capitalista, pois não há nada duradouro que resista à experiência da modernidade, pelo contrário, ela exalta a mudança a todo custo. Se no começo do desenvolvimento industrial havia participação significativa do homem no manejo da matéria até a

chegada ao produto, no pós-desenvolvimento industrial o produto do trabalho é plástico, é amorfo, não há sequer vestígio de interação humana.

Há dentro dessa realidade um indivíduo incapaz de lutar contra o desenvolvimento por questões psíquicas que são favoráveis, inclusive, à imposição dessa verdade. O sujeito moderno se encontra então em uma situação pessimista quanto à perspectiva de mudança, pois o modernismo, segundo Berman, não possui passado nem futuro, mas sim um presente interminável. É nítida a decomposição do capitalismo que está sendo assistida pela sociedade moderna, pois é chegado o momento em que: “(...) o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados.” (GRAMSCI, 2020, p. 195).

A crise a qual faz referência Gramsci diz respeito à política, pois o primeiro sinal de uma instabilidade social se dá através desse aspecto. Quando o Governo não administra pelas vias democráticas, mas apenas recorre às coercitivas, é chegada a hora da necessidade de uma revolução, que deve ser pontual, e que é diferente de uma simples reforma. De acordo com os pressupostos de Marx, é exatamente a ruptura total com o antigo estabelecimento de normas e a realização de uma nova ordem social que mudariam, de fato, o sistema imposto, sem isso há apenas a troca de um pelo outro.

O desenvolvimento econômico e social aliado ao desenvolvimento tecnológico que contribuiu para a produção em massa das indústrias é um dos fatores sobre os quais deve-se voltar a atenção quando se analisam as questões de ordem materialista histórico-dialéticas nas obras aqui estudadas. As mudanças tecnológicas que marcam a modernidade são o fomento do sistema capitalista, pois é através delas que se pode alcançar com mais efetividade o intento dos detentores do capital que é a mais-valia. Nesse sentido, o indivíduo que faz parte desse sistema e contribui diretamente para a geração coletiva de uma riqueza que será aproveitada individualmente não se sente parte dessa ideologia, pois tampouco consegue comprar o que ele mesmo produziu.

Quando a divisão do trabalho se desenvolveu e passou a incentivar maior racionalização da produção nas fábricas, por exemplo, maior foi o desenvolvimento pelo qual o operário teve que se adequar em termos de habilidade de trabalho. O salário não acompanhou esse desenvolvimento do trabalhador, o que fortaleceu o sentido de insuficiência e de desvalorização na sociedade capitalista regida pela troca. Se o sujeito trabalha incessantemente e não ganha o suficiente para suprir suas

necessidades, acaba sendo excluído de diversos círculos sociais, por exemplo, tanto por precisar trabalhar mais para bancar suas necessidades, quanto por não ter dinheiro para frequentar os lugares nos quais as socializações acontecem. O homem como ser social acaba por se distanciar dessa natureza que foi criada pela modernidade justamente para conseguir se manter vivo.

Luís da Silva tem o tempo todo seus desejos tolhidos ao longo da narrativa, pois representa esse indivíduo moderno que vive em uma sociedade cuja essência é a dicotomia do “dever e poder”. Deve-se muito ao sistema que fora criado: convivência em sociedade, bom senso, bom gosto para os temas culturais, boa aparência, uma família, posses, um diploma. Para conseguir essas exigências impostas pela modernidade é preciso um esforço enorme do homem que já se encontra genuinamente em um estado de repressão dos seus desejos primários de reprodução como atividade mantenedora da vida, por exemplo. Para que ele mantenha seu emprego depende da contínua defesa do sistema social estabelecido para o cumprimento das demandas impostas e introjetadas pelo próprio sistema. Não há saída. É como se o indivíduo estivesse amarrado por uma corda⁶, elemento essencial nas divagações de Luís da Silva, e não por acaso:

Pensava na miséria antiga e tinha a impressão de que estava amarrado de **cordas, sem poder mexer-me**. No banco do jardim, com os sapatos gastos, as meias reduzidas a canos, esperava ansiosamente um auxílio qualquer. Estudava as caras, numa agonia. A fome triturava-me a barriga, uma fome de muitos dias, enganada com pedaços de pão e cálices de aguardente. “Cidadão, um nortista perseguido pela adversidade...” Não distinguia bem a cara do cidadão: a cabeça inclinava-se, a vista escurecia e pregava-se nos dedos dos pés, que saíam pelos buracos dos sapatos. Se pudesse, se não estivesse policiado e exausto, mataria o cidadão para roubar-lhe um níquel. Andava sujo, as calças com os fundilhos rotos e as bainhas esfiapadas, a gravata feita uma **corda**. (RAMOS, 2014, p. 115)

O substantivo “corda” é trazido à narrativa em diversas passagens e é usado denotativamente e conotativamente, indicando a rigidez e o cerceamento impostos nos acontecimentos da vida de Silva. Nota-se no fluxo da escrita predominante de orações declarativas e afirmativas, sinalizadas pelo ponto final, o caráter de “depoimento” da história que está sendo contada por Luís da Silva. As frases são curtas e não dependem sintaticamente umas das outras, é como se cada ponto final

6 A corda é um elemento simbólico recorrente na narrativa. Luís da Silva recorre a ela em diversas passagens para traduzir as imagens mentais de sua angústia.

representasse um “nó” na corda esticada da história contada por ele. Há aí um elemento que sinaliza a assinatura de Graciliano Ramos no romance, embora a obra destoe das demais no sentido de haver muitas descrições e certa verbosidade na escrita, as frases são enxutas em si. O “excesso”, a “gordura” do romance, se é que há, se encontra na densidade do que está sendo relatado e não na escrita em si.

Esses truncamentos causados na narrativa não são mero acaso, porque sinalizam justamente a angústia na qual o sujeito moderno se encontra em sua própria existência: fadado a cumprir diversas obrigações, não é remunerado adequadamente pelo que produz e arca com uma obrigação tácita de socialização no meio em que vive, mesmo que isso signifique abdicação de diversas outras demandas de sua vida. Essas demandas são criadas para alimentar a superestrutura (conjunto de elementos definidores da sociedade – Estado, religião, ciência), e a base sobre a qual se mantém a superestrutura (infraestrutura) é o que conserva a classe dominante no seu lugar de poder.

O estabelecimento definido de um lugar de poder sobre o qual está deitada a classe dominante é aceito pela sociedade porque representa a figura paternalista da vida familiar que é conhecida de cada indivíduo (pai primordial). Dentro de sua casa a criança experimenta a hierarquia imposta socialmente, sabendo que há a necessidade de respeitar a autoridade paterna e materna. Os estudos psicanalíticos de Freud (1856-1939) foram dedicados à composição da sociedade moderna, a partir da segunda metade do século XIX, justamente diante do estabelecimento da burguesia como classe social, com base nas análises feitas por ele há uma constatação diagnóstica de uma perturbação geral na sociedade. De acordo com os postulados freudianos, a substituição do princípio de prazer pelo princípio da realidade é o grande trauma no desenvolvimento humano e se repete ao longo da história.

A propriedade privada gera a necessidade do desenvolvimento individual das famílias em detrimento da vida em comunidade, o que condiciona o sujeito a uma introspecção em termos de desenvolvimento. Em casa a figura do pai primordial monopoliza o prazer e o poder e impõe a renúncia desses aos filhos. Quando a criança cresce e vai à escola, por exemplo, experimenta novamente esse tolhimento de poder pelos educadores, quando arruma um emprego o mesmo acontece com os patrões e assim há a caminhada da manutenção da sociedade capitalista, pois é preciso que o ser humano deixe seus prazeres e instintos de lado, o maior deles sendo o da

autopreservação, de acordo com a teoria de Freud, para dar continuidade ao que está posto. O ponto de encontro entre família, propriedade privada e estudos da psicologia moderna é o homem moderno que está colocado nessa teia social; pensar as questões à volta do materialismo histórico-dialético implica necessariamente em pensar a psicologia social, pois a repressão é um fenômeno histórico e social e não apenas biológico. Desde muito cedo a criança é treinada a respeitar os domínios sociais e institucionalizados. Não há espaço para uma mudança coletiva se o que impera é o desenvolvimento individual:

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1848 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: **“a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos.”** Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; **a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.** A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período que dura até os nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade. (ENGELS, 1986, p. 71, sem grifos no original)

A modernidade gera naquele que a experiência que a sua vivência é ditada pela suposta “liberdade” adquirida por meio do acúmulo de capital, já que o desenvolvimento pessoal é incentivado e o ser humano se sente seguro diante dessa pseudo autopreservação; todavia, essa sensação não representa a realidade, pois o homem se amarra dentro de seu mundo e apoia a repressão externa porque pratica a repressão interna. Diante da repressão imposta ao indivíduo há o princípio de prazer que ficou rechaçado, mas não esquecido pelo chamado inconsciente; uma hora, porém, há o retorno dessa repressão e esse retorno afeta o homem (agente do sistema) e a sociedade como um todo, a civilização (MARCUSE, 1975).

Embora a teoria freudiana tenha sido criticada em certa medida por Gramsci, por exemplo, que foi um dos estudiosos da filosofia marxista, pois segundo ele “(...) o inconsciente só começa depois de algumas dezenas de milhares de libras de renda. As classes subalternas têm menos “remorsos” morais, porque o que fazem não lhes dizem respeito senão em sentido lato” (GRAMSCI, 2020, pp. 338-339), ela é de grande

valor para o estudo da civilização moderna e para o entendimento da peça-chave que articula a força motora do sistema: o homem. Se para Marx a constituição do indivíduo não se dá separadamente, mas sim nas relações com os outros, é entendendo o homem como parte da sociedade e criado em termos individualistas que se chegará a um possível entendimento sobre o que determina a sensação de vazio e constante observação da angústia nas diversas camadas da sociedade.

Se a ordem social dita que a natureza humana não reside dentro do indivíduo, mas na unidade do homem e das forças materiais, então a conquista das forças materiais é uma maneira – e a mais importante – de conquistar personalidade (GRAMSCI, 2020). Para que o homem percorra esse sentido geral de desenvolvimento individual é preciso que seus instintos primários de sobrevivência, ou seja, de satisfação das pulsões animais e dos desejos sexuais de reprodução, sejam direcionados para outro setor, qual seja, o trabalho.

A natureza humana é então retirada do centro da vida do próprio homem, que deve assumir outras prioridades, ainda que sem a vida não consiga realizá-las. Aí reside uma das problemáticas que envolve o homem moderno que experiencia esse período de desenvolvimento humano: as carências ou impulsos naturais ensinam ao homem que não se pode gratificar livremente seus impulsos instintivos, que não se pode viver sobre seu impulso de prazer. Essa energia desviada fica latente no inconsciente do homem, que é a mais profunda e mais antiga camada da personalidade mental. O passado, porém, continua a reivindicar o futuro: gera o desejo de que o paraíso seja recriado na base das realizações da sociedade civilizada. (MARCUSE, 1975).

O trabalho na vida de Luís da Silva funciona exatamente como contenção de seus instintos de autopreservação, o funcionário público que ganha a vida escrevendo artigos com os quais não concorda é notadamente frustrado em sua posição, tanto porque não tem dinheiro suficiente para comprar os presentes com os quais conquistaria Marina, como porque não lhe é permitido escrever o que ele quer, tampouco assinar o que ele próprio escreve, já que seus artigos são feitos sob encomenda. O trabalho de Luís da Silva não é necessariamente o de um operário na fábrica, mas requer certo grau de escolaridade e uma racionalização. Quando a indústria passa a carecer desse tipo de profissional, mas não o remunera

adequadamente, há uma crise iminente nessa dinâmica. A respeito dessa questão, afirmou Gramsci:

porque deve sempre ser levado em conta o perigo de que os institutos chamados a julgar as disposições da pessoa indiquem-na como capaz de desempenhar um certo trabalho, mesmo quando ela não queira aceitá-lo (este caso deve ser levado em conta após a introdução da racionalização, etc.; a questão não é puramente técnica, mas também salarial. A indústria americana serviu-se dos altos salários para “selecionar” os operários da indústria racionalizada, pelo menos em certa medida: outras indústrias, ao contrário, levando adiante estes esquemas científicos e pseudocientíficos, podem tender a “obrigar” todas as qualificações tradicionais a se deixarem racionalizar sem ter obtido as possibilidades salariais para um sistema de vida apropriado, que permita reintegrar as maiores energias nervosas consumidas. É possível que se esteja diante de um verdadeiro perigo social; o regime salarial atual é baseado principalmente sobre a reintegração de forças musculares. A introdução da racionalização sem uma modificação do sistema de vida pode levar a um rápido esgotamento nervoso e a determinar uma crise inaudita de morbidez). O estudo da questão, de resto, deve ser feito do ponto de vista da escola única do trabalho. (GRAMSCI, 2020, p. 114)

Gramsci em seus estudos sobre o sistema capitalista já alertava para o perigo social de remunerar trabalhadores que operam serviços racionalizados com o mesmo salário com que se remuneram os serviços de forças musculares. Silva era um trabalhador intelectual dos anos 1930, época na qual o Brasil passava por uma fase de verdadeira Revolução Industrial. O governo de Vargas (1930-1945) foi responsável por grandes investimentos nas indústrias de grande porte, o que enseja a pensar que havia mais trabalhadores operários do que intelectuais, porém, havia também o predomínio do Estado como elemento da superestrutura, e dentro dessa engrenagem estava Luís da Silva trabalhando para sobreviver, ainda que preservasse uma condição melhor que a média da população. Saído do interior do Estado para a cidade, ele migra porque o Coronelismo ainda imperava na região nordeste, denuncia a tomada de seus bens e tenta se restabelecer na cidade. A energia que Silva despendia no seu trabalho era maior do que sua remuneração, fator que contribuía diretamente para a péssima manutenção de sua vida na cidade.

Nas diversas lamúrias sobre sua ocupação profissional, Luís da Silva faz uma excelente reflexão sobre como a linguagem pode ser manipulada conforme o lado a partir do qual está sendo emitido o discurso:

Medo da opinião pública? Não existe opinião pública. O leitor de jornais admite uma chusma de opiniões descontraídas, assevera isto, assevera aquilo, atrapalha-se e não sabe para que banda vai. Ouvindo-o, penso no tempo em que os homens não liam jornais. Penso em Filipe Benigno, que tinha um certo número de idéias bastante seguras, no velho Trajano, que

tinha idéias muito reduzidas, em mestre Domingos, que era privado de idéias e vivia feliz. E lamento esta balbúrdia, esta torre de Babel em que se atarantam os freqüentadores do café. Quero bradar:

— Eles escrevem assim porque receberam ordem para escrever assim. Depois escreverão de outra forma. É tapeação, é safadeza. Aborreço a lida enfadonha, que só serve para gerar confusão no espírito de seu Ramalho. Pimentel é um malandro. Porque será que Pimentel não escreve sempre as mesmas coisas? Repetindo-as, ele próprio, que não acredita em nada, acabaria acreditando nos seus artigos. Não há opinião pública: há pedaços de opinião, contraditórios. (RAMOS, 2014, p. 185)

Analisando esse trecho da narrativa é possível identificar o ofício, o trabalho como escritor exercido por Luís da Silva como sendo um dos gatilhos de seu estado latente de angústia e de desolação: reside neste homem uma inquietação por receber por escrever, reside angústia maior ainda no fato de que as pessoas são enganadas pelo que leem, são enganadas pelo que ele produz.

Em outro trecho, igualmente significativo quanto à construção da linha de raciocínio dele sobre a opinião pública, durante o ato de matar seu rival Julião Tavares, Luís da Silva está lutando contra ele mesmo em sua cabeça: dentro de sua mente há um júri popular, ele mesmo enquanto ser consciente elabora sua acusação e sua defesa. Uma neurose toma conta do homem. No intento de se convencer a não dar cabo da vida de Tavares, pensa que a opinião pública é manipulável e que sempre há os que são contra ou a favor de um ou de outro (o duplo entre Luís da Silva e Tavares).

Enquanto aperta a corda com a qual enforca Julião Tavares, reflete como suas mãos esmorecem e como ficam trêmulas cometendo esse crime, bem como ficavam ao escrever seus artigos porque temia a opinião pública, informa que não podia ter medo da opinião pública, vacilante confessa que talvez tivesse. Chega ao pensamento a certeza de que teme a opinião pública, a mesma que ajuda a formar. Durante a narrativa dessa cena, Luís da Silva formula que seus dedos chegam a estremecer e a suar de medo. Pelo fato de a frase ser isolada por pontos, é possível a confusão entre as ideias: não se sabe ao certo se a personagem está pensando em seu próprio trabalho que pesa seus dedos ao escrever ou na dor da fricção por apertar a corda no pescoço de Tavares:

Uns deles estariam do meu lado se eu matasse Julião Tavares, outros estariam contra mim. No júri metade dos juizes de fato lançaria na urna a bola branca, metade lançaria a bola preta. Qualquer ato que eu praticasse agitaria esses retalhos de opinião. Inútil esperar unanimidade. Um crime, uma ação boa, dá tudo no mesmo. Afinal já nem sabemos o que é bom e o que é ruim, tão embotados vivemos. Eu não podia temer a opinião pública. E talvez temesse. Com certeza temia tudo isso. Era um medo antigo, medo que estava

no sangue e me esfriava os dedos trêmulos e suados. A **corda** áspera ia-se amaciando por causa do suor das minhas mãos. E as mãos tremiam. (RAMOS, 2014, p. 186).

Ao encerrar a cena da morte de Julião Tavares, Luís da Silva se encara no espelho e invoca seus antepassados, culpa a todos pelas mazelas que o afligem, não há ponto de equilíbrio na vida dessa personagem, ele vive em constante questionamento sobre o que está se passando ao seu redor. A impressão que se tem ao ler a obra é que ela é contada pelo significante (visão lacaniana) de Luís da Silva e não pela pessoa Luís da Silva, nem todas as palavras de seu vocabulário conseguem expressar os sentimentos que assombram a vida dele. Ao observar sua imagem especular, vem à tona a seguinte cena:

O chicote do feitor num avô negro, há duzentos anos, a emboscada dos brancos a outro avô, caboclo, em tempo mais remoto. Estudava-me ao espelho, via, por entre as linhas dos anúncios, os beijos franzidos, os dentes acavalados, os olhos sem brilho, a testa enrugada. Procurava os vestígios das duas raças infelizes. Foram elas que me tornaram a vida amarga e me fizeram rolar por este mundo, faminto, esmolambado e cheio de sonhos. Não preciso de automóveis nem de rádios, viveria bem numa casa de palha, dormiria bem numa cama de varas, num couro de boi ou numa rede de cordas, como Quitéria, como o velho Trajano e Camilo Pereira da Silva. Para que me habituei a ler papel impresso, a ouvir o rumor de linotipos? Desejaria calçar alpercatas, descansar numa rede armada no copiar, não ler nada ou ler inocentemente a história dos doze pares de França. (RAMOS, 2014, p. 186)

A narrativa começa de modo não-linear com a personagem informando que se levantou há trinta dias, mas que não se restabeleceu completamente. Esse marco de tempo é importante para compreender-se que a personagem conta o tempo de sua vida pessoal em alinhamento à contagem laboral. O compasso de sua vida é medido pelo trabalho, ou seja, materialmente o trabalho ocupa um espaço em sua agenda de vida, mas não somente nesse sentido mais estrito de sua rotina, pois Luís da Silva divaga o tempo todo mentalmente sobre como o ofício de escrever é penoso a ele, ou seja, como se deixa levar pelos pensamentos, os quais intitula de vadios, enquanto deveria estar escrevendo, como sua produtividade é baixa, como não consegue ser um escritor profícuo e como sua vida é analisada pelos outros estratos sociais a partir do que ele possui ou é em termos econômicos e profissionais, ou seja, o sentimento descrito por Luís da Silva na narrativa é quase como um tratado de como as relações sociais estão determinadas pelos status sociais e econômicos que vigoravam à época (e ainda vigoram).

A personagem possui impulsos e instintos de violência, atribui diretamente na narrativa o desejo violento de mortandade à propriedade e ao dinheiro (RAMOS, 2014, p. 9). Fala também que as pessoas ricas o amedrontam. Durante a primeira parte da história dá-se ao trabalho de lembrar como era sua vida e como se deu sua derrocada, por assim dizer. Conta que a fazenda onde morava estava sendo deteriorada pela ação do tempo, que seu pai ficava o dia todo na rede lendo Carlos Magno, que seu avô alucinava à beira da morte enquanto dormia. No presente pensa em Marina e em como tem o desejo de matá-la também, cria uma imagem na qual está a afogando em seu pensamento sente prazer vendo a dor de Marina, Luís da Silva não se reconhece no outro, ele é individualista. A angústia de Marina dá prazer a Luís da Silva.

Na tentativa de reviver o passado como fuga de sua realidade as descrições feitas na narrativa são imprecisas, alerta o próprio narrador. No relato dos episódios que marcaram sua infância, ele é tomado por um saudosismo que revela o apego aos bens que possuía, mas que foram tirados dele por circunstâncias da vida – a morte da família o deixara sozinho muito cedo, fazendo-o trocar a fazenda pela cidade. A propriedade a qual era de sua família foi tomada por credores, o menino ficou desamparado. Com catorze anos essa ruptura se deu em sua vida, foi obrigado a amadurecer de modo precoce. No dia da morte de seu pai queria dividir o protagonismo do momento com sua presença, sentia-se ignorado por todos, não visto. O maior sinal de comoção que ele experimentara foi o cuidado da criada Rosenda.

O ato de serviço da criada Rosenda é o que causa comoção em Luís da Silva, mais até do que o velório de seu próprio pai; enfatiza que o patriarca provavelmente estaria no purgatório, visto que seu pecado maior era a preguiça. Há aí o tom de valorização da ocupação e do utilitarismo das relações sociais atestado por ele, em diversas passagens da narrativa ele afirma que não gosta dos vagabundos. Apesar de uma valorização moralizante da ocupação, o que o distrai é ir ao café ver as pessoas conversarem e observar os diferentes estratos sociais: advogados, médicos, funcionários públicos, literatos. Com dois tostões é possível estar a par das novidades e da vida social que acontece naquele local.

No café tem a companhia de Moisés, comerciante para quem devia dinheiro de roupas que comprou para a Marina e com quem divide esse momento de ócio; ele descreve o colega como “percevejo social”, por não se impor na cobrança dos débitos.

A caracterização das personagens dentro desse espaço narrativo gera uma imagem de ocupação que pode ser relacionada à posição social deles: enquanto Moisés e Luís da Silva estão encolhidos na frente da vitrine de cigarros dentro da cafeteria, os médicos, literatos e advogados estão espalhados aos montes pelo café. Ao lado desses, um capitalista ocupa um espaço excessivo.

A vida burguesa é escancarada nessa cena, pois ali se encontram os mais diversos estratos sociais. A maioria homens, conversam sobre política, e em relação ao protagonista isso não é diferente, seu colega Moisés, com quem é o único que tem certa liberdade de falar abertamente sobre a vida e desabafar, conta que se deu muito mal por criticar o antigo regime.

O espaço que cada representante daquela sociedade ocupa dentro do estabelecimento comercial não é mero acaso, é elemento simbólico do que vigorava na época: aos menos favorecidos economicamente sobrava um espaço pequeno de frente para a vitrine insalubre de cigarros (Luís da Silva e Moisés), para os que prestavam serviços de maior prestígio os espaços centrais (médicos, advogados, literatos), não muito à margem. Ao capitalista (sem ocupação definida e sem nome – pois dispensa nomeação) o balcão de mármore e um espaço considerável, tendo em vista a pequena sala. O policial que entra para conversar (cochichando) com os políticos, amedronta o amigo de Silva, que embora seja revolucionário (por ter ideias subversivas), não era herói a ponto de enfrentar as autoridades – reforço da alcunha de percevejo. Encerra-se a cena do café com Luís da Silva saindo do local e sendo confrontado por um transeunte que lhe pede informações.

Nesse ponto da narrativa mais uma vez ele é levado a pensar como está a serviço no mundo, como só recebe ordens. Nessa mesma cena ele conta a Moisés as várias humilhações pelas quais passou durante sua mudança para a cidade. Conta como o nordestino é reconhecido por ter a pele amarelada e características típicas. Moisés não se contenta com sua narrativa sobre o próprio sofrimento, quer saber da seca que assola a região. Como representação da secura de sentimentos de Luís da Silva, ou de entendimento profundo sobre a realidade que o cerca, só consegue lembrar do sofrimento dos animais, cujas lembranças estavam vivas em sua memória, sobre as pessoas alega que elas não sofriam, ou que não tinham consciência do próprio sofrimento.

O sofrimento o qual relata Luís da Silva só não aparece quando ele dá por resolvidas as questões da ordem prática de sua vida: os negócios equilibrados, os chefes que não implicam, as dívidas pequenas e em dia, Luís da Silva era um homem prático que pensava apenas em como poderia resolver sua vida financeira sem maiores preocupações, tampouco grandes aspirações. Um fruto de seu tempo.

Franco Moretti, a respeito da sociedade burguesa que estava em ascensão a partir da segunda metade do século XIX, associa que o molde de sociedade imposto pela burguesia era o da ocupação, ou seja, era passada uma imagem que não correspondia necessariamente à realidade. Mesmo quando o indivíduo não precisava necessariamente ser útil e produtivo, ele se embrenhava em situações nas quais fosse patrão de si mesmo, sempre às voltas com preocupações latentes, ainda que não houvesse quem lhe desse ordens. O autor afirma que com o passar do tempo, a eficiência mudou seu status de produtividade para assiduidade, que era possível a identificação dessa mudança na sociedade moderna, ao fim a produtividade não era mais cobrada, mas sim a constância.

O burguês ou o projeto de indivíduo da sociedade burguesa não precisava produzir necessariamente, mas sim ter constância em uma tranquilidade material que lhe garantisse a estabilidade em sua posição. O próprio Estado (serviço público) passa a empregar essas premissas (assiduidade) e prometer estabilidade aos funcionários como modo de se alinhar a essa lógica.

Na trama, os momentos de leituras ordinárias, ou seja, os momentos de maior tranquilidade e de maior estabilidade, eram para o protagonista motivo de alegria; talvez por ter um caráter muito julgador acabava atestando que existia quem fosse pior do que ele no ofício de escrever. Mesmo que não houvesse um grande juiz de seus escritos, Silva era seu maior crítico (como fruto de uma sociedade burguesa).

O fator que mais incomoda Luís da Silva dentro desse cenário de julgamento sobre sua própria escrita é o que recebe em troca daquilo que faz. Dentro dos elementos do materialismo histórico-dialético, a força produtiva de Luís da Silva, que é o tempo (dias, meses, horas) não possui valor relacional e proporcional ao tempo de produção da mercadoria, visto que como escritor ele não consegue mensurar em termos fechados o quanto conseguirá produzir para receber um determinado valor em dinheiro. Outro ponto importante que pode ser explorado dentro dessa perspectiva é o trabalho cristalizado do escritor, uma vez que o produto de uma escrita (material) é

enxergado mais comumente por obras literárias (livros), abstrato será compreender como um escritor que trabalha de forma mais “livre”, ou seja, para um jornal ou revista, por demandas, consegue observar o resultado de sua força produtiva, mais difícil ainda é compreender a escrita como mercadoria, ou seja, como produto que é passível de troca útil.

Diante dessa falta de encaixe do protagonista com as diretrizes impostas pelo sistema econômico, ele sucumbe o tempo todo a mensurar e a enxergar o valor de seu trabalho como produto de seu esforço ao longo do tempo para além de suas relações profissionais aos meandros do sistema capitalista. Luís da Silva enxerga as relações sociais também como trocas utilitárias, ele vê o mundo sob uma perspectiva capitalista e não consegue desvencilhar seu comportamento diante do sistema.

Sobre as relações sociais marcadas pela era capitalista, Marcuse em *Eros e a Civilização* descreve que os estudos psicanalíticos modernos chegam à conclusão de que a nova configuração da sociedade advinda com a modernidade estabelece que a livre gratificação das necessidades de saciar vontades do homem não é compatível com a vida em sociedade civilizada, desse modo, explica-se o axioma freudiano de que a felicidade não é um valor cultural. Dentro dessa lógica, a felicidade deve ter um caráter pré-estabelecido de contraprestação: exige-se trabalho e disciplina antes de ela ser alcançada. Nesse sentido: “O sacrifício metódico da libido, a sua sujeição rigidamente imposta às atividades e expressões socialmente úteis, é cultura.” (MARCUSE, 1975, p. 29).

Não obstante haja a repressão dos desejos de prazer do indivíduo para que haja a manutenção da vida civilizada e do prazer adiado, esses desejos não são encerrados em si mesmos, eles são apenas reprimidos e permanecem no inconsciente dos homens. Além disso, o fato de haver uma repressão faz com que não somente o desejo latente fique no inconsciente, como venha à tona e afete a realidade que o suprimiu. A fundamentação da civilização está baseada nessas histórias individuais para a construção de uma sociedade. Assim como a construção dessa mesma sociedade reflete os desejos suprimidos, a construção histórica e social para a psicanálise é dependente das relações econômicas, sociais e culturais. É nessa engrenagem de repressão interna que o indivíduo constrói, tal qual as instituições que respeita na sociedade, a sua própria instituição de controle e opressão, ou seja: ele próprio.

A justificativa para esse redirecionamento da energia vital do indivíduo para suprimir os prazeres imediatos para a manutenção de uma vida estável e segura encontra-se no plano econômico. Se o homem gasta suas energias apenas para a manutenção dos próprios impulsos, não sobra para a construção de uma sociedade, para a riqueza de uma nação, nesse sentido, é necessário que a força que seria direcionada ao prazer seja convertida em trabalho individual para benefício coletivo.

A vontade de realizar os próprios desejos, todavia, continua a assediar o homem no seu inconsciente, ele, por sua vez, projeta no futuro uma esperança de que conseguirá realizar esses desejos reprimidos, dessa forma, a sociedade ocidental permanece como está, mais forte e mais estruturada em termos de oposição desejo *versus* realidade. Há um duplo nessa questão: ao mesmo tempo que o homem deseja reverter a sua posição na sociedade, mesmo que de forma inconsciente, continua colaborando para a manutenção da civilização que o reprime e o tranca no mesmo lugar do qual ele quer sair. A dicotomia se retroalimenta. A essência da psicologia individual se tornou a essência da psicologia social na sociedade burguesa (MARCUSE, 1975, p. 43).

4 ÁLVARO SILVESTRE – PEQUENO BURGUESES

“Amanheceu mais uma vez
É hora de acordar para vencer
E ter o que falar, alguém para mandar
Uma vida pra ordenar, poder acumular
E ai então viver. Viver e prosperar.”

Sonho Médio - Dead Fish (1999)

Álvaro Silvestre é a personagem central do romance *Uma Abelha na Chuva*, de Carlos de Oliveira, publicado em 1953. Silvestre é um comerciante que reside na aldeia de Montouro, região do município de Redondo, no Alentejo, em Portugal. A região é composta predominantemente por atividade rural e nela se situam vilas nas quais a principal fonte de economia é a agricultura. A regionalização da área é bastante discutida no país, já que os investimentos governamentais são mais voltados à capital e às regiões urbanas, o que acaba por deixar em segundo plano a área interiorana, ainda que tenha havido investimento de irrigação nessa região à época.

A industrialização em Portugal na década de 1950 era bastante forte na área urbana, e o desenvolvimento da cidade acontecia em detrimento do rural. O governo de Salazar (1933 – 1974), que não favorecia aberturas para discussões sociais, fomentou a persistência da pobreza no país, muito embora o desenvolvimento econômico tenha sido positivo. Manuela Silva, em artigo intitulado *Crescimento Econômico e Pobreza em Portugal (1950-1974)*, publicado em 1982, informa que uma das teorias da economia é baseada na premissa “crescer primeiro, repartir depois” e que, nessa perspectiva, a pobreza é inevitável ao desenvolvimento econômico de uma nação. A crítica da autora se estabelece justamente no fato de que é sempre sobre os pobres que recai a responsabilidade de “ter paciência” para a construção de um futuro coletivo.

Em Portugal, durante o período de vigência do governo de Salazar, houve a concentração de investimento em determinadas áreas do país, tais quais: Porto, Lisboa e Setúbal. Nas áreas rurais, os investimentos eram escassos, e quando ocorriam, não eram proporcionais à necessidade a qual demandava a cidade. O governo focava em estabilizar os preços de produtos essenciais para que os poucos salários fornecidos pelas indústrias fossem suficientes para a sustentação da vida na cidade, esses produtos essenciais eram fornecidos pelos pequenos produtores rurais, que por sua vez, não recebiam a contrapartida dessa troca e amargavam ainda mais a vida no campo. Em 1950, a atividade principal que sustentava o país era a agrícola,

porém sem perspectiva de manutenção básica em sua própria região, a solução dos habitantes foi migrar para a cidade, o que ocasionou um êxodo rural forte no período e contribuiu ainda mais para a continuação da política de congelamento praticada pelo governo enquanto a zona rural continuava preterida (SILVA, 1982).

Sem os investimentos adequados às regiões agrícolas, há uma persistência da pobreza por gerações. As políticas de governos cujos vieses são antidemocráticos, a exemplo do Salazarismo, fazem frente ao desenvolvimento desproporcional da sociedade, favorecendo os mais ricos e explorando os mais pobres. A ausência de políticas públicas com olhar social é fator determinante e uma das principais características desse tipo de governo.

Na contramão do que seria necessário para o pleno desenvolvimento econômico e social de uma nação, Portugal não investiu em educação, distribuição de terras para o cultivo ativo dos pequenos agricultores, tampouco reviu as políticas visando uma reforma agrária que colaboraria para a distribuição de terras aos pequenos produtores despossuídos. Essa segregação financiada pelo Estado levou ao êxodo rural e propiciou o crescimento das chamadas “Ilhas” ou “Bairros de Lata”, que abrigavam pessoas de baixa renda em precárias condições de vida. A educação era um dos únicos meios de ascensão social, mas era fornecida apenas à elite, o que reduzia o crescimento econômico a uma pequena parcela da população, já que os melhores salários eram pagos àqueles que possuíam um nível maior de escolaridade.

Tendo em vista o panorama vigente à época em Portugal, fica nítido que o problema sob a análise do materialismo histórico-dialético desse cenário político/social, não residia apenas na oposição capital *versus* trabalhador, mas sim entre zona urbana e zona rural, uma vez que apenas uma delas se beneficiava e explorava o trabalho da outra sem uma contrapartida nivelada, tampouco justa (SILVA, 1982).

Diante dessa luta de classes, quem levou a maior parte da vitória foram os que moravam nas zonas urbanas, todavia, não é possível haver crescimento e desenvolvimento econômico sem o aparato social caminhando ao lado dele. A população mais pobre precisa de qualidade de vida e desenvolvimento básico para consumir e contribuir para o Estado. É enfim, o crescimento social unificado e em comunidade que alavanca o desenvolvimento econômico, e não a realização individual que puxará o progresso. Todavia, é sob essa premissa que se sustenta a

narrativa do capitalismo aos menos favorecidos, a crença em um amanhã que nunca chegará.

A descrição dos espaços geográficos na narrativa é importante para entender de onde vem o pequeno burguês o qual será a personagem principal de *Uma abelha na chuva*. O cenário rural combina com Álvaro Silvestre, pois, embora haja força produtiva naquele lugar em termos econômicos, a aparência do local não é das melhores em termos de desenvolvimento. Quando o narrador descreve a primeira cena que compõe a narrativa, deixa claro que, muito embora as botas da personagem estejam cobertas de lama, não era costume dele andar por essa região, quanto menos a pé. O que o colocou diante dessa situação inusitada, decerto, a loucura:

Pelas cinco de uma tarde invernososa de outubro, certo viajante entrou em Corgos a pé, depois da árdua jornada que o trouxera da aldeia do Montouro, por maus caminhos, ao pavimento calcetado e seguro da vila: um homem gordo, baixo, de passo molengão; samarra com gola de raposa; chapéu escuro, de aba larga, ao velho uso; a camisa apertada, sem gravata, não desfazia no esmero geral visível em tudo, das mãos limpas à barba bem escanhoadas; é verdade que as botas de meio cano vinham todas enlameadas, mas via-se que não era hábito do viajante andar por barrocais; preocupava-o a terra, batia os pés com impaciência no empedrado. Tinha o seu quê invulgar: o peso do tronco roliço arqueava-lhe as pernas, fazia-o bambolear como os patos: dava a impressão de aluir a cada passo. A respiração alterosa dificultava-lhe a marcha. Mesmo assim, galgara duas léguas de barrancos, lama, invernia. Grave assunto o trouxera decerto, penando nos atalhos gandarenses, por aquele tempo desabrido. (OLIVEIRA, 1981, p. 7).

O narrador da história oscila, por vezes o é em terceira pessoa, por vezes, é nítido que a D. Maria dos Prazeres, esposa de Silvestre, é quem está contando a história. Prazeres representa a classe aristocrática dentro do romance. O casamento por conveniência entre Silvestre e Prazeres é um reflexo da investida da aristocracia na nova classe social, a burguesia, composta, na época em que se passa a narrativa, majoritariamente por comerciantes e produtores locais. A ascensão de uma nova classe social ao poder, que antes era restrito à aristocracia, cria uma tensão nítida em todo o romance: cercado de opressão psicológica e social, Silvestre é uma espécie amorfa na narrativa, pratica seus atos sem pensar, não se responsabiliza pelo que faz e atribui à sua esposa seus atos de maldade. A criatura amorfa representada por Silvestre é a mimetização do comerciante que ascende à burguesia, sem forma definida, tentando ocupar um espaço de poder sem descendência de classe para tanto.

Desde o fim da Idade Média, na crise do Feudalismo, a burguesia figurava na cena econômica dos países europeus, e era composta por comerciantes e artesãos sem ser definida como classe social dominante. Com a expansão marítima houve novas práticas intervencionistas de troca de mercadorias, o chamado Mercantilismo. É a partir da Idade Moderna que a riqueza de uma nação é definida pela quantidade de metais preciosos que ela tem acumulada⁷. Os Estados Modernos que se formaram na Europa, em especial em Portugal, defendiam as navegações para fins de ampliação da dominação do poderio econômico daquela região e é nesse cenário que crescem as trocas econômicas e que o suposto livre mercado é defendido pelos comerciantes. A burguesia surge como classe social heterogênea, pois é composta por alta burguesia (os que detinham os meios de produção), média burguesia (comerciantes e profissionais liberais) e pequena burguesia (pequenos comerciantes e artesãos).

O sistema de trocas de mercadoria por metais preciosos dominou o cenário econômico ocidental e as moedas também foram criadas com o intuito de facilitar o manejo do dinheiro. É a partir de um sistema monetário novo que surge a classe social burguesa, que embora defendesse o livre comércio, contava com o protecionismo do Estado com as taxas alfandegárias, por exemplo, para proteger o comércio interno. Dentro desse novo status de formas econômicas havia as classes de pessoas que figuravam os cenários, dentre eles os comerciantes, os quais possuíam também códigos morais próprios. Esses códigos, por mais que fossem pintados como “novos”, traziam em suas estruturas a moralidade e o tradicionalismo da aristocracia. Já que não tinha seus próprios códigos morais estabelecidos, a burguesia conseguia adicioná-los através do casamento:

Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestado os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. (MARX, 2011, p.10).

7 Foi Adam Smith (1723 – 1790) quem definiu a economia como uma linha de estudos independentes, descolada da filosofia. Sua obra mais conhecida, *Riqueza das Nações* (1776), elabora uma teoria sobre o liberalismo econômico, traçando um panorama sobre o qual a economia moderna se desenvolveu.

O casamento entre Prazeres e Silvestre encena a conveniência almejada pelas classes que estavam mudando seus status à época: tanto a burguesia, quanto a aristocracia lucrariam com essa junção, pois, de um lado haveria a garantia do conforto fornecido pelo acúmulo de dinheiro e do outro haveria a influência social através de uma associação. A personagem burguesa representa a opulência de uma classe que não passa necessidades: “O peso do tronco roliço arqueava-lhe as pernas, fazia-o bambolear como os patos: dava a impressão de aluir a cada passo. A respiração calorosa dificultava a marcha.” (OLIVEIRA, 1981, p. 7). O ritmo de vida do homem burguês também é representado na narrativa: embora Silvestre aparente estar ocupado para garantir ser merecedor do que possui, as descrições de que é objeto revelam os movimentos de alguém que não precisa de pressa para sobreviver, de alguém que não vende sua força de vida e de trabalho em troca de dinheiro: “Sentou-se, pediu um *brandy* e engoliu-o dum trago. Na sua lentidão natural era a única coisa que fazia com alguma pressa.” (OLIVEIRA, 1981, p. 8).

Já no primeiro capítulo do livro no qual é narrado o caminho que Silvestre percorre para chegar à redação do jornal no qual está prestes a fazer um ato de contrição público, cujo objetivo era revelar os roubos que cometera contra seu irmão e contra os clientes de sua venda, é dado o tom da vida do pequeno burguês. As roupas enlameadas e o andar característico de quem não precisa de pressa para realizar suas atividades dão a morosidade necessária para o entendimento do que é essa personagem de Silveira: perdido em seu compasso de vida e em seu próprio caminho, guiado por culpa católica e por uma moralidade não genuína. A descrição da ida de Silvestre à redação é acompanhada pela iminência de uma tempestade. Na narrativa a chuva é um elemento importante especialmente quando se dão acontecimentos centrais: como se o tempo da natureza desse o tom choroso e lamentasse pelo ocorrido àquelas criaturas envolvidas socialmente na narrativa. O próprio título *Uma Abelha na Chuva* remonta às operárias abelhas cujo trabalho é prejudicado quando há intempéries. A alegoria pode ter várias conotações, desde a alusão a Prazeres, que dá ferroadas quando se sente atingida, e por isso ela mesma morre ao fazê-lo, pois muito embora o tempo todo a patroa “ataque” aqueles que demonstram ameaçá-la, não consegue se desfazer do casamento fracassado com Silvestre, sob pena de perder tudo o que recuperara financeiramente. Pode também representar os trabalhadores que lidam o tempo todo com tempestades e chuvas que

os impedem e dificultam ainda mais seus trabalhos de operários. Há também a possibilidade de que Clara seja a abelha que dá nome à obra, pois ela e Jacinto, ambos trabalhadores, foram mortos nas águas – Jacinto foi afogado no mar, Clara se atirou em um poço.

Ao chegar na redação, Silvestre ordena que o ato de contrição seja publicado na próxima edição do jornal, ao entregar a confissão a Medeiros, chefe da Comarca, diz que pagará o que for preciso, ou seja, condições financeiras não são um problema na vida desse homem. O ato de confissão não é seguro, assim como a escrita de Silvestre, essa passagem sugere a falta de instrução da personagem e a insegurança com a qual realiza suas ações: “ali estava de facto exarada a tinta verde, numa caligrafia de mão pouco segura, a confissão pasmosa.”

A confissão que segue é carregada de informações que, aos olhos de Medeiros, são óbvias porque a honestidade de Silvestre era tão questionada àquela altura que os detalhes dos roubos não eram motivo de surpresa. A surpresa residia no fato de haver a confissão e não no seu mérito. A ironia presente na descrição da confissão é notória, já que está evidente que Silvestre, por confissão própria, conforme o bilhete do ato de contrição revela, não era honesto, mas ele faz questão de deixar frisado que “juro por minha **honra** que tenho passado a vida a roubar os homens na terra e a Deus no céu (...)” (OLIVEIRA, 1981, p. 10).

Teria algum valor esse pedido de remissão diante do conjunto que compunha a personalidade e a honestidade da figura que confessava? Haveria algum respeito a um Deus soberano, se o fiel mesmo descaminha seus ensinamentos de modo tão corriqueiro? Para os valores da Santa Igreja Católica não importa quem pecou, importa o arrependimento e a confissão para a entrega em Cristo. A reflexão sobre os valores morais e éticos dos ensinamentos cristãos está posta sem necessariamente estar explícita, uma vez que não é preciso ao narrador explicar a ironia contida naquela passagem, já que, como o próprio Silvestre confessa ser um ladrão sem honra, como haverá validade em um juramento pautado na honra dessa mesma personagem? A contradição entre o discurso de Silvestre e suas ações são o suficiente para que o leitor forme sua convicção sobre o caráter dessa tentativa de remissão de pecados. Não há arrependimento verdadeiramente, há a necessidade de um ajuste de contas com as instituições que sustentavam a sociedade e que serviam de baliza para o comportamento do sujeito.

É nítido que a conveniência das premissas cristãs colabora para a formação de uma sociedade que erra tendo a certeza do perdão divino. Medeiros está tão acostumado com tal formação que sugere a Silvestre uma confissão a padre Abel, representante da Igreja na narrativa, mas que é um ser totalmente corrupto que até os pecados dos fiéis ele revela aos que interessam à Igreja, por exemplo, revela a Prazeres os pecados os quais foram confessados a ele por Silvestre, isso tudo ele faz em troca das doações generosas que ela propiciava à Igreja. O conselho dado pelo editor revela uma preocupação com as posses dos Silvestre, porque a questão envolvia terceiros, os muitos clientes lesados. Além disso, Silvestre em si não era digno de credibilidade para essa autoridade, para o jornal, para a imprensa. Qual valor teria um ato público de confissão de um sujeito que possuía:

(...) olhos pouco ágeis, na linha branda da boca, no beijo levemente caído, na cinza das têmporas, que impedia o jornalista de concluir no íntimo, decisivamente: é um imbecil, e contudo seria difícil avaliar o caso de outro ângulo; claro que não ia imprimir a declaração sem mais nem menos: a coisa tem a sua gravidade, envolve terceiros, o homem é capaz de ser de facto parvo e pode a família aparecer-me depois com exigências, desmentidos, atrapalhadas. (OLIVEIRA, 1981, p. 11)

Os atos confessados por Silvestre são relativizados por Medeiros, para quem toda aquela situação é patética e o objeto da confissão, trivial, revelando que ele, Medeiros, estava totalmente conformado com essas deformações de caráter. O narrador aproveita o ritmo do pensamento corrupto de Medeiros e revela ao leitor o que esperar daquela teia social; a ironia presente na passagem que descreve a banalidade com a qual Medeiros lida com esse ato de contrição pública é sutil, mas cirúrgica:

(...) Que um sujeito arredondasse um tanto os preços de balcão, percebia; que descesse a extorquir uns alqueires de milho aos sobejos dum santo, percebia também; que enfim, dando o real valor a uma procuração, vendesse meia dúzia de pinhais alheios, porque é que não havia de perceber se as tentações, **com mil demónios, são tentações para isso mesmo?** Mas lá vir confessá-lo em público, na primeira página dum jornal, francamente, entender semelhante coisa era para Medeiros como treinar com a cabeça numa aresta de granito. (OLIVEIRA, 1981, p. 10)

É revelado que o pecado existe para ser praticado, que, ao fim e ao cabo, a Igreja está ali para perdoar o pecador que se arrepende de seus pecados e que os confessa, a palavra proposta pela Igreja e seguida pelos homens de acordo com seus

interesses revela que o perdão é uma das características mais marcantes da santidade:

Não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não seja enganado. Nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, **nem os ladrões**, nem os avaros, **nem bêbados**, nem maldizentes, **nem roubadores** herdarão o reino de Deus. E tais fostes alguns de vós. Mas vocês foram lavados, mas fostes santificados, mas fostes justificados em o nome do Senhor Jesus e pelo Espírito do nosso Deus. (CORINTIOS, 6:9-11).

Como não haveria Silvestre de confiar na palavra que prega ao menos três características suas: ladrão, bêbado e roubador, mas que lhe promete logo em seguida, a santificação, a justificação em nome do “nosso Deus”? Ora, nessa lógica, o Deus que existe e no qual o fiel acredita só enxergaria pelo lado de quem praticou o ato pecaminoso e não o lado de quem foi prejudicado. Para isso era possível justificar: a lei de Deus é diferente da lei dos homens. Mas Silvestre conhecia bem a índole do padre Abel e achava que a confissão a ele não era suficiente.

O que leva Silvestre a esse nível de arrependimento se a ele são atribuídas tantas características não dignas de confiança, por que teve ele esse rompante de “bom senso” e de autocrítica? Quando questionado por Medeiros sobre o motivo pelo qual estava ali para confessar, afirma: “é preciso ter em dia as contas com Deus e com os homens. **Sobretudo com Deus**”. (OLIVEIRA, 1981, p. 11). Além de temer prestar as contas a Deus e de supor que Deus quer um escândalo, Silvestre teme Maria dos Prazeres mais do que seus próprios anseios divinos. Dentro do grau de importância elaborado por ele, Prazeres, curiosamente em oposição ao que seu sugere o nome, ocupa o status do desprazer, do desagrado, entidade com o qual ele precisa “acertar as contas”. A visão desse homem é tão restrita e física que para ele é necessário, de fato, um acerto de contas com direito a escândalo para que seja sanada a dívida moral que acumulou com seus roubos ao longo da vida. O entendimento materialista das relações sociais e morais é nítido nesse aspecto.

Enquanto está fora da vigilância de Prazeres, na redação, prestes a fazer o ato de contrição público, revela a sua ingenuidade ao confiar que Medeiros, de fato, iria publicar em letras grandes e na primeira página do jornal da Comarca seus pecados econômicos, seus roubos. A confissão arruinaria a vida da família toda, causaria uma derrocada econômica. O editor certamente consultaria a matriarca da família antes de arcar com essa responsabilidade. Silvestre, porém, insiste na crença de que a

imprensa é confiável: “O diabo seja surdo. Surdo e cego.” (OLIVEIRA, 1981, p. 13), solta ao imaginar que Prazeres pudesse arruinar seu plano.

Do mesmo modo que a descrição de Silvestre permite ao leitor uma identificação do tipo social que ele representa, Maria dos Prazeres é introduzida na narrativa dando ordens a Jacinto, “o cocheiro, alto e ruivo” (OLIVEIRA, 1981, p. 15); ela, ao contrário do marido, não anda com os sapatos cheios de lama, não está a pé, é identificada como alguém que, evidentemente, não pertence à mesma classe social de Silvestre: “uma senhora pálida, de meia idade, agasalhada num xaile de lã e com a manta de viagem enrolada nas pernas” (OLIVEIRA, 1981, p. 15). O ruivo, que recebe ordens da dona da charrete, se mostra prestativo e eficiente, atento às ordens de sua patroa.

A construção das sentenças no modo verbal indicativo e os verbos conjugados no pretérito perfeito, quando a personagem de Prazeres figura na cena, transmitem a ação certa, pontuada, “com possibilidade real de realização no tempo passado, no tempo presente ou no tempo futuro” (NEVES, 2022, s.p). Os verbos utilizados demonstram que ela é resoluta: “**empurrou** ela a porta do jornal; **rompeu** pela saleta de espera, **indagou** do empregado de Medeiros se tinha estado ali um sujeito gordo, baixo, de samarra; e como o rapaz lhe apontasse o escritório, **entrou**” (OLIVEIRA, 1981, p. 16).

O próprio comportamento de Prazeres com relação aos empregados é altivo, superior, de não reconhecimento da sua igualdade, já entre os que recebem as ordens, há a certeza de que não são partes do mesmo todo. As ordens são dadas com tanta firmeza e certeza de serem atendidas, que é impossibilitada aos que as recebem, a irresignação. Só alguém acostumado com o poder e com as benesses de pertencer a uma classe social privilegiada poderia ter tamanha soberba.

A presença de Prazeres era suficiente para causar um frenesi nos que estavam na saleta do jornal. O contraste dos móveis pobres do escritório em oposição às vestimentas da mulher são destaque na construção da ambientação da cena. Até o narrador se refere à mulher como “D. Maria dos Prazeres”, enquanto Silvestre é apenas seu “marido”. Em tom de sermão, Prazeres critica o marido de forma passivo-agressiva, e já deixa claro a Medeiros que não se pode levar em consideração o que o marido diz, já que ele, por ordem médica, está impedido de trabalhar nos negócios

e nas terras, enterrando de vez qualquer possibilidade da realização do plano de Silvestre.

Para tentar mudar de assunto, Medeiros faz alusão à chuva que despencara naquele momento. Como já mencionado, a **chuva** é um importante elemento usado na narrativa quando há o rompimento do clima que pesa nos ambientes internos, tal qual o substantivo **corda** em *Angústia*. Tal como a corda é um elemento material que acompanha Luís da Silva em suas linhas de pensamento sinuosas, a chuva carrega as personagens para reflexões sobre o passado e sobre o presente; numa delas, Prazeres rememora sua vida de antes: “Primeiro, a fonte brotou tenuemente, muito ao longe, na infância; depois, a água mansa turvou-lhe ao longo do caminho, do tempo, com o lixo que lhe foram atirando das margens; e agora é cachoante, escura, desesperada.” (OLIVEIRA, 1981, p. 19).

Não é por acaso que é difícil a tarefa de falar individualmente de Silvestre sem trazer à tona várias passagens sobre Prazeres. Ele é porque ela é. Na narrativa essa dependência fica clara e explícita, como demonstração evidente de que a aglutinação das classes foi necessária para ambos, mas que não há superação das diferenças, tampouco vontade genuína de união por amor, tudo o que figura a vida de Prazeres e de Silvestre é puramente calculado, a relação conjugal de ambos é negócio. E como nos negócios, aqui também há uma hierarquia posta: Prazeres é a patroa, Silvestre o empregado:

Não era possível resistir a um casamento como o seu senão conquistando numa casca de hábito o gosto de viver, as emoções, os desejos, o amor, ou então... Álvaro Silvestre tornou a resvalar-lhe para cima, ela interpôs o cotovelo entre os dois e cravou os olhos no cocheiro, inteiriço como um bloco, atento à noite e à estrada: ou então aquilo, homem devia-o ser aquele pedaço de pedra doirada que a treva contornava⁸, luminoso e rude, homens aliás eram aos pontapés, mas tinha-lhe calhado em sorte o gebo que ali ia abatido no banco da charrete; sangue por dinheiro; as casas fidalgas na penúria amparavam-se a lavradores boçais e ricos, a sólidos comerciantes, retemperavam o brasão no suor da boa burguesia: e os Alvas não fugiram à regra; quando soou a hora da miséria vieram entregar a menina aos lavradores do Montouro; um desgosto de família, não ser o casamento em Alva, no palacete, que tinha capela privativa, porém havia que refazer para o jantar da boda todo o mobiliário das grandes salas que a usara despira e o velho Silvestre foi de entender que não, que nem tanto: lá sangue de Pessoas e Sanchos a correr nas veias dos meus netos muita honra, mas nunca troca da ruína. (OLIVEIRA, 1981, p. 21).

8 Fala sobre Jacinto, o cocheiro.

As descrições de Silvestre são recorrentemente impressões de Prazeres, cujo olhar é o da aristocracia para a burguesia, ou seja, carregada de toda a crítica da classe que perdera seu posto. Em momentos de divagação sobre o passado, há o elemento material que remete a personagem para o presente. A chuva, por exemplo, serve de gatilho para iniciar uma recordação ou para interromper uma memória. A realidade imposta na narrativa é severa e ganha a batalha nessa disputa de foco narrativo, o material da vida se sobrepõe ao imaterial da lembrança.

Assim como a aristocracia nutria desprezo pela burguesia que ascendia ao poder, Maria dos Prazeres desprezava seu marido, não poupava críticas a ele e as decisões que tomava eram completamente indiferentes à opinião de Silvestre. Diferentemente da estrutura patriarcal na qual o homem toma as decisões e sobre as quais a família se resigna, Prazeres não dava chances para que Álvaro sequer se expressasse. Ela não compreendia como era possível um homem ter tantos remorsos por tomar decisões que simplesmente precisavam ser tomadas, era incompreensível como: “Rói-o o pecado como rói o musgo a concha da lapa. Leva noites de insônia a rezar pelos cantos, temeroso do inferno e do fogo sem fim.” (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

A classificação das atitudes de Silvestre como passíveis ou não de serem dignas de remorso, segundo Maria dos Prazeres, é o que se pode esperar da aristocracia, as ações eram classificadas como “nada” ou como “coisas maiores mas que um homem a sério tem o dever de encarar com a espinha direita”: Descontar a jornada de trabalho por suspeitar de preguiça do empregado não era uma atitude que carecia de muito entendimento para saber que era a correta, de acordo com o pensamento dela; portanto, qualquer um poderia chegar a essa conclusão. A venda dos pinhais de Leopoldino, seu irmão, era necessária e importante, já que ele não sabia, de acordo com Prazeres, administrar as terras.

A importância dada à propriedade privada e ao trabalho exercido por uma pessoa é de grande relevância para a compreensão do que se entende como força produtiva e valor de mercadoria. O trabalhador disponibiliza sua mão de obra, mas não consegue cobrar um preço justo por ela, enquanto aquele que possui capital, por exemplo, consegue atribuir o valor de mercadoria pelo trabalho exercido em sua propriedade. A troca nunca poderá ser valorada dentro dessa lógica, já que ela beneficia um em detrimento do outro. Medir o atraso de um trabalhador com a métrica da preguiça e descontar de sua jornada esse suposto prejuízo é algo simples de ser

feito, vender as terras que são de seu irmão porque se está com uma procuração é algo muito mais importante e digno, de acordo com os valores aristocráticos-burgueses, pois, o roubo é permitido e legitimado. Em outras palavras, o trabalhador precisa incorporar a sua força de trabalho viva à objetividade morta do capitalismo.

O gatilho para que Silvestre fosse ao jornal com a intenção de fazer um ato público de contrição foi a carta remetida por seu irmão sobre o seu regresso da África. Prazeres sente certa alegria ao saber que o cunhado, cujas características tanto se diferenciavam de Silvestre, retornaria à vida deles. Álvaro, no entanto, entrou em desespero e a primeira ação foi confessar-se com Padre Abel, que observando o estado do homem, resolve delatar a Prazeres o conteúdo de sua confissão a fim de que ela ficasse atenta ao que o marido pudesse fazer. O próprio padre sugere que a esposa procure o Dr. Neto, que receita sobretudo repouso; sabendo o inferno que era a casa dos Silvestre, o médico receita Brometos por desencargo.

Embora na narrativa Maria dos Prazeres demonstre estar sempre muito preocupada com as ações de Silvestre, é na inatividade dele que ela paralisa também, que ela se indigna, o resultado é a indiferença dela, nada a irrita mais do que o sossego daquele que não tem muito a perder, ou, se tem, já está em um nível de desinteresse por ela e por seu entorno que não dá importância ao que ocorre no mundo material, desde que ela não o esteja incomodando. O desprezo e a indiferença de Silvestre parecem ser os fios condutores do ódio de Prazeres:

Ao mesmo tempo que Álvaro Silvestre assim resvalava pelo sono, nela crescia o fogo: com que então indiferente, vejam bem, superior às canseiras que me dá, ao lamaçal que me obriga a trilhar por um tempo destes, Sua Excelência cabeceia, qual cabeceia. Sua Excelência dorme, indiferente ao que eu digo, às mazelas da égua, à estupidez desta viagem que nunca mais acaba, indiferente ao mundo; corro atrás desse como de um filho, mas o Silvestre, dos ilustres Silvestres de Montouro, quer lá bem saber disso, trago-o às costas para casa como um fardo e o Silvestre, e das confissões que é ladrão e não sei quê, ressona há uma eternidade e há uma eternidade que eu o oiço, que eu me mexo no bico dos pés para o não acordar; a charrete desfaz-se nas covas, mas o Silvestre não se rala, o Silvestre compra éguas destas que não atam nem desatam, desencanta cocheiros destes tão frescos como as éguas e depois ronca satisfeito, mas isto acaba, meu Deus, acaba já. (OLIVEIRA, 1981, p. 29)

O sossego do Silvestre é rompido nessa mesma cena porque Prazeres toma da mão do cocheiro o chicote e bate na égua que já estava ferida. O marido não faz nada para impedir o sofrimento do animal, a única coisa que causa remorso nele são os bens materiais, e não porque houve roubo do que era de seu irmão, mas apenas

porque esse irmão ia voltar e haveria a necessidade de um confronto sobre o que era dele. Não há remissão dos pecados praticados por eles, há apenas o arrependimento por ter sido descoberto. Os serões que ocorriam na casa dos Silvestre eram uma demonstração contundente da falta de prestígio de Álvaro naquela sociedade. Sempre distraído com a bebida, a indiferença ao que acontecia ao seu redor era, além de uma característica causada pela bebedeira, também um estilo de vida empregado por ele já que não recebia o menor crédito pelo que falava. Quando conseguia exprimir opiniões, sejam elas quais fossem, sua voz era ignorada, Álvaro Silvestre tinha o mesmo, ou até menos, prestígio do que um criado. Na ocasião dos serões a narrativa se atém a detalhar o espaço que circunda aquela roda de conversa. Na sala da família Silvestre é possível identificar o elmo com o qual foi presenteado Silvestre nas vésperas de se casar com Maria dos Prazeres, embora “como material, não é lá grande coisa, mas fica na sala grande, prega-se ao meio da parede, e aprende a história, Álvaro, para se contar a quem vier” (OLIVEIRA, 1981, p. 34), o objeto simboliza justamente o que supunha Maria dos Prazeres – um espólio da lembrança do lugar de onde veio a aristocrata:

O fidalgo pediu especial atenção para o do avô que amparara el-rei D. José no couro de Almeirim: grande caçada, já se vê, trompas, galgos, batedores; o Rei ao transpor o valado de uma fossa desequilibra-se e se não é a mão segura de meu avô D. Nuno lá ia Sua Majestade à lama ou a coisa pior, o que não era muito próprio, com toda a Corte a ver; D. José deixou passar a comoção e quando pôde agradeceu: o velho pulso dos Alvas, D. Nuno, a velha gana, e olhe que se não levasse já o Grande Marquês a guiar-me o barco, era à porta dum Alva que eu ia bater; sem tirar nem pôr, amigo Silvestre, textual: decora, filho, o préstimo destas coisas é tê-las de memória para largar a um serão. (OLIVEIRA, 1981, p. 34).

Mesmo as histórias que supostamente renderiam a atenção de todos no serão não eram suficientes para fazer com que os presentes se atentassem ao que dizia Silvestre. Quando ele tenta chamar o diálogo para si ao contar sobre o elmo que havia na sala: “há lá dentro na sala...(…) mas calou-se logo. Ninguém deu pelas suas palavras ciciadas e ele próprio pôs em dúvidas se as teria chegado a dizer” (OLIVEIRA, 1981, p. 34). O discurso logo é desviado para a sua saúde que, de acordo com sua esposa, não ia bem. Prazeres faz questão de deixar explícita a informação de que a saúde de seu marido não ia bem, desacreditando sua posição e seu posicionamento em função da sua condição de saúde “depressiva, nervosa e ressentida”. Além do descrédito de Silvestre na visão de sua própria esposa, os serões

eram usados para que ela demonstrasse à Igreja, ali representada por Padre Abel e D. Violante, sua gratidão por meio da doação de peças trabalhadas à mão e com generosos detalhes em ouro. Essas doações, além da sinalização da fé de Prazeres, representavam, de igual modo, a relação estreita nutrida pela aristocrata com a Igreja. A imagem de Silvestre então não poderia ser outra senão aquela produzida e descrita por Prazeres, já que ela possuía voz ativa e muita credibilidade junto às instituições que formavam aquele corpo social. Na história a descrição da personagem por sua esposa, é sugestiva de que é a dela a visão que se tenciona que o leitor tenha; todavia, a atenção aos detalhes da troca do foco narrativo apresenta uma outra perspectiva sobre a personalidade de Silvestre. Como na vida, quando se está em um embate de narrativas quando várias pessoas falam ao mesmo tempo e competem pela atenção do espectador, a narrativa se mostra nessa mesma disputa – o leitor é levado a enxergar várias camadas da personalidade da personagem descrita por Prazeres, todavia, a realidade é muito ampla e diversa, ela escapa ao controle da matriarca – é nesse momento que a perspicácia daquele que está lendo é determinante para que haja a compreensão da manipulação elaborada por Prazeres. O caráter manipulador de Prazeres, porém, não significa a santificação da personalidade de Silvestre, o viés da obra não é maniqueísta, não há alguém totalmente bom ou totalmente ruim, há apenas pessoas lutando por posições de poder. Uma das descrições de Maria dos Prazeres sobre Silvestre revela o desprezo que a esposa nutria por ele, especialmente por sua falta de ação e por sua inclinação aos vícios:

Tudo pausado e lento até ao brusco despejar do brandy na garganta: bebe cada vez mais, passa o tempo alapado na cama, nos canapés, nos cadeirões, com aguardente à mão; olhava-o e assaltavam-na certos momentos de piedade como agora, mas raramente, porque o habitual era o escoar quotidiano do seu orgulho, ora indiferente, ora tempestuoso. Quantas vezes o vira meter o ombro à muralha que ela erguia entre os dois, como quem bate às cegas numa porta recôndita que não sabe onde é nem para onde dá e ali fica toda a noite, aos umbrais, gelado e miserável; lá pela madrugada açulam os cães da casa e a quem bater, o que ela tinha feito sempre, depois de o abandonar ao silêncio onde não há ninguém ou se há não ninguém ou se há não acorda e se acorda não responde nem abre; nunca lhe estendi a mão para um pouco de compreensão recíproca e, não contente com isso, respondi às tentativas dele, que ao fim e ao cabo também queria paz, desaçaimando os cães (a cólera, as fúrias, os vexames); que outra coisa poderia ter feito? (OLIVEIRA, 1981, p. 36).

A descrição das personagens presentes no enredo serve para se ter um panorama do contraste entre elas e Silvestre. Enquanto a professora Claudia é descrita como medrosa e apegada à vida imaterial, ao inanimado, à teoria, Dr. Neto,

que é um exemplo a ser seguido como profissional e pessoa, é descrito como aquele que ama a natureza, o conhecimento teórico aplicado à prática. Além de ser um amante da vida, ele era apaixonado pela vida proporcionada pela natureza que não é humana. Pela botânica e por abelhas, possuía colmeias em sua casa que enchiam o seu quintal. O trabalho das abelhas causava admiração nesse homem prático e tipicamente moderno: “porque o Dr. Neto amava a realidade e só daí é que partia para as abstrações, simbologias camponesas em que o mel, por exemplo, quase alcançava o teor da suma perfeição.” (OLIVEIRA, 1981, p. 40). Dr. Neto e D. Cláudia eram noivos, mas o homem demorava a assumir compromisso mais sério com a professora; a demora tinha um motivo plausível para aquele que prezava ciência e calculava os passos de sua vida meticulosamente; o tom cientificista de Dr. Neto fica nítido em diversas passagens, mas a mais emblemática e problemática encontra-se na sequência:

(...) Largar do concreto para o ideal era o seu lema, assentar a evolução de uma ideia em coisas palpáveis como sementes, flores, abelhas, cortiços, mel, e tanto assim que quando partia para o seu platonismo amoroso recusava-se a considerar que fosse a timidez a empurrá-lo, aduzia razões de ordem absolutamente material, científica: sou um herói-sifilítico; a D. Cláudia, uma constituição linfática, fragilíssima; pois bem, casamo-nos e depois que filhos deitaremos ao mundo? Saltava daqui para as implicações morais: não me parece justo chamar à vida um ser doentio, deformado ou louco; punha mesmo em dúvida se era lícito a alguém fazê-lo, um rei que fosse, com o problema de sucessão às voltas; e a verdade é que tudo isso está dentro das possibilidades do nosso casamento (...) Por caminhos diversos chegavam ao acordo tácito de que aquele amor puro lhes ia bastando por agora, e um dia que a ciência possa garantir-me uma sã descendência, dizia o Dr. Neto, um dia em que eu me atreva a fitar a crueza da vida, pensava D. Cláudia, nesse dia, talvez acabassem por casar (OLIVEIRA, 1981, p. 41).

Como era muito ligado à natureza e à ciência, Dr. Neto não se sentia seguro para casar-se com uma mulher que não possuísse os elementos que ele julgava necessários para lhe dar uma prole saudável. Ligado também à filosofia da vida como um todo, quando se juntava aos serões lhe aprazia falar sobre essas filosofias, em uma delas, falando sobre os seus atendimentos recentes, relembra o de um paciente cujo salvamento seria impossível para a medicina: “muito pouco ainda pode o homem pelo homem. Estamos no começo de tudo.” (OLIVEIRA, 1981, p. 43).

Uma das reflexões que fazem Silvestre manifestar interesse e abandonar sua indiferença a tudo e a todos é sobre o significado da vida e da morte. Nesse momento

em que Silvestre se depara com o questionamento o qual chamou-lhe atenção, a cena descrita é significativa do tipo de concepção sobre esses conceitos o qual tem Silvestre. A narrativa não vai direto ao ponto da resposta em discurso direto, mas afunda o leitor em uma das memórias de Silvestre – ou seria do próprio médico? Não fica clara a posse da voz discursiva, mas o conteúdo simbólico da descrição não deixa dúvidas de que, assim como Dr. Neto, Silvestre possuía uma visão sobre o significado da vida e da morte que era particularmente ligada ao material, às posses e à propriedade privada e que a fecundação, o ato de gerar vida era criar:

As coisas ao redor, o grande candeeiro de petróleo, a mesinha holandesa, as cadeiras, o relógio esmaltado, os móveis de nogueira velha, a tenaz caída no tijolo do lar: um abandono sem remédio. As terras, a vivenda, a grande mercearia de taipas ondulados, a melhor do concelho, mesmo em Coimbra não são os pontapés (convicção do padre Abel), nada lhe pertencia verdadeiramente. A riqueza amargou-lhe pela primeira vez, um travo doloroso de que tudo era passageiro, de empréstimo, para largar quando Deus achasse justo mergulhá-lo na pobreza extrema dum coval. (OLIVEIRA, 1981, p. 44)

Padre Abel adverte que não é possível empregar a mesma lei dos animais aos dos homens, mas Silvestre já está imerso em seus pensamentos sobre a morte, e, caso tenham restado dúvidas sobre os seus valores, há a comprovação deles:

A morte é perder as terras, a loja, o dinheiro, para sempre; e apodrecer, devorado pelos vermes; ali estava a explicação da sua repugnância por bichos miúdos, aranhas, minhocas, carochas, centopeias, larvas, essa infinidade pululante de pequenas monstruosidades. Esmagou a mão uma na outra, porque a morte existe, pode chamar à porta quando lhe apetecer, e imaginou-se demoradamente no caixão aberto, ainda em casa, ainda acompanhado do murmúrio humano que o velava, daí a nada atirado à garganta da cova com cal por cima e terra, depois a lousa, o abandono: os outros regressam a casa e eu para ali fico, sufocado, sozinho, a morrer outra vez, porque via tudo isso como se as coisas se passassem e ele com consciência, como se ouvisse o rumor da noite em que o velavam, o latim do padre Abel no cemitério, as pazadas de terra a cair no caixão, o ferver irreparável dos vermes. (OLIVEIRA, 1981, p. 44)

Quando Silvestre volta a si de suas divagações sobre a morte, que só se instalaram em sua cabeça naquele momento, olha diretamente para Prazeres, para a qual faz uma prece. Nesse momento há a confusão a respeito da referência feita na narrativa: não é possível saber se Álvaro faz uma súplica à sua esposa ou à santa: “peço-te auxílio, Maria” (OLIVEIRA, 1981, p. 45). O resultado de toda a discussão que ali estava instaurada, era de que, afinal, todos morreriam. Despertado para essa descoberta elementar, Silvestre compreende que não precisa de Prazeres. Com as

ideias tumultuadas de pensamentos e com a mente cheia de pensamentos confusos devido ao abuso da bebida alcoólica, Álvaro tem uma visão de que todos que estavam naquele ambiente estavam condenados ao inferno, pois ninguém seria digno de ser salvo. Ao final dos serões, Silvestre não vai ao quarto descansar ao lado de sua esposa, conforme seria o normal de um casal. Ele vai ao seu escritório, não obstante tenha sido afastado do trabalho em suas propriedades e no comércio de sua família, o escritório parece ser o local perfeito para resolver os problemas que haviam sido instaurados em sua mente relacionados à iminente morte à qual todos os seres humanos estão submetidos e ao roubo que praticara contra seu irmão. No escritório, sua companhia incessante é o Brandy, bebida destilada com teor alcóolico de 40%, consumida no frio e cujo consumo recomendado é em doses pequenas, como um aperitivo, a bebida é perfeita para os serões. O sabor e o aroma de cada maturação da dita bebida dependem de diversos fatores, tais como: temperatura, recipiente, tempo de maturação, porém, embora a bebida seja feita a partir de uvas brancas, sua coloração é muito semelhante ao mel, bem como o cheiro adquirido ao longo dos anos de maturação também é, podendo haver variedades nas notas de fundo (SIMÕES, 2019). É significativo como o mel na narrativa está presente implicitamente e explicitamente, tanto nas conversas sobre a colônia de abelhas cultivadas por Dr. Neto, quanto no aroma da bebida de Silvestre. O mel é o produto cristalizado do trabalho da abelha, que se alimenta do alimento que ela mesma produz. A abelha vive em colmeias com até 80 mil insetos, com definição de hierarquia posta e obediência à rainha para o bem coletivo. Responsável por 75% da polinização das plantas do mundo, as abelhas são o animal que mais colabora diretamente para a alimentação do mundo animal, incluindo, evidentemente, o homem. Baseado no sistema de vida e na construção de um exemplo de sociedade das abelhas, Dr. Neto elabora os seus critérios de como deve ser organizada a vida, sendo o oposto do que se vê em Silvestre. Ao voltar ao escritório para ficar sozinho bebendo o brandy com gosto e aroma de mel, mas que é altamente alcoólica e com potencial de embriaguez altíssimo, Silvestre tenta resolver os problemas recém estabelecidos em sua mente: a morte e o roubo que havia praticado contra seu irmão. Mesmo diante da possibilidade da morte, a personagem dá demonstrações de como é ligado ao que o mundo material lhe oferece, dando claros sinais de como sua personalidade e como

seu caráter são formados e qualificados por seus bens materiais, os quais foram roubados de outras pessoas:

Em primeiro lugar, não queria ser enterrado; desde longa data que o velho Silvestre pensara num jazigo, mas fora adiando sempre, agarrado ao dinheiro como a carraça à orelha do cão; vinha o canteiro, o jazigo deitava para uns contos de réis, e o pai de Silvestre com a saúde dum cavalo novo protelava: há tempo, que diabo, não vá a morte achar que estando o ninho feito pode a pega morrer. Acabara por aninhar-se no coval raso e simples dos mais: é isso que eu não quero, num jazigo sempre se fica cá fora ao ar e à luz, já não é pouco entrar pela porta gradeada dum túmulo a réstia de sol, a lufada de vento, o cheiro caricioso das terras no outono: mandarei fazer o jazigo, quanto mais depressa melhor. (OLIVEIRA, 1981, p. 48)

Em um dos momentos de pesar de Álvaro Silvestre em seu escritório, ele tem uma lembrança do que vivia na infância, e de forma saudosa relembra o que viveu e as boas sensações que tivera àquele tempo. Já não as tem mais, porque a idade avançou, a pureza da inocência foi corrompida pelo tempo e pelas necessidades atendidas com suas falhas de caráter. Novamente a chuva aparece como elemento catártico na narrativa, para que Silvestre recobrasse sua consciência frente ao que estava acontecendo. Encostado no peitoril da janela, quase em um movimento suicida, ele volta a si a partir de um pingo de chuva. Relembra que antes a chuva representava o orvalho, a pureza da natureza que estava úmida. Mas agora o que ela representa é o mofo, o tempo que passou, o descompasso daquilo que foi vivido, o que representa o mofo, o apodrecimento – de sua consciência e de tudo ao seu redor.

A chuva que sai de Silvestre nesse momento não é pura, tampouco limpa, é resultado de sua bebedeira, o vômito azedo que escorre pela janela:

Abriu a boca e sorveu a humidade lentamente; de súbito, qualquer lembrança remota parecida com aquilo, dias de chuva, a cabeça fora da janela, a boca aberta a aparar as goteiras do telhado, um perfil de criança recortado ao longe; a cinza da morrinha embaciava a distância, o tempo, mas havia por baixo de tudo, ao fundo das coisas, esse fulgor inapagável, o seu próprio perfil de criança, e muito mais, uma ternura dispersa pela casa paterna, por campos e pessoas, por bichos e por estrelas; o coração talhado numa grande pureza já perdida, a alma ainda livre da condenação do fogo, o corpo onde não acordara ainda o medo à morte, porque lhe era fácil então estender-se para fora da janela e beber alegremente das goteiras. (...) O vento arrastava a poeira, apagava os astros, sumia tudo e na escuridão as coisas fermentavam. Apodreciam. (OLIVEIRA, 1981, pp. 51, 52).

Na dicotomia da narrativa, a personagem Prazeres associa-se ao fogo – assim como seus cabelos eram vermelhos, em vários momentos na descrição quando ela é apresentada, a cena parece queimar nas chamas da “alma dela, condenada”

(OLIVEIRA, 1981, p. 53), em oposição à água, portanto, Prazeres representa a condenação, o fim, a morte:

Talvez que a morte a tenha já colhido, a morte é a fraqueza de tudo, do orgulho, da vaidade, quem ali vem mal tocando no chão como um fantasma talvez não seja mais que a alma dela, condenada. De pálpebras fechadas, entreviu de novo o fogo do serão, o perpétuo terror. E nisto, ouviu-a gritar: - Bêbado. Não quis abrir os olhos. Com certeza as chamas envolviam-na já e ela gritava, a insultá-lo, mas eu amo-a apesar de tudo, amo-a tanto que não posso vê-la no inferno, sufocada, perdida. (...) quem sabe se ela não é a própria morte a insinuar-me dia a dia a miséria de viver (...) Mas Deus tinha tomado providências. A morte entra disfarçada na sua própria casa. (OLIVEIRA, 1981, pp. 53, 54).

Quando Silvestre retoma a consciência minimamente depois de Prazeres tê-lo feito cheirar um frasco de amoníaco, joga em sua cara o que ela era antes de casar-se com ele, os problemas financeiros pelos quais ela e a família estavam passando. Ao mesmo tempo que Álvaro demonstra essa mesquinhez ao se dirigir à esposa desse modo, é nítido que tudo o que fizera para acumular riqueza custara-lhe sua lucidez, o que leva à reflexão sobre a troca da consciência pelos bens materiais.

Silvestre fez questão de colocar Prazeres em posição de inferioridade devido ao que ela passara com sua família há vinte anos, antes de se casar com ele, literalmente suplicando por comida: “quando houve fome lá nos palácios, foi aqui que a vieste matar, com a família atrás. E vinham todos mais humildes, vinham quase de rastos.” (OLIVEIRA, 1981, p. 56).

Ao que Prazeres retruca de imediato, tratando o marido justamente como a nobreza tratava a burguesia ascendida: com o desprezo com o qual um patrão trata seu empregado. Diz que por muito menos seu pai chicoteava os seus subalternos, mas que não era de se preocupar, pois “os mortos não empunham chicotes” (OLIVEIRA, 1981, p. 56).

O foco narrativo nesse ponto da história está sob o comando do narrador, que traz uma reflexão em tom sarcástico à matriarca, deixando o leitor confundir sua voz com a de Silvestre. Mas é pelo tom da conversa e pela articulação da argumentação que não se trata de Silvestre falando:

Não? Os retratos dos nobres Pessoas pendem solenes das paredes do escritório. Olhe para eles, D. Maria dos Prazeres. Os mortos estão dentro desta sala, com um chicote implacável. O orgulho de velhos senhores, as carrancas severas, o pó das calendas, as tretas do costume. O seu marido tem de destruir os mortos. De tentar, pelo menos. Que outra coisa pode ele fazer? Deixe-o experimentar. Ou eu me engano muito ou vai sair-se mal. Ora repare. (OLIVEIRA, 1981, p. 56).

O desempenho de Silvestre em destruir os mortos foi no sentido de derrubar os quadros nos quais estavam as fotos das famílias, as que representavam os Alvas, os Pessoas, os Sanchos. Além das fotos, ele destruiu os objetos que estavam sobre a mesa, afinal, todas as quinquilharias representavam a nobreza, a classe que ficou representada nos móveis e na decoração da casa, não por sua história ou conhecimento envolvidos, mas por objetos, pela matéria acumulada.

À luz da teoria materialista, depreende-se a interpretação de que o acúmulo de riqueza não é algo natural do ser humano. Além disso, as regras morais da modernidade impunham aos homens limites os quais não eram todos que possuíam coragem ou força para enfrentar, leiam-se essas duas características apenas como impulso da vontade do homem, não necessariamente como adjetivos qualificadores, tais como: infringir as regras, por exemplo, para conseguir ascender a uma posição mais elevada dentro do sistema. Além das regras sociais, existia a religião, que representava mais uma peneira à qual o indivíduo deveria se submeter mesmo estando ciente de seus pecados e de seu destino, de acordo com a própria premissa da Igreja.

O acúmulo de riqueza gera no homem uma sensação de *post mortem*, pois ao conseguir se materializar nos objetos tem a falsa sensação de que seu legado está sendo deixado para sempre. Até certo ponto essa premissa pode ser verdadeira e comprovada na narrativa, por exemplo, quando há a rememoração da classe nobre nos objetos herdados por Prazeres. Porém, a única materialização de fato de sua consecução genética ou de sua linhagem é a vida humana, um filho, dar continuidade à família através dos herdeiros. E isso era algo sobre o qual Silvestre e Prazeres não falavam, mas que retumbava em todos aqueles que conviviam na mesma teia social que eles.

A virilidade que um filho representa tanto para um homem quanto para uma mulher é uma espécie de “selo” de comprovação de que aquela vida humana está sendo validada, que está cumprindo o seu propósito primário em termos de espécie. Essa premissa não é apenas humana, mas é, sobretudo, animal. Não há impulso maior de proteção à vida do que a continuidade dela. Na sociedade moderna a continuidade da vida através dos filhos representa a perpetuação do sistema que está em voga. O ato contrário de não ter filhos é, portanto, quase interpretado como um ato suicida “não tive filhos, não transferi a nenhuma criatura o legado de nossa

miséria” (ASSIS, 1881, p. 328). Ato suicida no sentido de não dar continuidade ao pacto da humanidade e da elaboração de sua vida moderna.

Álvaro Silvestre e Maria dos Prazeres não tiveram filhos e esse fato é na narrativa discutido pelas personagens coadjuvantes, mas nunca por eles mesmos. É uma espécie de “elefante branco” que incomoda a todos, e ao leitor, mas sobre o qual não há, durante a narrativa, explicação ou conversa direta do casal sobre o tema. Até o leitor mais desatento se incomoda e percebe que esse é um fato importante sobre o qual não há atenção dos protagonistas. Por que tantas brigas por dinheiro e por posses, afinal, se não há para quem deixar a herança?

A conversa de Jacinto, o cocheiro, com sua namorada na madrugada revela que os criados também consideram essa uma questão importante. Álvaro Silvestre ouviu os empregados falando sobre ele e sua esposa, especificamente sobre esse fato, que é registrado na narrativa logo depois que Silvestre resolve arejar suas ideias no quintal da casa, perto do local onde ficavam os animais:

O lavrador Silvestre, que não chega para a mulher, que nem um filho se lhe atreveu a fazer. Nem um filho, caramba. E anda-me ela depois pelos cantos, consumida, ó Ana, ó Ana, vê lá tu se me arranja um homem. Bons para afogar no poço com dois pedregulhos amarrados às canelas. (OLIVEIRA, 1981, p. 70)

O fato de não ter filhos coroava o medo da morte que Silvestre nutria; a crise pela qual ele passava toda vez que tinha o vislumbre de que era mortal desaguava na mesma ideia de que não era eterno, mas o que apavorava ainda mais o homem, além da morte em si, era a morte de sua propriedade, a morte de seus recursos. É significativo como ambos os fatos são igualados em patamar de importância para ele. Percorrer a narrativa através da perspectiva de Álvaro Silvestre é temer a morte da carne, mas sobretudo temer a morte da matéria:

O desespero sem remédio que espreitava dentro dele irrompeu de novo. Pela madrugada irreal. Compreendeu que nada podia sufocá-lo. Duma maneira ou doutra, na indiferença da mulher ou na conversa do palheiro, fosse no que fosse, ouvi-lo-ia sempre. Agora mesmo uma voz errando no silêncio lhe insinuava: as aves largam para o espaço, mas serão destruídas; há laranjas sãs pelas ramagens, mas não-de-apodrecer; as vindimaneiras cantam, o gado pasta, os homens cavam, **mas tudo, tudo é estrume da terra**. No silêncio deserto a voz obsidiante persiste: quando quiseres matar a sede, lavar o sarro desta noite, das conversas tidas, das palavras ouvidas, a água secará de vez. Levantou-se e tomou o caminho de casa. Na lama onde ia afundando os passos fermentavam as folhas caídas de outubro, **oiro**

conspurado que os vermes devoravam. Sentiu um arrepio à ideia do seu corpo num desamparo, numa miséria daquelas. (OLIVEIRA, 1981, p. 75).

A referência ao verme, tão comum na literatura, escancara o arquétipo shakespeariano de “único imperador da dieta” dentro do pensamento de Silvestre, mas não é, necessariamente, a única fonte de medo dessa personagem quando pensa sobre a morte. A prisão de Silvestre é também, e principalmente, materialista do ponto de vista de suas propriedades, o medo dele é da miséria, da fome: “Estava farto de saber o que era a miséria, remara contra ela à força de unhas, de remorsos: e então? Por que não me deixam os fantasmas em paz?” (OLIVEIRA, 1981, p. 52).

Os fantasmas do passado em que a burguesia não reinava assombravam àquele que, mesmo não tendo passado por dificuldades financeiras, foi criado em uma família cuja própria história não deixava perder o senso da realidade:

À gênese destas grandes transformações não era estranho o espectro da miséria que o pai lhe metera pelos olhos apavorados desde a infância, porque muita da fereza que o empedernia, da ganância cíclica que o empolgava, vinha daí, dessa longa lição individualista de que o homem é o lobo do homem e, portanto, entre devorar e ser devorado, o melhor é ir aguçando os dentes à cautela. (OLIVEIRA, 1981, p. 82)

Todo o remorso que amedrontava Silvestre, porém, não era suficiente para que ele deixasse de cometer os atos que comprovavam a máxima “o homem é o lobo do homem”. O foco narrativo é transferido de Álvaro em pessoa para dar lugar a um acontecimento trágico por ele provocado contra o cocheiro Jacinto. Embora ele não tenha participado ativamente da morte do empregado, foi através de sua informação ao pai de Clara, oleiro Antônio, que com a ajuda de Marcelo, cometem o assassinato de Jacinto e promovem a desova do corpo no mar.

A sequência causal é extremamente significativa do ponto de vista da culpa que perseguia Silvestre, esse sentimento carregado de hipocrisia é posto à vista quando, atordoado de sono, o protagonista não se incomoda com a morte em si do trabalhador, mas sim com o remorso que está sentindo por ter se vingado dele contando ao pai de Clara que eles tinham um caso amoroso. Não há efetiva culpa, há a sensação de um dever de culpa que é expresso através das comiserações da personagem. Ele não se arrepende efetivamente, apenas se sente culpado porque há regras sociais, morais e legais que nomeiam essas ações humanas.

Superada a sensação de remorso, Silvestre aparece novamente na narrativa em uma cena de serão, que estava sendo realizado em sua casa. Lê a confissão a

qual o levou, no início, até o jornal da Comarca, rememora a sensação de remorso, mas ao fim, limita-se a gritar com os criados pelo brandy. A perspectiva de Silvestre se “encerra” nessa circularidade. Álvaro representa uma classe social – a burguesia – que, elevada a uma condição privilegiada, não sabe lidar com a realidade. Sentindo-se superior aos seus empregados porque tem posses; não consegue enxergar além daquilo que possui, não obstante seus pensamentos sobre as questões da vida e da morte em alguns momentos, prioriza o tempo todo seu conforto material e sua necessidade de fuga à realidade. Trata-se de uma classe que não consegue manter-se em paz, seja no que diz respeito a seus integrantes – é o caso do que ocorre entre Álvaro e Leopoldino, seu irmão – e tampouco em relação a seus empregados:

Tropeçava nos valados, nas sebes, passando do assombro à vertigem. Uma luz turva ondeava sobre o pavor da morte: vida e morte o que são?; para nós, católicos, vida e morte são o que são, a vontade criadora de Deus resolveu-se e criou; pois sim, mas tomemos por exemplo as abelhas, partir do simples para o complexo: sabe-se que após a fecundação o destino dos machos é a morte e, como fecundar é procriar, pergunto eu... Ondeava sobre a carta de Leopoldino e os pinhais vendidos: estou em Luanda agora para embarcar; e os pinhais, Senhor, que contas lhe darei eu dos pinhais? Cobria de sombras a imagem da mulher: já sei que vômitos foram de arrependimento, deixa-me em paz. Era a luz da conversa no palheiro: lá que a D. Prazeres me comia com os olhos, não se atreva a morder que parte os dentes. A luz das confissões ao padre Abel: trago a consciência cheia de roubos até aos gorgomilos. (OLIVEIRA, 1981, p. 66).

5 O ENFORCADO - CHUVA DE ANGÚSTIA NA SOCIEDADE MODERNA

“Eu sei e você sabe o que é frustração: máquina de fazer vilão “

Jesus Chorou - Racionais (2002)

Quando as consequências do agravo econômico assolam o país, estagnando salários, deixando determinados trabalhadores fora do círculo de benefícios concedidos dentro de um sistema de leis, cortando investimento em saúde pública e em garantias sociais, as pessoas perdem a esperança em um futuro. A falta de perspectiva alimentada pelas ideias liberais de que o “homem é o empresário de si mesmo” contribuem fortemente para que o indivíduo absorva, erroneamente, a culpa de seu suposto fracasso.

Foi em 1980 que o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – III) da Associação Psiquiátrica Americana (APA) apresentou um novo paradigma psiquiátrico sobre o que se postulou como depressão. Passou a ser aceito o entendimento de que, a depressão pode ter características biológicas intrínsecas atreladas à sua manifestação, isso não significa, todavia, que esse transtorno mental surgiu somente a partir dessa data. Significa que as pessoas já portavam essa condição que ainda não estava catalogada. Se por um lado há que se destacar que a depressão, por exemplo, passou a ser diagnosticada de modo mais crescente a partir dos anos 1980, junto da expansão do arcabouço diagnóstico, é possível compreender-se também que, quando uma das principais características dessa doença é a falta de vontade para enfrentar a rotina, ou seja, ser produtivo, é lógico também que em modelos econômicos diferentes essa doença não seria, talvez, tão diagnosticada.

A crise econômica de 1929 ficou conhecida como a “Grande Depressão” e são delas as imagens de pessoas se suicidando em plena luz do dia em grandes empreendimentos corporativos por terem perdido suas economias da noite para o dia. É que o sistema econômico capitalista, em linhas gerais, adota como modelo de sucesso o poder de consumo do ser humano. Quando a capacidade do indivíduo de produzir renda não é compatível com o que se espera para determinado ímpeto de consumo, há a geração de um desalento, sensação de fracasso e de desterro, pois não há como demonstrar o seu “valor” ao mundo moderno. Se a depressão e as demais doenças dessa mesma ordem são o problema resultante de um sistema econômico de exploração do homem pelo homem, o remédio é apenas um:

comprimidos encapsulados e pensados pelas grandes indústrias farmacêuticas, um típico produto do capitalismo, mas de extrema necessidade, porque sem eles é completamente insalubre viver.

Não se cobram transformações sociais ou reformas econômicas que impactariam o coletivo, mas sim a busca pela “saúde” mental é feita individualmente em consultórios médicos que, sem grandes critérios, prescrevem receitas de remédios controlados para um problema criado pelo próprio mercado.

Mais do que a produção da cura para os problemas de ordem psiquiátricas, os antidepressivos também estimulam a ação. Se a bebida é ainda usada e bastante consumida com esse mesmo intento, é possível associar e fazer uma comparação entre os diferentes usos dessas substâncias:

o uso de antidepressivos serve tanto para aliviar os sintomas do transtorno quanto para criar condições para que as pessoas realizem com sucesso suas atividades, produzindo e otimizando, por conseguinte, o bem-estar. É por isso que, para Ehrenberg (1998, p. 203), segundo o qual a depressão é uma doença da insuficiência da capacidade de ação e de iniciativa, a pílula promovida pelo best-seller do psiquiatra estadunidense pretende mais estimular a ação do que produzir a felicidade, como as traduções francesa e brasileira do título da obra dão a entender equivocadamente. Ora, em vez de condenar ingenuamente o uso pragmático e utilitário circunscrito à ideia de psicofarmacologia cosmética, é preciso perceber sua coerência absoluta no contexto da biopolítica da saúde mental, que inculca, nos indivíduos, a necessidade tanto de realização permanente quanto de bem-estar como fórmula para o sucesso social. (CORBANEZI, 2018, p. 348)

A respeito da análise das personagens de ambos os romances na perspectiva de sucesso social, o caráter de des(subjetivação) do homem está ligado justamente à universalização das personagens, ambas interligadas por razões até então desconhecidas, Luís da Silva e Silvestre compartilham o mesmo degredo mental.

Sobre esse caráter, em sua obra *A Era da Iconofagia* (2014), Noival Baitello Junior observa que uma das possibilidades do corpo humano é o “corpo-máquina”, cujo objetivo é atender às necessidades específicas da função que ele vai exercer no curso da vida (2014, p. 58). O protagonista de *Angústia* é um indivíduo que representa o corpo-máquina: rejeitado em várias situações de sua vida, ele não é feliz em seu trabalho, não consegue dinheiro para ter a qualidade de vida que deseja e não conquista a mulher amada. Esses conflitos internos dão o impulso para as diversas oposições que ele enfrentará na narrativa. Diferente de uma personagem idealizada que beira a perfeição, uma personagem como Luís da Silva permite maior identificação com o público, pois escancara os erros humanos, aos quais todos nós

somos susceptíveis, não obstante haja a pressão para a adequação às precisões maquinadas.

Luís da Silva é demasiadamente humano na narrativa, ele falha em tudo. Entendendo ser o corpo o primeiro comunicador, a primeira mídia sob a qual as demais se sucedem, tem-se a caracterização do fracasso da personagem ao não comunicar, porém, é possível também depreender que a não comunicação também é um meio de se comunicar, pois:

O corpo floresce de mil formas, se desdobra em mil linguagens simultâneas, diz uma sinfonia de mensagens em cada atitude. E constrói uma história que não é apenas a história de sua espécie – mas a engloba –, que não é apenas a história de seu tempo – mas a abrange –, que não é apenas a história de seu percurso individual de vida – mas também a retrata. Uma história que não é apenas a memória de um passado, mas também o espelho de um futuro, com seus sonhos, projetos, utopias, planos, desejos e aspirações. É, pois, com este lastro complexo, de passado e futuro, de histórias e estórias, de limites e superações, que construímos nossa primeira capacidade comunicativa, nossa primeira e fundamental mídia. (NORVAL, 2014, p. 60)

Ao mesmo tempo em que almeja alcançar certos intentos, não faz propósito suficiente para conquistá-los, demonstrando o fracasso típico e recorrente dos indivíduos submetidos à economia capitalista, tolhido pelo abismo entre o que se deseja e o que se alcança. Sobre a estrutura industrial segundo a qual estava sendo baseada a economia pré-capitalista:

transformados fluem para fora das máquinas. As máquinas em rede, conectadas entre si, formam complexos, e estes, por sua vez, se unem formando ao longo dos fios centrífugos, as coisas e os homens parques industriais, e os assentamentos humanos formam aqueles lugares, em rede, a partir dos quais os homens são sugados pelas fábricas, para depois serem regurgitados periodicamente, cuspidos outra vez de lá. A natureza inteira é atraída, de forma concêntrica, por essa sucção das máquinas. Essa é a estrutura da arquitetura industrial dos séculos XIX e XX. (FLUSSER, 2007, p. 40)

Os dispêndios de Luís da Silva são de todas as ordens, amorosa, social e econômica: ama Marina, mas seus esforços para conquistá-la os leva à ruína. Mesmo chegando ao limite de suas possibilidades para ficar com ela, não consegue, pois ela fica com Julião Tavares. Depois de perdê-la para Julião Tavares sua vida descarrila de vez, pois há o desterro total do abandono da amada e da troca por outro homem que representava o seu oposto, o que Luís da Silva queria ser. Embora Luís da Silva seja a personagem principal da narrativa e isso implique, evidentemente, que todo o

romance, uma vez que narrado em primeira pessoa, seja permeado de suas próprias impressões e emoções, a personagem entende que diante do que o que acontecia no país naquela época, seus sentimentos não são tão grandiosos, ou seja, ele não supervaloriza as suas emoções e não se supervaloriza.

Enquanto Luís da Silva vive o desterro de não possuir condições financeiras que satisfaçam suas necessidades de consumo que iriam demonstrar ao corpo social o seu valor enquanto indivíduo, Silvestre vive o oposto: ele tem muito dinheiro, mas do mesmo modo que Luís da Silva, não consegue viver sua vida de modo pleno, sem desamparo, munido de plena saúde física e mental. Silvestre é viciado em álcool, cura na bebida as suas crises severas de identidade e sua culpa constante. Embora Silvestre seja o dono do dinheiro que faz todo o núcleo familiar dos Alva/Silvestre se manter, não é ele que comanda a hierarquia de sua propriedade, tampouco a hierarquia de sua vida. Maria dos Prazeres, representante de uma camada social anterior e que estava acostumada, portanto, à manutenção de poder, era quem comandava a vida dele.

5.1 DOIS PRATOS, A MESMA MESA: É ISSO O FIM DE TUDO

Se são evidentes as diferenças entre Luís da Silva e Álvaro Silvestre do ponto de vista econômico e social, suas crises psíquicas se unem e são elucidativas do que se postulou como “homem moderno”. Há uma identificação entre os dois personagens que transcende o espaço e o tempo da narrativa. Uma obra escrita em 1936 e a outra em 1953, uma no Brasil e a outra em Portugal. O que une ambas além da escrita em Língua Portuguesa?

A resposta não é simples, mas é possível conjecturar desde o início das leituras a proximidade de ambas as personagens. Munidas de um desejo latente de ser outro, algo que não fica evidente nas narrativas, mas que perpassa todos os acontecimentos que são promovidos nelas, há uma espécie de letargia que acomete ambos. Silvestre, o tempo todo às voltas com seus remorsos, não faz nada para mudar sua posição de corrupto porque não cogita perder o bem-estar que já possui, nunca soube o que significava passar dificuldades financeiras, mas foi educado por um pai que fazia questão de lembrá-lo a todo momento o que era viver desprovido de dinheiro.

Luís da Silva possuía terras no interior, local onde morava com sua família, mas tão logo a morte de seu pai ocorreu, os credores fizeram o arremate das terras,

deixando o menino sem condições de viver na sua própria casa logo aos quatorze anos de idade. Quando chega à cidade se depara com inúmeros problemas de ordem social, se vê tendo que viver em diferentes pensionatos, em busca da melhor economia da qual pudesse se valer. Além de estar sempre mudando de “casa”, em seu trabalho não podia desfrutar de ter autonomia de escrita, o que causava também certo prejuízo à sua autoestima já abalada.

A falta de abrigo, de lugar para morar em ambos causa uma sensação intensa de desamparo e não pertencimento. Luís da Silva vivia se mudando porque visava a economia em primeiro lugar, tinha apenas um quarto na maioria das pensões pelas quais passou, quarto úmido, com cheiro ruim e cercado de ratos e condições insalubres. Silvestre, por mais que tivesse uma casa com todo o conforto material desejado, sentia-se o tempo todo reprimido pelos móveis e pelos quadros que foram herdados de Prazeres.

Outro fator importante que une a desgraça mental dessas personagens como homens modernos é a falta de um sucessor, a falta de um filho. Se o homem é o agente ativo do capitalismo, único capaz de reproduzir a ferramenta-mor do capital, o que se dirá de uma atitude suicida de sua espécie como a falta de filhos? A situação é ainda pior para Silvestre, que possui esposa, mas não consegue gerar seu “produto humano”. Luís da Silva percorre o livro tentando engrenar um romance com Marina, amarga a derrota vendo-a consultar uma aborteira, sabendo que o filho que fora tirado do ventre dela não era seu. Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1986), disserta sobre as diferentes composições de família ao longo da história e do desenvolvimento da humanidade:

A família monogâmica nasce, conforme indicamos, da família sindiásmica, no período de transição entre a fase média e a fase superior da barbárie; seu triunfo definitivo é um dos sintomas da civilização nascente. Baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, estarão, um dia, na posse dos bens de seu pai. A família monogâmica diferencia-se do matrimônio sindiásmico por uma solidez muito maior dos laços conjugais, que já não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes. Agora, como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar sua mulher. Ao homem, igualmente, se concede o direito à infidelidade conjugal, sancionado ao menos pelo costume (o Código de Napoleão outorga-o expressamente, desde que ele não traga a concubina ao domicílio conjugal), esse direito se exerce cada vez mais amplamente, à medida que se processa a evolução da sociedade. Quando a mulher, por acaso, recorda as antigas práticas sexuais e intenta

renová-las, é castigada mais rigorosamente do que em qualquer outra época anterior. (ENGELS, 1986, p. 66)

Quando a vida humana é substituída por outro valor primordial, no caso da sociedade moderna, o trabalho, o indivíduo possui outras aspirações contra as quais é infrutífero lutar. Se a necessidade é a de ser bem-sucedido, ou não morrer de fome, a prática biológica de reprodução fica, evidentemente, em segundo plano. Como ganhar um jogo sem conhecer as regras que levam à vitória? Mais do que a falta de conhecimento, porém, o que está em voga é a impossibilidade de ruptura com esse sistema ou de parar de jogar.

Em termos práticos, essa paralisação significa a falta de perspectiva e de poder frente a um macro sistema estabelecido ao longo dos anos e que envolve muitos interesses diversos. Na psicanálise, o sujeito paralisado frente ao que deveria se impor está em inibição, essa inibição é a paralisação do “eu” frente a uma ameaça, ela causa a proteção contra a angústia, já que a angústia é trabalhosa para ser identificada, porque nem todo sujeito produz sintoma, muito menos consegue expressá-lo através dos significantes. A manifestação da angústia, de acordo com os estudos atuais da psicanálise, é demonstrada através dos transtornos mentais mais diversos, tais como: depressão, ansiedade, crise de pânico, intenções suicidas. Para a psicanálise, quando o indivíduo gasta a angústia através da palavra ele evita o *acting out*, ou seja, se a angústia for suportada na palavra, se ela for colocada na rede de significantes, há a anulação do ato em si, de uma tentativa de suicídio, por exemplo.

A partir dessa subjetivação das mazelas da sociedade, incorporadas como problemas de saúde mental e não como problemas sociais, é constituído o utilitarismo das relações, e, conseqüentemente, das relações familiares produtivas. Há uma lógica produtiva e sistêmica que avulta ao progresso do patrimônio, ao cálculo moderno como medida de filosofia de vida, o sistema econômico capitalista dá o tom da vida dos indivíduos, não ocupa apenas o espaço que lhe seria devido. Assim, a prosperidade se apresenta como um pré-requisito e um produto marginal de uma produtividade auto impulsionada, essa produtividade sempre tem uma maneira de atender às demandas do consumo, mas não dá conta de acabar com a pobreza, por exemplo. Segundo Marcuse, o ascetismo do mundo interior forneceu a base mental para a dominação e a exploração:

as pessoas livres não precisam de libertação e as oprimidas não são suficientemente fortes para libertarem-se. Essas condições redefinem o conceito de Utopia: a libertação é a mais realista, a mais concreta de todas as possibilidades históricas e, ao mesmo tempo, a mais racionalmente, mais eficazmente reprimida – a possibilidade mais abstrata e remota. Nenhuma filosofia, nenhuma teoria podem desfazer a introjeção democrática dos senhores em seus súditos. Quando, nas sociedades mais ou menos afluentes, a produtividade atingiu um nível em que as massas participam de seus benefícios, e em que a oposição é eficaz e democraticamente “contida”, então o conflito entre os senhores e escravos também é eficientemente contido. Ou, melhor, mudou a sua localização social. (MARCUSE, 1975, p. 15)

A essência do fracasso do homem em combater o sistema de desigualdades no qual está inserido está no fato de que, a partir da ascensão da burguesia ao poder, houve a internalização dos ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” para o indivíduo. Houve também maior preocupação com o desenvolvimento pessoal e da propriedade privada do que com a sociedade como um todo. O sistema é criado para ser sustentado pela sociedade articulada como uma grande engrenagem, mas cria códigos de conduta sociais e morais que devem ser satisfeitos individualmente.

O trabalho é santificado e o produto que é resultado dele também, mas aquele que produz esse produto é criticado constantemente. Para Weber, as principais características da modernidade são o espírito do cálculo, o desencantamento do mundo, a racionalidade instrumental e a dominação burocrática, essas características são inseparáveis do aparecimento do “espírito do capitalismo”. (WEBER, 2004).

O interesse da burguesia ao ser transferida de estrato social para classe social dominante não era necessariamente a dominação das estruturas de poder, não havia interesse necessariamente em qual Estado seria o controlador do sistema, mas sim o acúmulo alienado de capital, pura e simplesmente. Como administrar a riqueza sem o poder, há divisão entre um e outra? A esse respeito:

Contudo, essa contradição, inerente em todas as consequências políticas de força, parece fazer sentido quando vista no contexto de um processo supostamente permanente sem outro fim ou objetivo a não ser ele próprio. Nesse caso, tudo perde o significado, a não ser a própria força como motor indestrutível e autoalimentador de toda ação política, correspondente à lendária acumulação incessante de dinheiro que gera dinheiro. O conceito de expansão ilimitada como único meio de realizar a esperança de acúmulo ilimitado de capital, que traz um despropositado acúmulo de força, torna quase impossível a fundação de novos corpos políticos - que até a era do imperialismo sempre resultavam da conquista. De fato, sua consequência lógica é a destruição de todas as comunidades socialmente dinâmicas, tanto dos povos conquistados quanto do próprio povo conquistador. Porque, se toda a estrutura política, nova ou velha, desenvolve naturalmente as forças estabilizadoras que se

opõem à sua transformação, todos os corpos políticos parecem obstáculos temporários, quando vistos como parte da eterna corrente de acúmulo de poder. (ARENDR, 2012, p. 190)

Sobre a sociedade burguesa, Arendt faz uma reflexão importante a partir da filosofia consolidada por Hobbes. Um dos elementos constitutivos dessa filosofia é a de que os homens são iguais e que justamente com base nessa premissa, há a necessidade de o Estado regular o poder a quem melhor lhe interessar. Nesse sentido, não há diferença ou distinção entre causa pública e causa privada, pois o Estado e as estruturas reguladas por ele são apenas garantidores das ambições de determinados indivíduos que temem a instabilidade da igualdade.

A noção de progresso em voga na modernidade não é necessariamente um anseio tecnológico, mas sim e necessariamente uma estratégia de controle e de poder. Mais do que o acúmulo não direcionado de capital, o homem burguês procura o controle do presente e do futuro, usando as regras do velho passado maquiado de reforma.

Nesse sentido, fica claro que a história do homem não se modifica com o passar do tempo em sua essência, apenas muda de acessórios. A ideia do progresso da modernidade não é correspondente, necessariamente, da divisão dele entre as pessoas, ou seja, o alcance do progresso só é possível, dentro da lógica econômica praticada, por via da exploração sistêmica de uma classe pela outra. Somente o desenvolvimento de um sistema sem divisão de classes seria passível de interpretações de ordem progressista, ainda que haja certa utopia nessa visão. Isso porque, a visão do desenvolvimento social com base nos indivíduos não foge do individualismo, enquanto o homem não aprender e consolidar a prática da vivência em sociedade não haverá progresso de massa e/ou progresso social.

O estímulo da vida burguesa está, sobretudo, no acúmulo de riqueza, mas quando esse acúmulo é consumido dia após dia para a manutenção da vida, aí há a contradição do sentido primário dessa ideia. A solução para essa contradição seria então produzir muito mais riqueza do que seria consumida. Ocorre que, como o ser humano não é eterno, ou seja, como ele morre, o ato de acumular morre com ele. Dessa forma, é necessário, além de viver e garantir as benesses de determinada classe para a sua geração, a transferência para as próximas. Nesse caso, o Estado cria leis, decretos e documentos que dão posse ao indivíduo dos bens que lhe cabem,

e citam abertamente quem deverá suceder essa linhagem, no caso dos mais abastados. Todavia, essa sensação acaba sendo enganosa, pois:

A vida pública assume um aspecto enganador quando apresenta constituir a totalidade dos interesses privados, como se esses interesses pudessem arumar uma qualidade nova pelo simples fato de serem somados. Todos os chamados conceitos liberais de política (isto é, todas as noções políticas pré-imperialistas da burguesia) - como a concorrência sem limites, regulada por um secreto equilíbrio que provém, de modo misterioso, da soma total de atividades concorrentes; a busca de um “esclarecido interesse próprio” como virtude política; o progresso limitado baseado na simples sucessão dos acontecimentos - têm isto em comum: simplesmente adicionam vidas privadas e padrões de conduta pessoais e apresentam o resultado como leis de história, de economia ou de política. (ARENDRT, 2012, pp. 200; 201).

A visão materialista da sociedade pode ser entendida como uma observação conjunta de fatores – do material ao imaterial –, que interferirão nas relações sociais e no resultado social no qual estamos vivendo, que vem sendo construído ao longo do tempo. Não foi preciso que Marx esperasse pelas contribuições de Freud para que discorresse sobre um aspecto que muito tem a ver com a teoria psicanalítica, isso porque a psicanálise procura identificar as causas do sofrimento humano na sociedade moderna como um fator conjunto das restrições sociais levadas a cabo para a idealização da civilização. A psicanálise é por si uma teoria materialista histórico-dialética. A psicanálise dá conta de explicar certos fenômenos da vida moderna não como dissociados da materialidade, ou seja, não é simplesmente uma forma de compreender o que está na mente do ser humano abordando-a isoladamente; do mesmo modo, para a teoria Marxista o pensamento é também uma práxis humana, ou seja, ele não é dissociado das demais necessidades básicas do homem. O panorama marxista pressupõe, então, que haja uma psicologia que pense além do material, que enxergue o psiquismo humano como método psicológico que extrapola o fisiológico.

Freud em *Mal-Estar na Civilização* (2010) aponta três pilares como responsáveis pela infelicidade do ser humano: a prepotência da natureza, no sentido de que não é possível por completo; a fragilidade do corpo humano, pela óbvia falta de controle total das doenças e dos males que acometem o homem. Por derradeiro, a causa que aqui nos interessa diretamente: a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade. As duas primeiras causas são inevitáveis e, portanto, não há como discorrer sobre formas de modificar essas

premissas que já não estejam sob o domínio dos estudiosos e cientistas. Há, pois, uma forma acessível de diminuir o sofrimento da existência humana enquanto a vida acontece. A fonte de sofrimento a qual é passível de modificação é a social, ela pode ser modificada através da vivência do próprio homem na sociedade. A mudança social não pode ser promovida isoladamente. Já de saída a teoria materialista nos demonstra isso, e de acordo com os estudos psicanalíticos, a mudança psíquica constitui uma necessidade para alcançar o sucesso dessa modificação que pode alterar o status de sofrimento do homem na sociedade em que vivemos.

As ações dos homens inseridos na sociedade moderna ocidental e burguesa são atravessadas por diversas crenças a respeito de como a composição das estruturas deve ser. Quando o amor que Luís da Silva sente por Marina não é correspondido por ela, e à medida que outro pretendente, com mais condições financeiras, aparece e toma o lugar que antes o protagonista considerava seguro para si, o romance encena não apenas uma história de fracasso amoroso, mas também seu fracasso em algo crucial para a manutenção do status social da família que todos os homens submetidos ao sistema capitalista devem preservar. Os sacrifícios requeridos pela civilização, de acordo com a psicanálise, são de diversas ordens, mas o mais importante deles é o que o homem precisa fazer em termos de satisfação sexual. Isso porque, de acordo com Freud, o curso da evolução social é estritamente ligado ao amor⁹, o qual supõe:

a relação entre homem e mulher, que fundam uma família tendo por base as suas necessidades genitais; mas também são amor os sentimentos positivos entre pais e filhos (...) No curso da evolução, porém, o vínculo entre amor e civilização deixa de ser inequívoco. Por um lado, o amor se opõe aos interesses da cultura; por outro lado, a cultura ameaça o amor com sensíveis restrições. (FREUD, 2010, p. 65)

Quando Luís da Silva e Álvaro Silvestre, ambos em suas situações de desamor com Marina e Prazeres, se veem como incapazes de concretizar o que, no imaginário da sociedade ocidental, se determinou ao longo dos anos, como sucesso pessoal conjugal, ou seja, constituir uma família, há a transmissão da mensagem de insuficiência diante da “obrigação” de saber viver empregada pela modernidade. A vida pessoal e o casamento são tão importantes, nesse sentido, quanto o sucesso profissional e se comparam a ele, pois a relação entre um homem e uma mulher, ou

9 Nesse ponto a definição do termo se restringe aos estudos feitos por Freud em *Mal-estar na civilização*.

seja, a relação heterossexual, pode ser convalidada aqui como uma “parceria” de negócios, uma junção de forças de trabalho, uma colaboração mútua para gerir a prole que será responsável pela continuidade das riquezas e da manutenção do sistema econômico vigente:

A cultura totêmica baseia-se nas restrições que eles tiveram que impor uns nos outros, a fim de preservar o novo estado de coisas. Os preceitos do tabu constituíram o primeiro “direito”. A vida humana em comum teve então um duplo fundamento: a compulsão ao trabalho, criada pela necessidade externa, e o poder do amor, que no caso do homem não dispensava o objeto sexual, a mulher, e no caso da mulher não dispensava o que saíra dela mesma, a criança. (FREUD, 2010, p. 63).

Quando as personagens Prazeres e Marina tomam rumos diversos dos que representavam o “fechamento” dos negócios matrimoniais com Silvestre – porque este não tinha o título de herdeiro, mas tinha dinheiro, e com Luís da Silva – porque não representava a estabilidade econômica necessária a Marina –, é evidente que haja a frustração imediata desses homens que foram, de certo modo, rejeitados pela mesma lógica capitalista e mercadológica na qual estão inseridos. A vida regida pelo sistema capitalista é, portanto, nociva a todos que dependem e que são julgados por sua lógica, nesse sentido, há apenas análise sobre o melhor aproveitamento das relações para o benefício do sistema e não das pessoas que fazem esse mesmo sistema funcionar. É necessário deixar claro que, embora Silvestre não tenha sido rejeitado propriamente por Maria dos Prazeres, seu casamento é infrutífero e não rende qualquer tipo de prazer para sua existência, sequer um filho, o qual contribuiria para o estabelecimento de uma ligação profunda com a mulher, por exemplo.

Nesse sentido, em que pese a busca da felicidade do homem residir, em certa medida, em seu sucesso matrimonial e amoroso, quando o oposto acontece, há então a frustração do indivíduo de maneira pungente, uma vez que:

Afirmamos que a descoberta de que o amor sexual (genital) proporcione ao indivíduo as mais fortes vivências de satisfação, dá-lhe realmente o protótipo de toda felicidade, deve tê-lo feito continuar a busca da satisfação vital no terreno das relações sexuais, colocando o erotismo genital no centro da vida. Prosseguimos dizendo que assim ele se torna dependente, de maneira preocupante, de uma parte do mundo exterior, ou seja, do objeto amoroso escolhido, e fica exposto ao sofrimento máximo, quando é por este desprezado ou o perde graças à morte ou à infidelidade. (FREUD, 2010, p. 64).

Se declaradamente de acordo com essa visão uma das maiores fontes de satisfação da vida de um indivíduo é o outro e a sensação de prazer que ele traz, não

é difícil compreender que qualquer ameaça de dissolução desse cenário de alívio e de felicidade na vida da pessoa seja considerada também uma representação de perigo que precisa ser combatida. No caso das personagens Luís da Silva e Silvestre, ambos se veem em risco quando da aproximação de homens cujos estilos de vida ou padrão estético são mais atrativos para suas amadas. Nesse caso é criada uma obsessão acerca daquilo que está ameaçando suas chances de felicidade no mundo. Julião Tavares é para Luís da Silva seu objeto de desejo, assim como Jacinto o era para Silvestre. Silva desejava ser Julião Tavares, pessoa por quem verdadeiramente nutre admiração, porque é o que ele e toda a sociedade ao seu redor admiram e lutam para ser: bem-sucedido nas finanças e na vida privada. Silvestre, embora tenha o sucesso material que falta a Luís, não possui a robustez e a virilidade de Jacinto, o padrão estético e físico necessário para dar continuidade à prole com Prazeres. Quando há o assassinato de Julião Tavares por Luís da Silva, ele não está apenas assassinando seu principal rival pelo amor de Marina, mas também está matando o desejo (censurado e fracassado na tentativa) de ser Julião Tavares. O mesmo acontece com a morte de Jacinto; quando Silvestre manda matar¹⁰ seu oponente não está apenas matando aquele que era, secretamente, o desejado por Prazeres, mas também tudo aquilo que ele não conseguia ser apesar de toda sua riqueza material.

As pulsões sexuais de Luís da Silva são reprimidas porque a mulher desejada faz uma escolha baseada, de acordo com o narrador, nas conquistas materiais das personagens, ou seja, é a economia, o sistema econômico e o lugar no qual estão os seres inseridos, que definem suas posições no mundo moderno; essas posições surtirão efeitos na mente daqueles sujeitos, que não conseguindo suprir suas necessidades de pulsão sexual, acabam por adoecer psicologicamente, convertendo em paranoia uma rejeição amorosa. Ao contrário de Luís da Silva, Silvestre não é trocado por sua esposa em momento algum, apenas os comentários de que ela estava cobiçando o cocheiro, o serviçal, demonstrando, pois, que não somente a via material era importante, mas também a virilidade e a capacidade de tornar a mulher mãe, fizeram o protagonista desenvolver uma obsessão contra seu rival. Essas implicações

10 Adendo interessante está justamente na morte dos rivais, demonstrando a dicotomia existente entre os personagens principais e suas condições socioeconômicas. Enquanto Luís da Silva se encarrega ele mesmo de matar seu rival, inclusive fazendo isso com suas próprias mãos, literalmente, Álvaro Silvestre manda um terceiro fazer, ou seja, até para dar fim à ameaça às suas felicidades os protagonistas possuem diferentes modos de fazê-lo, a depender de suas condições econômicas: um trabalhando por conta própria e o outro “mandando”, terceirizando esse trabalho.

sociais e materiais são compreensíveis pela teoria psicanalítica. Para Reich, estudioso da psicanálise e marxista:

Tudo o que engendra o prazer atrai, tudo o que engendra o desprazer repele: assim, o princípio do prazer determina o movimento, a transformação do estado de coisas existente. (REICH, 1977, p. 24)

A psicanálise se vale exclusivamente de aliar teoria e prática, e por si é considerada uma atividade com viés marxista justamente por adotar essa linha de trabalho que consiste na observação dos pacientes durante o dia e na escrita e estudos de caso à noite. A psicanálise compreende o indivíduo, então, e sua vinculação à sociedade, não havendo “objeto de estudo” sem alguém que seja socializado de determinado modo em determinada sociedade regida por um sistema econômico.

Tendo como ponto de apoio a psicanálise para compreender como o ser humano age no mundo e por que há determinadas escolhas por ele feitas e baseadas não apenas em sua vontade de agir no mundo, mas sim determinadas por diversos ditames que estão além de seus impulsos naturais, não é à toa que Luís da Silva e Álvaro Silvestre ajam de acordo com o que possuem de amostra em suas vidas, uma vez que o indivíduo não é pautado apenas por sua biologia, ele é definido também como um conjunto de ações que precisam ser reprimidas para que a convivência em determinada sociedade seja justificada em sua totalidade, pois é a partir dessa convivência social que determinadas ações são justificadas.

A evidente misoginia de Luís da Silva escancara que ele é produto de uma macroestrutura que despeja nos outros, nesse caso específico, nas mulheres, o motivo pelos fracassos mais justificáveis de um determinado indivíduo. Essa justificativa não se dá porque ele simplesmente não consegue examinar a realidade na qual está inserido, mas sim porque sua vida foi baseada em vivências desde sua infância, nas quais as figuras masculinas ocupavam posições de “relevância”, mesmo que o ato máximo praticado por Camilo Pereira da Silva descrito no livro, seja ler enquanto está estirado em uma rede. As mulheres que circundam a narrativa são de duas ordens na vida de Luís da Silva: elas representam a servidão doméstica ou a servidão sexual. Quando uma dessas representantes femininas, Marina, não se dispõe a algum desses papéis e faz ainda a “audaciosa” escolha de preferir o pretendente com mais dinheiro, é julgada como a algoz da história e como a

responsável por toda a ruína psicológica, moral, ética, civil e financeira do protagonista.

Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1986), fornece dados de quando se deu a transição da família matriarcal para a patriarcal, sobretudo afirma que essa mudança representou grande derrota para as mulheres, que passaram então a fazer parte da propriedade dos homens:

A derrubada do direito materno representou a derrota do sexo feminino no plano da história mundial. O homem assumiu o comando também em casa a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação. Essa posição humilhante da mulher, que aflora principalmente entre os gregos do período heroico e, mais ainda, do período clássico, foi gradativamente floreada e dissimulada e, em parte, revestida de formas atenuadas; mas de modo algum foi eliminada. (ENGELS, 1986, p. 60)

É a adoção dessa presunção de masculinidade que desperta em Luís da Silva a clara visão de que Marina deve alguma coisa para ele, que não pagando ela sua “dívida” de se casar com ele, ela então onerará de forma permanente a personagem. Há inúmeras passagens no romance nas quais ele expõe todos os gastos que tivera com Marina, fazendo uma imbricada contabilidade de tudo o que perdera na intenção de conquistar a pretendente.

Além de deixar claro ao longo da narrativa todos os gastos que tivera com Marina, ele ainda expõe a conseqüente ruína à qual foi levado por ela, bem como deixa evidente logo no início do romance que não consegue mais sequer pagar as contas. A própria comparação que Luís da Silva faz entre Marina e as demais mulheres é no sentido material e de causar certa rivalidade e menosprezo à pretendida por ela não ter bens materiais: “do lado esquerdo são as casas de gente rica, dos homens que me amedrontam, das mulheres que usam peles de contos de réis. Diante delas, Marina é uma ratuína” (RAMOS, 2014, p. 11). A relação de Luís da Silva com as mulheres é regada por desprezo. Há as que são denominadas de loucas, como Sinhá Germana, sua avó, as que são putas, como Marina, e as que são suas subalternas ou criadas da família, como Quitéria e Vitória. A única personagem representante do gênero que passa ilesa pelas caracterizações pejorativas do protagonista é a cadela Moqueca.

O fracasso em não conseguir pertencer à realidade a qual deseja e admira faz com que Luís da Silva aja no sentido de acabar com essas vontades suprimidas,

tentando a todo custo parecer ser. Quando decide matar Julião Tavares é o seu desejo de ser aquelas pessoas que admira no café, as quais cita em diversas passagens no livro, que está também querendo aniquilar. Silvestre manda matar Jacinto porque tem dinheiro para fazer isso, porque não seria capaz fisicamente ele mesmo de fazê-lo, atestando mais uma vez sua limitação física frente aos anseios de Prazeres que desejava ter um homem viril ao seu lado, além de alguém que suprisse suas carências materiais.

Como mencionamos acima, a morte nas duas narrativas aqui analisadas pode ser lida como o desejo do outro, sobretudo porque ocorre em contextos muito similares uma à outra. Silvestre encomenda a morte de Jacinto, ele tem dinheiro para “mandar matar” seu rival. Luís da Silva mata Julião Tavares com as próprias mãos, não tem economias sobrando para terceirizar esse trabalho. No limite, ambas as personagens desejam ser seus rivais ou ao menos possuir as mesmas prerrogativas que eles têm: Silva deseja ter dinheiro, Silvestre deseja ser jovem e ter a admiração de Prazeres. A morte dos objetos de desejo simboliza, portanto, no limite da interpretação psicanalítica, a aniquilação do não possuir, do querer e não ter, é o homem moderno lidando com aquilo que lhe traz insatisfação e contrariedade. Se não há como possuir os objetos de desejo, no caso, Prazeres e Marina, é preciso então retirar-lhes do caminho as opções diversas, as que impedem, de acordo com essa visão, a concretização desses romances. A morte dos rivais representa também a morte das pretendidas, mas a concorrência material e que deve ser revista é a do homem contra o homem. As mulheres não são importantes o suficiente para que haja a tentativa material de dar cabo de suas vidas, isso porque a vida cultural e a base das sociedades eram protagonizadas pelos homens:

As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual; o trabalho da cultura tornou-se cada vez mais assunto dos homens; coloca-lhes tarefas sempre mais difíceis, obriga-os a sublimações instintuais de que as mulheres não são muito capazes. Como um indivíduo não dispõe de quantidades ilimitadas de energia psíquica, tem que dar conta de suas tarefas mediante uma adequada distribuição da libido. Aquilo que gasta para fins culturais, retira na maior parte das mulheres e da vida sexual a assídua convivência com homens, a sua dependência das relações com eles o alienam inclusive de seus deveres como marido e pai. Então a mulher se vê relegada a segundo plano pelas solicitações da cultura e adota uma atitude hostil frente a ela. (FREUD, 2010, p. 67)

Romper com as barreiras humanas representadas por Julião Tavares e Jacinto era mais do que apenas uma questão de aniquilação do sofrimento por parte dos protagonistas, representava uma necessária manifestação de atitude frente ao que poderia e estaria sendo a trava em suas vidas conjugais. Recorrer à morte do outro nos presentes casos é significativo do ponto de vista da união do material com o social. Acabar com a vida de um rival quer dizer, nesse caso, dar o fim material (na matéria do corpo daqueles homens), para que a continuação de suas tentativas de sucesso fosse retomada. Luís da Silva não concretizou sua vontade de casar-se com Marina e protagonizar essa relação conjugal. Julião Tavares, o homem cujo nome no aumentativo denota grandeza em relação à personagem central, “um Silva qualquer”, precisava ser morto de forma brutal e ter um fim decretado pelo próprio rival franzino e esguio, cujas mãos eram cansadas e treinadas apenas pelo ato de escrever.

Silvestre casou-se com Prazeres, concretizou de certo modo um dos anseios da sociedade burguesa. A possibilidade de perder o que construiu com sua esposa, tanto na vida privada quanto na vida pública, sendo essa segunda ainda mais problemática por se pautar em roubos e calotes, fez com que ele tomasse a radical decisão de mandar dois homens que estavam, de certo modo, dependentes e crentes das promessas de melhorar suas vidas por intermédio de Silvestre, matar Jacinto. Esses homens eram Marcelo – prometido por Silvestre a casar com Clara, mulher com quem Jacinto tinha um romance –, e mestre Antônio, santeiro e pai de Clara, que não aprovava o envolvimento de sua filha com o cocheiro Jacinto, pois queria que ela se casasse com um homem dono de terras. Manipulando os desejos de outros indivíduos Silvestre conseguiu o que queria, mais uma vez através da exploração de seu semelhante, igual sorte não acometeu Luís da Silva, que precisou ele mesmo trabalhar diretamente pelo seu “final feliz”. Embora tenha havido diferenças significativas no “modus operandi” do assassinato de seus rivais, o resultado foi o mesmo: dois pratos que figurariam o banquete na mesa de vermes na qual todos os seres humanos serão servidos um dia¹¹.

11 O verme é o único imperador da dieta: cevamos todas as outras criaturas para que nos engordem, e cevamos a nós mesmos para as larvas. O rei gordo e o mendigo esquelético não são mais que variedade de cardápio – dois pratos, para a mesma mesa. Esse é o fim de tudo. (SHAKESPEARE, Hamlet).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão da leitura materialista das obras tem-se que o produto mais valioso do capitalismo é também seu criador: o homem. Essa perspectiva abre caminhos para o cerne da discussão aqui proposta e que foi feita por vários autores da literatura ao longo dos anos, especialmente pelos que se propuseram a explorar o cenário social.

No Brasil, dentro dessa corrente há Graciliano Ramos, que “literaturizou” as mazelas sociais e estampou a exploração do homem pelo homem nas páginas de seus romances. Em Portugal, Carlos de Oliveira fez parte do período literário escancaradamente socialista, intitulado como Neorrealismo especialmente porque deveria se proteger da ditadura de Salazar.

Ambos os autores ao longo de suas carreiras, mais do que descreveram a realidade na qual estavam sendo desafiados seus personagens, interpretaram esses dados e produziram objetos que serviriam como documento histórico e mais, como uma espécie de fotografia em quatro dimensões daquele tempo. A pergunta que ressoa na leitura dessas obras, tendo consciência dos contextos sociais e políticos nos quais elas estavam inseridas, não se cala tão facilmente, e ainda não há uma resposta para ela, apenas especulações e conjecturas. Será preciso que o tempo passe mais para que haja a compreensão do que está em voga há mais de um século?

Como é possível que o ser humano, responsável pela vida humana na terra, seja capaz de explorar seu semelhante por qualquer razão, motivada ou não? Não é possível encontrar uma justificativa rápida, tampouco plausível para tal questionamento. Com efeito, por mais inevitável que se tencione ser contra explicações emocionais, é difícil o empreendimento de fugir delas.

Ao debruçar o olhar sobre as obras *Angústia* e *Uma Abelha na Chuva*, tem-se a mesma sensação sobre as personagens que fazem o centro dessas narrativas. Luís da Silva, perdido em seu próprio eu, às voltas com diversas questões psicológicas ainda não suficientemente exploradas pelos estudos da mente, se desgasta a todo momento na narrativa, mesmo levando uma vida pacata. Álvaro Silvestre nunca conheceu a pobreza além daquela contada nos discursos de seu pai, e mesmo assim possuía uma angústia e uma exasperação tremendas só de pensar em perder seu

patrimônio. Sua esposa, como uma verdadeira megera matriarca, acusa-o de loucura, como se essa característica servisse de acusação.

São dois homens pacatos e sem muitas características que os destacassem das demais personagens do enredo que tomam para si os focos da narrativa de ambos os romances. Embora distantes um do outro, essas personagens têm um fio, uma corda que as liga, mesmo diante de pessoas ao seu redor que, tecnicamente por estarem na mesma posição geográfica poderiam ter a mesma vivência que Luís da Silva, é nos livros de mimetização da vida burguesa que ele se identifica. O outro – caso dos pedintes, dos vagabundos –, que ocupa o mesmo espaço que Silva é percebido por ele como um estranho, mas o outro representado nos romances europeus, mesmo com a barreira de compreensão do idioma, é por ele identificado como seu semelhante:

Puxei a cadeira, afastei-me daquele homem indiferente. Estupidez imaginar que as letras sempre tinham estado na parede. Inútil conversar com ele. Tenho lido muitos livros em línguas estrangeiras. Habituei-me a entender algumas. Nunca me serviram para falar, mas sei o que há nos livros. Certas personagens de romances familiarizam-se comigo. Apesar de serem de outras raças, viverem noutros continentes, estão perto de mim, mais perto do que aquele homem da minha raça, talvez meu parente, inquilino de um dr. Gouveia, policiado pelos mesmos indivíduos que me policiam. Bebi o resto da aguardente, pensando em coisas sagradas, Deus, pátria, família, coisas distantes. Por cima da armação da bodega havia a litografia de uma santinha bonita. Lembrei-me do Deus antigo que incendiava cidades. (RAMOS, 2014, p. 208)

O que fica da longa divagação feita por Luís da Silva sobre todos ao seu redor é que há, muito embora com oscilações, uma autoestima delirante da personagem que se julga superior aos demais. Esse julgamento não é à toa, pois, além de ser mais esclarecido intelectualmente, ele possui uma condição financeira superior à média da população da época, tem dois empregos, sendo um deles no funcionalismo público, no qual recebe quinhentos mil réis de ordenado, conforme faz questão de deixar explícito logo nas primeiras páginas de sua narrativa, o segundo emprego rende cinco mil réis, além disso, Silva ainda vendia em segredo artigos e composições poéticas a Moisés, a Pimentel e a alguns rapazes acanhados, pelos quais cobrava quinze mil réis, havia ainda mais um complemento de renda, seus poemas:

Um dia, na pensão de d. Aurora; o meu vizinho Macedo começou a elogiar um desses sonetos, que por sinal era dos piores, e acabou oferecendo-me por ele cinquenta mil-réis. Nem foi preciso copiar: arranquei a folha do livro e

recebi o dinheiro, depois de jurar que a coisa estava inédita. Macedo transigiu comigo umas vinte vezes. Infelizmente voltou para S. Paulo sem concluir o curso. Desde então procuro avistar-me com moços ingênuos que me compram esses produtos. Antigamente eram estampados em revistas, mas agora figuram em semanários da roça, e vendo-os a dez mil-réis. O volume está reduzido a um caderno de cinquenta folhas amarelas e roídas pelos ratos. (RAMOS, 2014, p. 42)

Considerando que em 1940, segundo o DIEESE (2010, p. 87), o salário-mínimo tinha seu valor definido especificamente para cada região do país, no caso de Alagoas, onde se passa a história contada por Luís da Silva, o valor do salário-mínimo era equivalente a 125\$000 (cento e vinte e cinco mil réis), aproximadamente. Somando os dois trabalhos que possuía, sem contar os demais complementos de renda já especificados, Luís da Silva, ganhava, portanto, quatro vezes mais do que a média da população. É importante que o leitor atente a esse dado, pois é basilar na desconfiança que se deve ter em relação ao que narra Luís da Silva.

A exploração do homem pelo homem é notada ao longo das obras em diversas passagens e é sobre essa exploração, não só física, mas de todas as ordens, que se estabelece a razão do sistema econômico que visa, primeiramente, o desenvolvimento pessoal para que haja o progresso do capital. Todavia, não é um desenvolvimento benéfico necessariamente ao homem, é preciso apenas que ele se desenvolva na medida para que não morra de fome ou de outras necessidades.

Essa exploração fica evidente na narrativa quando, por exemplo, Silva faz questão de enumerar as quantias que gastava com Marina de forma a montar uma contabilidade muito precisa, linear e detalhada para o leitor, que desaparecia quando era a seu favor. Empréstava o dinheiro de Moisés por diversas vezes sem deixar claro o quanto devia, não pagava inteiramente os comerciantes e julgava estar sendo roubado por sua criada, Vitória, quando o dinheiro que gastava ou que guardava em outro lugar, “sumia” de seus bolsos. Quando encontrava as notas de que havia dado falta não fazia *mea-culpa*, tratando com naturalidade seus esquecimentos em detrimento do julgamento de caráter que o leitor pudesse fazer de Vitória. O montante de dívidas que tinha em seu nome não era declarado, como fazia com o dinheiro que gastava com Marina. Por mais que afirmasse que estava gastando com ela, grande parte do que dava à pretendida era para que lhe comprasse roupas, ou seja, Marina realizava um trabalho de cuidado a ele, que sequer reconhecia a gentileza, muito embora nessa época fosse considerado natural que ela, sendo mulher, assumisse essa tarefa.

Silvestre se identifica com o irmão que está em África explorando o “desconhecido” e o admira, mas não se identifica e tampouco admira sua esposa ou seus empregados. Há uma repulsa e uma desconfiança relacionadas a essas pessoas por parte dele. Embora sua figura de “pequeno-burguês” tenda a ser apaziguadora entre as classes, ele não se veste dessa roupagem para conviver com sua esposa e seus empregados, se mantém alheio a todos dentro de seus pensamentos de remorso causados, segundo o próprio, exclusivamente pela ganância de Prazeres e não porque ele mesmo participou ativamente dos roubos com os quais se martiriza ao longo de toda a narrativa.

Luís da Silva se torna um pobre que migrou do campo abandonado para a cidade em ascensão, pois o coronelismo imperava na zona rural e não havia pecado em “roubar”. O pecado era de ordem religiosa e o arrependimento era redentor. Assume sua posição de funcionário público porque consegue o cargo como troca de favores; por mais que Luís da Silva se valha do relato de uma vida sofrida, a qual é inclusive percebida ao longo de todo o romance, ele possui uma situação de privilégio clara em relação aos demais estratos sociais brasileiros da época, primeiramente por ter conhecimento suficientemente adequado para desempenhar uma função de alta complexidade, a de escritor; ainda que ele próprio subestimasse sua profissão e os frutos de seu trabalho, estava acima da média da população no geral, pois ganhava um salário justo pelo trabalho que desempenhava, o que não faz questão de esconder ao longo da narrativa, embora tenha apego imenso à exposição de Marina como a principal causa de sua ruína financeira.

A inércia das personagens centrais Luís da Silva e Álvaro Silvestre nos lugares nos quais se encontram é justificada, já que eles não se articulam para sair das posições nas quais se encontram porque estavam também centrados em lugares sociais que permitiam certo conforto e a manutenção dessa situação garantia a preservação de suas próprias vidas, já que ambos também temiam, sobretudo, a morte.

A face cruel da inoperância individual das personagens enquanto seres sociais é justificada porque o papel dos governos autoritários na formação social de um indivíduo fica evidente na leitura dessas obras, uma vez que quanto mais um governo anula o sentido de comunidade e de atendimento às necessidades sociais básicas em detrimento de seu emparelhamento com o capital, mais o homem precisa trabalhar

para garantir a simples sobrevivência que é, por si só, anticapitalista por natureza, já que a manutenção da vida humana deve se sobrepor aos interesses do capital para que a humanidade sobreviva. Quando dois homens adultos com condições de se tornarem patriarcas de suas famílias são reduzidos a ratos em razão de seus comportamentos, Luís da Silva por se esconder o tempo todo e por se contentar com qualquer migalha que cai de outra pessoa, Silvestre por fugir diante de qualquer ameaça, há uma crítica explícita a esse perfil específico.

O acúmulo de capital, conforme disserta Hannah Arendt, tem um propósito em larga escala e seu marco temporal tenciona o tempo infinito, ou seja, a eternidade. A forma mais eficaz de perpetuar o acúmulo de capital é, então, através das gerações, já que o homem não é eterno. Um indivíduo que não produz seu produto elementar e primordial para a continuação do sistema é apenas um instante, um passageiro.

Ainda que aparentemente não haja a vontade latente contada nessas obras que demonstre que eles, de fato, queriam ser pais e constituir família, fica evidente ao longo delas que Luís da Silva, por exemplo, se incomoda e perde o sossego quando se dá conta de que Marina está dando atenção a outro pretendente, Julião Tavares. Silvestre passa o romance todo digladiando com sua esposa, que é o motivo de seus atos pecaminosos e de todos os demais sentimentos que o fazem ter a experiência de estar vivo.

Mais do que apenas fotografias em quatro dimensões daquelas realidades, os romances aqui analisados conseguem transmitir o que era ser um homem moderno em 1936 e em 1953. Além da demonstração física do que era conviver naquela realidade, há sobretudo, o escancaramento da vida na modernidade, dos anseios, das angústias e das turbulências. A inauguração do “pretérito continuado” dos períodos históricos, ou seja, aquele que iniciou no passado, mas que ainda persiste no presente e que se prepara para o futuro, é apelativa e exige do homem entregas cada vez mais imprevisíveis.

O avanço da tecnologia, conforme previu Marx, fez os homens competirem entre si, ao invés de facilitar o que antes era o problema da vida de muitos empregados. Quanto mais o homem se afasta de sua natureza de comunidade e de dependência mútua com seus pares, quanto mais elabora sua inteligência para o acúmulo de capital, mais a sua ruína como ser humano se aproxima.

Se os avanços não são trabalhados em prol do ser humano, mas ao contrário, são desenvolvidos contra os homens e a favor de apenas uma parcela ínfima da sociedade, não haverá tão cedo nova chance de expansão do desenvolvimento da vida humana na terra como a conhecemos.

Isso porque a manutenção e a propagação da vida humana são requeridas e cobradas pelo sistema, é inclusive de interesse deste mesmo sistema, mas não é por ele viabilizada, tampouco facilitada. A repulsa pelo sistema que se vive é tão escancarada nas obras analisadas que ambas as personagens principais estão literalmente, de acordo com a abordagem psicanalítica, tencionando suas mortes, a morte de sua linhagem, porque não possuem filhos.

O problema de uma possível causa de transtorno psíquico no homem submetido ao sistema econômico capitalista foi declarado a partir do momento em que se postula, assim como sugere o materialismo histórico-dialético, que a sua consciência anda junto com seu corpo. Guattari e Deleuze (1995) definem a vida do homem no sistema capitalista como a tentativa de haver um “corpo sem órgãos”, pois à medida que é necessário suprimir os instintos e pulsões primárias da vida humana para fazer base a um sistema econômico, é preciso deixar-se de ser o que se é, humano, em prol de uma existência que gerará manutenção apenas da própria vida em função da força do capital. A existência, portanto, de uma angústia latente no ser humano não é uma consequência direta de sua existência na Terra, mas sim uma reação a um sistema vigente que anula toda e qualquer pulsão humana que fuja à lógica do acúmulo.

A lógica do sistema capitalista vai de encontro à liberdade do trabalhador em termos econômicos. Quando a pobreza e o endividamento se tornam individuais, o sujeito restringe sua existência a pagar o que deve. Não há liberdade para ser o que se é primariamente no sistema vigente, ou seja, o ser humano é privado de seus impulsos em prol de um discurso que prega o bem-estar e o sucesso individuais em detrimento do coletivo, porque o alívio coletivo das pessoas em termos econômicos significaria, de pronto, a emancipação do sistema vigente. Em tal situação, necessário também e principalmente que os homens não conheçam suas condições e suas classes sociais, desconheçam também as estruturas de dominação e acreditem que a mudança individual é possível sem a coletiva. O homem submetido ao sistema capitalista deve ser, em linhas gerais, egoísta como Luís da Silva e ignorante como

Álvaro Silvestre, pois a partir dessas duas facetas humanas é que se constrói o sistema sobre o qual as bases da humanidade deverão caminhar enquanto o sistema perdurar. O desterro psicológico não respeita fronteiras porque atinge a todos como um sintoma geral de mal-estar, é a angústia, mistura de afeto com sintoma que não sabemos definir, a doença daqueles submetidos ao sistema capitalista, portanto.

A problemática que direciona um pequeno pontapé para a resposta à pergunta feita no início do texto é a de que, enquanto o homem tratar a vida como mercadoria, enquanto houver a importância exacerbada individualista de qualquer faculdade, seja ela teórica ou prática, em detrimento do desenvolvimento humano coletivo e unido, não haverá ideia de formação social que seja capaz de fazer o indivíduo resistir à tentação de recorrer às cordas.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ABDALA JUNIOR, B. **A Escrita Neo-Realista**. São Paulo: Ática, 1981.

ABDALA JUNIOR, B. **Introdução à análise da narrativa**. São Paulo: Scipione, 1995.

ANDERSON, P. **Modernidade e revolução**. Novos Estudos CEBRAP: São Paulo, 1986.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

ASSIS, M. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Disponível em

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Utah: A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos dias. 2015.

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2014.

BUENO, L. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: Editora Unicamp, Editora USP, 2006.

BUGIATO, C. **Ensaio sobre a burguesia associada no Brasil**. Minas Gerais: Odela, 2020.

CAMPOS, F. MIRANDA, R. G. **A escrita da história**. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o Colonialismo**. Tradução de Cláudio Willer. Ilustração de Marcelo D'Saete. São Paulo: Veneta, 2020.

CORBANEZI, E. **Transtornos depressivos e capitalismo contemporâneo**. Caderno CRH, v. 31, n. 83, p. 335–353, maio 2018. Disponível em: <> Acesso em: 03, set. 2023.

COSTA, B. A. **Revolução em Karl Marx e Antonio Gramsci**: entre estratégias de classe e partido. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, 2022. Disponível em: <>. Acesso em 03, set. 2023.

CRIOLO. **Convoque seu Buda**. São Paulo: Oloko Records, 2014.

DEAD FISH. **Sonho Médio**. Rio de Janeiro: Deckdisk, 1999.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil Platôs Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Salário-Mínimo: **Instrumento de combate à desigualdade**. São Paulo: Biblioteca DIEESE, 2010.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1986.

FAGUNDES, F. **Tese e simbolismo em Uma abelha na chuva**. In: *Coloquio letras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

FLUSSER, V. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GRAMSCI, A. **Selections of the Prison Notebooks of Antonio Gramsci**. London: ElecBook, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. ação Calouste Gulbenkian, nº 58, novembro de 1980.

HERNECKER, M. **Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**. Rio de Janeiro: Global, 1971.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **O Seminário**: livro 18 de um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **O Seminário**: livro 10 a Angústia. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LOURENÇO, E. **Mitologia da Saudade**: seguido de Portugal como Destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARCUSE, H. **Eros e a Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MARQUES, M. F.; MENEZES, G. B.; DEPRÁ, M. Scaramussa; DELAQUA, G. C. G.; HAUTEQUESTT, A. P.; MORAES, M. C. M. **Polinizadores na agricultura**: ênfase em abelhas. Coordenação Maria Cristina Gaglianone. Rio de Janeiro: Funbio, 2015.

MARX, K. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, trad, de Victor Hugo Klagsbrun. In: O manifesto comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1998.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Milton Camargo Mota. Petrópolis: Editora Vozes de Bolso, 2019.

MORETTI, F. O burguês: **entre a história e a literatura**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

MORGADO, W.V.T.V. **Salazarismo e Repressão Política e Social (1932-1945)**. Revista Cordis. Novos Rumos da Transdisciplinaridade: Edição Especial de Pesquisas realizadas por discentes do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v.2, nº 26. 2021. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/57057/38804>> Acesso em: 03, set. 2023.

NEVES, F. **Indicativo e tempos verbais do modo indicativo**. Site Norma Culta. Disponível em: <<https://www.normaculta.com.br/indicativo-e-tempos-verbais-do-modoindicativo/#:~:text=O%20indicativo%20%C3%A9%20um%20dos,e%20quatro%20tempos%20verbais%20compostos.>> Acesso em 03, set. 2023.

NORVAL, B. J. **A era da iconofagia**: reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura. São Paulo: Paulus, 2014.

OLIVEIRA, S.A.M. **Elementos do materialismo histórico e Dialético**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

OLIVEIRA de, C. **Uma abelha na chuva**. Coimbra: Coimbra Editora, 1981.

OLIVEIRA de, C. **Casa na Duna**. Coimbra Editora, 1943.

PONSO, F.; MARCELO, S. **Autor de Vidas Secas foi preso por Getúlio Vargas na Ilha Grande**. São Paulo: Jornal O Globo (acervo), 2018.

PONTES, R. **Realismo de 70 e Neo-Realismo Português**. Rev. de Letras - N0 . 27 - Vol. 1/2 - jan/dez. 2005. Disponível em: <> Acesso em: 03, set. 2023.

PRESTES, A. L. **Era Vargas**: Autoritarismo e Repressão (1930 – 1945). São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/2011_Era-Vargas-Autoritarismo-e-repressao.pdf>. Acesso em 03, set. 2023.

REIS, C. **O discurso ideológico do neo-realismo português**. Coimbra: Almedina, 1983.

RACIONAIS. **Jesus Chorou**. São Paulo: Cosa Nostra, 2002.

RAMOS, G. **Angústia**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

_____. **Linhas Tortas**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

_____. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

_____. **São Bernardo**. 2010.

RAMOS, R. **Graciliano**: retrato fragmentado. São Paulo: Siciliano, 1992.

REICH, W. **Materialismo Dialéctico e Psicanálise**. Lisboa: Presença, 1977.

SANTANA, J.A.; MOURA, A.R. **Do Hamlet Edipianizado à Ecologia Mental e Social**: Reflexões sobre segmentaridade molar e molecular. Revista Graphos, vol. 15, n° 2, 2013 | UFPB/PPGL | ISSN 1516-1536 1. Disponível em: < > Acesso em: 03, set. 2023.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1997.

SILVA, M. **Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74)**. Análise Social, XVIII(72-73-74):1077-1086. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1982. Disponível em: <> Acesso em: 03 set. 2023.

SIMÕES, L. **Brandy**: entenda sobre a arte de sua elaboração. Blog Família Valduga. Disponível em: <<https://blog.famigliavalduga.com.br/brandy-entenda-sobre-a-arte-de-sua-elaboracao/#:~:text=O%20brandy%20%C3%A9%20uma%20bebida,a%20interferir%20negativamente%20no%20resultado.>> Acesso em: 03, set. 2023.

SHAKESPEARE, W. **Hamlet**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

SMITH, A. A riqueza das nações: **investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STAREZZI, V. **A trajetória histórica do “social”**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 119, p. 508-530, jul./set. 2014. Disponível em: <>. Acesso em: 03 set. 2023.

VASCONCELOS, A. C. P; PENA, B. F. **Angústia**: o afeto que não engana. Reverso, Belo Horizonte , v. 41, n. 78, p. 27-33, dez. 2019 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01027395201900020003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 set. 2023.

WEBER, M. **A Ética protestante e o espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.